UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS ESTRANGEIRAS E
TRADUÇÃO
ÁREA DE ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

Jinxu Wang

A Missão Especial à China (1893): Uma tentativa de cooperação entre China e Brasil

Versão corrigida

São Paulo

2021

JINXU WANG

A Missão Especial à China (1893-1894): Uma tentativa de cooperação entre China e Brasil

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Shu Changsheng

São Paulo

2021

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

W246m Wang, Jinxu
A Missão Especial à China (1893-1894): Uma tentativa de cooperação entre China e Brasil / Jinxu Wang; orientador Changsheng Shu - São Paulo, 2021.
109 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Estudos Literários e Culturais.

1. História mundial. 2. Relações diplomáticas. 3. Imigração chinesa. I. Shu, Changsheng, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do(a) orientador(a)**Nome do(a) aluno(a): Jinxu WangData da defesa: 05 / 07 / 2021Nome do Prof.(a) orientador(a): Shu Changsheng

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 31 / 08 / 2021 (Assinatura do(a) orientador(a))

*Dedico este trabalho à minha mãe, Wei, seu amor me deu um par de asas,
voando sobre as montanhas da vida.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Shu Changsheng, pela orientação cuidadosa.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, pelas leituras e contribuições trazidas para este trabalho.

À Prof.^a Dr.^a Eliane Gouvêa Lousada, pela sua coordenação e todos os apoios durante a pesquisa.

Aos professores e colegas das disciplinas em que me matriculei, sobretudo Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta, Prof.^a. Dr.^a Ana Carrollina Gutierrez Pompeu, Prof.^a. Dr.^a Cecilia Helena Lorenzini de Salles Oliveira, Prof. Dr. Gao Weinong, e Prof.^a. Dr.^a Heloisa Brito de Albuquerque Costa.

Aos meus colegas do Grupo de Estudos sobre os BRICS (GEBRICS), Ramon, Cássio e todos que me deram inspirações nas discussões.

À Karina, por sua ajuda na paleografia para compreender os manuscritos utilizados no estudo.

Ao Felipe Souza, por sua ajuda na revisão deste trabalho.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso, e todos os recursos oferecidos para a pesquisa, especialmente neste período de pandemia.

Às minhas irmãs brasileiras, Cecília, Sueli, e Luana, por todos os suportes que me deram, especialmente para ultrapassar um isolamento por mais de um ano inteiro.

Aos meus alunos brasileiros, especialmente Sthefany, Bruno, Jamille, com quem aprendi cada vez mais sobre o Brasil.

À família de Guo Jingliang, e Álvaro, Lima, Zhang, Shao, Jade, pelas mãos dadas no momento de dificuldade.

À minha mãe, por toda sua compreensão e apoio, por todos os conflitos que ela tem lutado durante a pandemia, entre uma mãe preocupada com o fato de sua filha estar em um país estrangeiro, e uma outra mãe apoiando incondicionalmente a decisão de sua filha.

RESUMO

WANG, Jinxu. **A Missão Especial à China (1893-1894):** Uma tentativa de cooperação entre China e Brasil. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

A presente pesquisa destina-se a explorar os possíveis fatores que influenciaram o resultado da Missão Especial à China (1893-1894), na qual procuravam a emigração chinesa ao Brasil. Já em 1879 foi lançada a primeira Missão Especial à China. Entre 1882 e 1889 foram enviadas duas delegações semigovernamentais chinesas, para as quais o Brasil tornou-se um dos destinos. Tong King-sing, diretor-geral da Companhia Chinesa de Navegação e de Comércio (1883), e Fu Yun-long (1889), enviados oficiais ao estrangeiro, visitaram o Brasil respectivamente nas duas viagens. Quando os intelectuais chineses mudaram e aprofundaram seu conhecimento sobre o Brasil, começou a segunda negociação, que é o objeto de estudo da presente dissertação. A nova negociação começou em Paris, onde Xue Fu-cheng, diplomata chinês na França, e Gabriel de Toledo Piza de Almeida, diplomata brasileiro na França, discutiram os trabalhos preparativos e acordos principais, o que já tinha sido feito antes que José da Costa Azevedo (Barão de Ladário) chegasse a Paris. No entanto, durante a viagem de J. da C. Azevedo, ele mudou de ideia. De Xangai, voltou a Hong Kong e, depois, ao Brasil. Nunca foi a Pequim, que era o destino original desta Missão. O recorte teórico insere-se na história da relação sino-brasileira, e situa-se nos estudos de emigração chinesa no século XIX. O *corpus* principal deste estudo constitui-se pelos registros diplomáticos. Sobre a China, procura-se dados nos arquivos oficiais da Dinastia Qing. Na língua portuguesa, a presente pesquisa beneficia-se principalmente pelo acesso aberto do Documento 05 na Biblioteca Nacional Digital (BND), oferecendo os detalhes da Missão em 1893. Conforme o que já tinha estudado, acredita-se que as possíveis razões pelas quais a negociação em 1893 terminou sem resultado são as que descrevo a seguir: a pressão internacional contra tráfico de coolies, as propostas distintas entre China e Brasil, e a primeira guerra sino-japonesa.

Palavras-chave: História mundial. Relações diplomáticas. Imigração chinesa.

ABSTRACT

WANG, Jinxu. **The Special Mission to China (1893-1894):** An attempt at cooperation between China and Brazil. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

This research aims to explore the possible factors that influenced the outcome of the Special Mission to China (1893-1894), in which they sought Chinese emigration to Brazil. As early as 1879, the first Special Mission to China was launched. Between 1882 and 1889, two Chinese semi-governmental delegations were issued, for which Brazil became one of the destinations. Tong King-sing (1883), general director of the China Merchant's Steam Navigation, and Fu Yun-long (1889), official envoys abroad, visited Brazil respectively on the two trips. When Chinese intellectuals changed and deepened their knowledge of Brazil, the second negotiation began, which is the study object of this dissertation. The new negotiation began in Paris, where Xue Fu-cheng, the Chinese diplomat in France, and Gabriel de Toledo Piza de Almeida, the Brazilian diplomat in France, discussed the preparatory work and main agreements, which had already been done before José da Costa Azevedo's (Baron de Ladário) arriving in Paris. However, during J. da C. Azevedo's trip, he changed his mind. From Shanghai, he returned to Hong Kong and then to Brazil. He never went to Beijing, which was the original destination of this Mission. The theoretical approach is inserted in the history of the Sino-Brazilian relationship, and is located in the studies of Chinese emigration in the nineteenth century. The main *corpus* of this study consists of diplomatic records. On China, data are sought in the official archives of the Qing Dynasty. In Portuguese, this research benefits mainly from the open access of *Documento 05* in the National Digital Library (BND), offering the details of the Mission in 1894. According to what I had studied, it is believed that the possible reasons for the negotiation in 1893 that ended with no result, as I describe below: the international pressure against trafficking in coolies, the different proposals on the subject between China and Brazil, and the first Sino-Japanese war.

Keywords: World history. Diplomatic relations. Chinese immigration.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos.....	13
1.2	Recorte teórico	15
1.3	Revisão de Literatura	16
1.3.1	Emigração chinesa no século XIX: estudos sobre coolies.....	16
1.3.2	Estudos relacionados à imigração chinesa ao Brasil do século XIX..	20
1.4	Fontes	22
1.5	Capítulos	23
2	EMIGRANTES, <i>COOLIES</i> , E TRABALHADORES SOB CONTRATO.....	25
2.1	A tradição de emigração chinesa ao Sudoeste da Ásia	25
2.2	Origem dos <i>coolies</i> e seu desenvolvimento	28
2.3	O discurso sobre <i>coolies</i> nos Estados Unidos.....	32
3	AS VIAGENS DIPLOMÁTICAS ENTRE CHINA E BRASIL.....	40
3.1	Uma breve apresentação	40
3.2	Controvérsia sobre o propósito: a Missão Especial à China (1879)	42
3.3	A conversa entre Li Hung-chang e Callado	46
3.4	Os esforços de Callado e a visita de Tong King-sing ao Brasil (1883).....	48
3.5	Fu Yun-long, figura-chave na mudança de atitude.....	51
4	A MISSÃO ESPECIAL À CHINA DE 1893: PREPARAÇÃO	54
4.1	Mudança da atitude do governo Qing: favorável à emigração ao Brasil	54
4.2	As negociações em Paris: divergência de propostas	56
4.2.1	A primeira negociação entre G. de T. P. de Almeida e Xue.....	56
4.2.2	A negociação entre Qing e J. da C. Azevedo	61
5	A MISSÃO ESPECIAL À CHINA DE 1893: O CASO DO <i>TETARTOS</i>	65
5.1	O recrutamento do <i>Tetartos</i>	65

5.2	A trajetória do Barão de Ladário na China	69
5.3	A Questão sobre a identidade do <i>Tetartos</i>	73
5.4	Robert Hart, referência de Tsung-Li Yamên.....	76
5.5	Soluções de Tsung-Li Yamên	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	BIOGRAFIAS	91
	Barão de Ladário.....	91
	Li Hung-chang	94
	Xue Fu-cheng.....	95
	REFERÊNCIAS	96
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	97
	APÊNDICES	103

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa destina-se a explorar os fatores-chave que alteraram um resultado fracassado na segunda Missão Especial na China (1893-1894).

A ideia da pesquisa iniciou-se em 2015 quando eu trabalhava no Instituto Confúcio da UNESP, na qualidade de professora voluntária de língua chinesa. Sentia-me curiosa em entender como é a imagem da China para os olhos brasileiros e me interessava nas narrativas de viagens de brasileiros ao meu país, no que diz respeito à diferença de percepções acerca de costumes, valores e até de paisagens urbanas, noções tão solidificadas na sociedade chinesa e que ganhavam cores novas quando contrastadas com um olhar estrangeiro. E entre estas narrativas, fui surpreendida, em particular, pelo relato de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa (2012), não só por seu conhecimento profundo e visão específica sobre a China, mas também por compartilhar com ele o esforço por ultrapassar a barreira cultural e por promover a compreensão mútua entre chineses e brasileiros. Enfrento hoje os desafios que Lisboa já enfrentava há mais de um século, o que me motivou a começar a pesquisar a história de cooperação entre os dois países e a entender, de modo específico, o motivo pela qual as negociações de benefício mútuo entre Brasil e China, que se desenrolava do Império à República, termina malograda.

Dado o que foi relatado acima, espero que a presente pesquisa possa contribuir para promover a compreensão mútua nas cooperações sino-brasileiras. Desde 2010, por causa da relação econômica e tecnológica cada vez mais estreita, contatos entre China e Brasil têm aumentado. No entanto, na ausência de compreensão mútua, o aumento da interação bilateral não significa, muitas vezes, que a relação entre as duas partes se torna mais amigável. Pelo contrário, significa um aumento de mal-entendidos e contradições. Por isso, esse processo de formação de políticas se trata de uma reflexão aos conflitos sutis. Na ocasião do primeiro contato diplomático entre as duas potências regionais, os obstáculos que ocorreram durante as consultas e investigações entre os dois países não só afetaram os resultados de política externa naquela época, mas também tiveram importância de referência para o atual desenvolvimento das relações entre o Oriente e o Ocidente. A pesquisa busca ter, nesse caso, um certo efeito no

mundo real, isto é, ser referência nas comunicações da cooperação bilateral sino-brasileira. Cabe lembrar o sentido da missão de historiografia, conforme aponta Caio Prado Júnior: “Esperamos, todavia, que para aí se abrirão algumas perspectivas, o que servirá pelo menos para mostrar o grande papel da historiografia e daqueles que a cultivam, na tarefa de encaminhar a solução dos problemas brasileiros da atualidade.” (PRADO JÚNIOR, 2001, p. 31).

E este trabalho foi realizado entre 2019 e 2021, acompanhando desde o início o desenrolar da pandemia. No referido período, eram temas em foco na sociedade a inteligência artificial 5G e a explosão de aplicativos. Parecia que o século XIX já nos distanciava muito e o tema do estudo fosse algo fora de tempo, especialmente com a evolução acelerada da alta tecnologia, a abundância material evidenciada pelo consumismo e a constante luta pela igualdade de direitos. No entanto, a covid-19 testava todas as narrativas a que estávamos acostumados, nos permitindo repensar e refletir quantos passos à frente já demos em comparação com duzentos anos antes. Intercambistas chineses eram expulsos de suas moradias por seus anfitriões; o desemprego, a fome e a inflação nos preços de alimentos, fazia com que imigrantes chineses, donos de negócios, fossem fisicamente atacados, enquanto que eles, de negócios pequenos, também estavam sofrendo dificuldades; a imagem da China foi politizada nos jogos eleitorais brasileiros, entre governos estaduais e federal. Contatos diretos foram substituídos por fronteiras fechadas, experiências exteriores foram substituídas por narrativas imaginárias e distorcidas, e vozes de vítimas foram encobertas pela maré de protestos. A sociedade não pode ter somente uma voz. E usar apenas documentos brasileiros para analisar um evento que se referia aos dois países foi uma repetição de preconceitos do passado. Utilizo fontes em idioma chinês nesta dissertação, e espero que meu trabalho possa oferecer uma outra visão para quem tenha interesse neste trecho da história.

1.1 Objetivos

A história da imigração chinesa ao Brasil é um dos temas mais discutidos na área de relações sino-brasileiras. O estudo de Mao (2007) explica a mudança de atitude das elites da China diante da imigração chinesa ao Brasil. Os trabalhos de Dantas (1986), Peres (2013) e

Czepula (2017) esclarecem as opiniões aparecidas na discussão da chamada “Questão Chinesa”. Por sua vez, a obra escrita por Dezem (2005), *Matizes do Amarelo*, contribui para se refletir acerca da gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil. Porém, tais estudos focam-se, em geral, no começo da relação sino-brasileira, sobretudo nas atividades ocorridas durante o Segundo Reinado (1840-1889). Por outro lado, o final infeliz deste episódio, isto é, a ocasião em que o almirante José da Costa Azevedo (Barão do Ladário), depois de ser nomeado como extraordinário da Missão Especial na China (1893-1894), cancelou sua viagem ao Tien-tsin quando estava em Hong Kong e decidiu procurar a cooperação do governo japonês, foi ignorado coletivamente pelas historiografias chinesas e brasileiras. Diante deste contexto, focalizamos nas razões pelas quais J. da C. Azevedo alterou sua ideia.

Um outro objetivo a ser seguido é fazer uma ponte entre os principais idiomas em que os trabalhos sobre este tema já foram escritos. Nota-se que, até o momento, a maioria dos estudos brasileiros relacionados a este tema utilizou materiais na língua portuguesa, enquanto que os estudos realizados por acadêmicos chineses utilizaram materiais na língua chinesa. Esta pesquisa, por sua vez, pretende valer-se de materiais em ambos os idiomas e ainda incorporar trabalhos em inglês, oferecendo uma visão mais abrangente e um panorama mais completo sobre esta história internacional relacionada aos Estados Unidos, Inglaterra, França, Brasil e China.

Em suma, o objetivo geral é analisar as razões pelas quais o alvo de imigração mudou da China ao Japão na Missão de 1893.

Os objetivos específicos são:

1. Esclarecer os acontecimentos da segunda Missão Especial na China;
2. Procurar os fatores possíveis que influenciaram a decisão do Barão de Ladário;
3. Enriquecer estudos nesta área com materiais históricos em outras línguas e outros recursos;
4. Relembrar os trabalhos e contributos feitos por grupos diplomáticos.

1.2 Recorte teórico

O quadro teórico parte da noção de História Política, segundo René Rémond:

Conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado (RÉMOND, 2003, p. 30).

Nesse caso, o recorte teórico insere-se na história da relação sino-brasileira, e situa-se nos estudos de emigração chinesa no século XIX, mais especificamente, no quadro teórico de Trabalhadores sob Contrato, isto é, *Indentured Labor*, termo generalizadamente usado para descrever asiáticos de variadas culturas e origens (chineses, indianos ou pessoas de outras procedências) que trabalharam nas colônias europeias e britânicas (GALENSON, 1984, p. 23; NORTHRUP, 1995; RICHARDSON, 1997; VARMA, 2017). Apesar do período cronológico ser abordado de forma abrangente, a análise restringe-se às reações e explicações variadas, dadas por diplomatas, dos contextos culturais diferenciados enfrentando o mesmo acontecimento, a saber: a segunda negociação sino-brasileira da imigração chinesa ao Brasil.

Já em 1809 foram registrados casos de chineses enviados ao Brasil¹. À medida que o tráfico escravizado passou a ser alvo internacional de crítica, os proprietários agrícolas tentavam procurar alternativas de mão-de-obra. E o desenvolvimento rápido de cafeicultura promoveu estes esforços. Neste caso, a primeira Missão Especial à China foi lançada em 1879 para “a resolução do árduo problema que, há alguns anos, conserva em crise permanente a sociedade brasileira: ‘A transformação do trabalho’” (LISBOA, 2012). Por sua vez, a Corte Qing possui uma atitude vigilante à chegada da Missão, de modo que considerou a situação dos *coolies* uma tragédia e o tratado de “amizade”, que o Brasil queria assinar, uma mentira dos ocidentais. Enfim, depois de dois anos de negociação, um *Tratado de Amizade, Comércio e*

¹ Citado de: MOURA, Carlos Francisco. Chineses e chá no Brasil no início do século XIX. Macau: Instituto Internacional de Macau; Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2012. P. 13-27.

Navegação foi assinado em 1881, não mencionando nada sobre a imigração dos chineses ao Brasil.

Entre 1882 e 1889 foram emitidas duas delegações semigovernamentais chinesas, para as quais o Brasil tornou-se um dos destinos. Tong King-sing, diretor-geral da Companhia Chinesa de Navegação e de Comércio² (1883), e Fu Yun-long (1889), enviados oficiais ao estrangeiro, visitaram o Brasil respectivamente nas duas viagens. Enquanto Tong foi surpreendido pela existência de escravidão e se preocupava que o sistema pudesse resultar em prejuízos aos possíveis imigrantes chineses ao Brasil, Fu, que conversou com D. Pedro II, acreditava que os chineses pudessem ser bem tratados nesta terra tropical. Quando os intelectuais chineses mudaram e aprofundaram seu conhecimento sobre o Brasil, começou a segunda negociação, que é o interesse principal da presente dissertação.

A nova negociação começou em Paris, onde Xue Fu-cheng, diplomata chinês na França³, e Gabriel de Toledo Piza de Almeida, diplomata brasileiro na França, discutiram sobre os assuntos que estavam sob os cuidados dos dois países, incluindo os negócios de chá e café, além de imigração chinesa ao Brasil. Os trabalhos preparativos e acordos principais já tinham sido feitos antes que José da Costa Azevedo (Barão de Ladário) chegasse a Paris. No entanto, durante a viagem de J. da C. Azevedo, ele mudou de ideia. De Xangai, voltou a Hong Kong e, depois, ao Brasil. Nunca foi a Pequim, que era o destino original desta Missão. Começou por meio dele a imigração japonesa ao Brasil.

1.3 Revisão de Literatura

1.3.1 Emigração chinesa no século XIX: estudos sobre coolies

O século XIX se destacou pelo desenvolvimento da economia-mundo, quando produtos

² Companhia Chinesa de Navegação e de Comércio, *China Merchants Steam Navigation Company*, em chinês, 轮船招商局, a empresa de transporte foi fundada em 16 de dezembro de 1872 pelo então ministro de Beiyang, Li Hung-chang, no final da Dinastia Qing. Seu objetivo era promover a participação chinesa no comércio internacional, que havia sido praticamente monopolizado por empresas estrangeiras depois da Primeira Guerra do Ópio.

³ Xue Fu-cheng, diplomata e ministro chinês na França, enquanto seu cargo, enviado imperial, responsável aos assuntos exteriores relativos à Grã-bretanha, França, Itália e Bélgica. Cargo em chinês: 使英兼使法意比钦差大臣.

manufaturados se movimentavam pela rede comercial global, com a industrialização e a expansão da Grã-Bretanha. A partir de Galenson (1984, p. 23), “a procura de mão-de-obra **livre** de **baixo custo** desovou a migração de trabalhadores sob contrato”. Por isso, estudos de migração chinesa do século XIX possuem um ramo de marca de época, estudos sobre *coolies*, ou seja, estudos de Trabalhadores sob Contrato (*Indentured Labor*) (GALENSON, 1984). Observa-se que o termo é associado especificamente a chineses que trabalhavam nas colônias britânicas. Isso se dá em vários estudos, por exemplo, o *Routledge Handbook of the Chinese Diaspora*. Diante desse contexto, muitas teses e dissertações sobre *coolies* refletem acerca de chineses nos Estados Unidos e os seus trabalhos em minas e ferrovias, tais como: Linden (1999), Business (1934), etc.

Tendo como objetivo resolver “a questão da substituição do trabalho servil pelo trabalho livre depois da emancipação gradual dos escravos” (MENDONÇA, 1879), a obra *Trabalhadores Asiáticos* (1879), escrita por Salvador de Mendonça quando este ocupava o cargo de cônsul geral do Brasil nos Estados Unidos, investigou os resultados dos trabalhos construtivos realizados pelos imigrantes chineses nos Estados Unidos, ou mais especificamente, na Califórnia. Considerada como referência fundamental na decisão de imigração, a obra descreveu um retrato de imigrantes chineses ultramarinos, o que se tornou a imagem principal dos chamados *chins* entre as elites brasileiras naquela época. A obra foi publicada em Nova Iorque, a mando do conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, presidente do Conselho de Ministros e ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Além de indústria, os *coolies* preencheram a lacuna de mão-de-obra em grandes *plantations*, estimuladas e desenvolvidas por “a Chá Mania⁴” nas colônias britânicas da Ásia,

⁴ A Chá Mania, *tea mania*, o crescimento espetacular e especulativo da indústria do chá de Assam durante a década de 1860 e o consequente custo humano foram sujeitos a uma série de perguntas oficiais, comentários contemporâneos e estudos históricos. A “crise” na indústria que se seguiu imediatamente a esse período foi investigada em relatórios encomendado pelo governo de Bengala no final da década de 1860 e início da década de 1870. No mesmo período, uma oferta colonial denominada William Nassau Lees ofereceu um relato em primeira mão dos tempos turbulentos: Relatório dos comissários designados para investigar o estado e as perspectivas do cultivo de chá em Assam, Cachar e Sylhet (Calcutá, 1868); WN Lees, cultivo de chá, algodão e outras experiências agrícolas em Índia: A review (Londres, 1863); W. N. Lees, memorando escrito após uma excursão pelos distritos de chá do leste de Bengala em 1864-1865 (Calcutá, 1866). Para estudos posteriores, ver P. Griffiths, *The History of the Indian Tea Industry* (Londres, 1967) pp. 96-108 e R.S. Rungta, *Rise of Business Corporation in India*

o que inspirou o recrutamento de *coolies* para o setor de agricultura nas colônias espanholas e holandesas. Vizinhos do Brasil, como o Caribe Francês, Guiana Holandesa, Peru, Cuba e Taiti, tornaram-se rapidamente o destino principal do tráfico de *coolies*. Conforme dados registrados em *Indentured Labor in the Age of Imperialism* (NORTHRUP, 1995), entre as décadas de 1840 e 1910, partiram da China 386.901 *coolies*, emigrando para o Caribe Britânico (18.587), Caribe Francês (2.250), Guiana Holandesa (2.979), Cuba (138.156), Peru (117.432), Ilhas Maurício (850), Reunião (1.350), Taiti (1.100), Havaí (34.309), etc. A corrente de origem-mercado, por meio de portos costais da Euro-América - Ceilão (atual Sri Lanka), Shantou, Macau, Hong Kong, Singapura, Jesselton (atual Kota Kinabalu, na Malásia), Williamsburg, Montreal, Havana, Lima, Callao, etc. - possibilitou e facilitou o fluxo tanto de produtos de trabalho intensivo como chá, pimenta, açúcar, guano e, mais tarde, borracha e café, quanto de milhares de asiáticos que trabalharam compulsoriamente ou não-compulsoriamente nos grandes *plantations*, formando uma grande rede migratória na época. Observa-se por muitos pesquisadores o sucesso desta economia baseada na contribuição de trabalhadores chineses. Destaca-se os trabalhos de Waltner e Ching-hwang (1987) - Canadá; Gonzales (1986) - norte do Peru; Helg (1995) - Cuba; Young (2014) - EUA; Varma (2017), entre outros.

Nota-se que esta economia apresentava duas características que merecem destaque. Em primeiro lugar, a mão-de-obra não supunha uma escolha entre escravos e trabalhadores contratados, mas uma mistura de ambas as formas existentes ao mesmo tempo, e muitas vezes, no mesmo *plantation*. Em segundo lugar, salienta-se que os *coolies*, apesar de serem chamados nominalmente de livres, quando eram contratados enfrentavam, em comum, destinos que envolviam violência, força, insulto e massacre. Estes fenômenos foram descritos sob uma perspectiva mais pormenorizada em estudos regionais, tais como os trabalhos de Lai (2004), acerca dos chineses nas Índias Ocidentais; Parron (2015), sobre a escravatura no Estados Unidos, Brasil e Cuba; Yun (2008), que estudou trabalhadores chineses contratados e escravos negros em Cuba, entre outros.

De um lado, o lucro impressionante de Cuba, Peru e Estados Unidos atraiu os olhares

de brasileiros quem possuíam grandes fazendas. A ideia de imigrar chineses ao Brasil foi, inicialmente, levantada por fazendeiros do Nordeste. Ainda em 1807, o juiz João Rodrigues de Brito, economista e membro da Suprema Corte de Salvador, já mostrou esforços no sentido de imigrar chineses e indianos a fazendas da Bahia, conforme pode ser visto em seu livro *Cartas econômico-políticas sobre agricultura e comércio da Bahia*. No fim da década de 1860, com a expansão de cafeicultura em São Paulo e o aumento do movimento anti-escravidão, evidenciou-se a escassez de mão de obra na lavoura, o que promoveu a publicação de *A crise da lavoura* (BOCAIÚVA, 1868) e *A importação de trabalhadores chins* (PINHEIRO, 1869). As duas obras acenderam um fogo na discussão ao redor da imigração chinesa ao Brasil. Em particular, em *A crise das lavouras* evidenciou-se a crise em fazendas e a necessidade de importar chineses para trabalhar no setor, o que logo se tornou em uma fundamentação teórica para defensores da ideia de que a contratação de trabalhadores chineses era a única solução aplicável para salvar a economia com escassez de escravos.

No entanto, por outro lado, a sobrevivência de chineses no exterior ficava cada vez mais arriscada, conforme mostravam as mensagens enviadas pelos *coolies* que viviam na América ao seu país de origem, trazendo um panorama de tragédias vividas por eles. Após a década de 1860, nos Estados Unidos iniciou-se o movimento de exclusão de *coolies*, o que distorcia a imagem dos chineses. As expulsões, tiroteios e massacres contra chineses ocorridos com cada vez mais frequência no mundo, fez com que o governo Qing começasse a limitar tais recrutamentos. Além disso, ainda em 1873, as autoridades inglesas e portuguesas já proibiram a saída dos *coolies* de Hong Kong e Macau. Em 1882, a aprovação do *Chinese Exclusion Act*, não parou o tráfico, mas desencadeou a primeira onda de contrabando populacional em grande escala. Inúmeros “escravos contratados” foram transportados para a América do Sul através dos portos dos Estados Unidos. O destino dos *coolies* caiu numa situação ainda mais trágica. Autores que são referência nos estudos sobre *Chinese Exclusion Act*, como Young (2014), focalizaram a influência do *Act* ao grupo chinês ou à sociedade dos Estados Unidos, enquanto dedicaram pouca atenção à influência do *Act* ao mundo de língua portuguesa (discutiremos a influência do *Chinese Exclusion Act* nas negociações entre a China e o Brasil, no período 1879-1894, no quarto capítulo).

1.3.2 Estudos relacionados à imigração chinesa ao Brasil do século XIX

Diante do contexto acima, podemos ver que a imigração chinesa ao Brasil se transformou em um tema de debates entre elites brasileiras desde o início do século XIX. Quintino Bocaiúva (1868), Xavier Pinheiro (1869) e Salvador de Mendonça (1879) abriram as discussões relevantes. Depois, quando a discussão passou a ser realizada na prática, a voz mais alta neste tema foi a de Henrique Carlos Ribeiro Lisboa. Com o objetivo de assinar o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* e negociar a imigração chinesa ao Brasil, o governo de Dom Pedro II enviou sua primeira missão diplomática à China. Um dos integrantes daquela missão, que lá esteve entre os anos de 1880 e 1882, foi Henrique Carlos Ribeiro Lisboa. No ano de 1888, Lisboa publicou *A China e os chins: recordações de viagem*, juntando suas investigações com os seus diários, que descrevem sua experiência em Hong Kong, Macau, Cantão, Xangai, e Tien-tsin, onde a Missão negociou e assinou o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação*. Além deste livro, Lisboa escreveu *Os Chins do Tetartos: continuação d'a China e os Chins* em 1894. Impressos hoje pela CHDD (Centro de História e Documentação Diplomática), os dois livros são apresentados por Ricardo Pereira de Azevedo, ex-pesquisador do CHDD, que afirma que as obras “cumpriram o papel de informar os brasileiros sobre diferentes aspectos da China e explorar eventuais possibilidades de uma mudança de posicionamento do Brasil a respeito do país asiático.” (LISBOA, 2012, p. 12).

Na medida em que se dava a alteração da política imigratória e com a chegada de japoneses ao Brasil, acadêmicos perderam interesse no tema da imigração chinesa. Os olhares só voltariam a ele um século depois, quando ocorreu a normalização da relação entre China e Estados Unidos, na década de 1970 e, a seguir, com o reestabelecimento da relação entre China e Brasil, em 1974. As curiosidades sobre este país oriental, por alguns pesquisadores, trouxeram ao foco a história do primeiro contato oficial sino-brasileiro. Entre eles, distinguem-se os trabalhos de Elias (1970), Conrad (1975) e Nogueira (1979).

Maria J. Elias e sua tese *Introdução ao estudo da imigração chinesa* (1970) foi citada posteriormente por muitos pesquisadores do tema, tais como Araujo (2015), Ré (2018) e Czepula (2017), entre outros. Segundo o estudo dela, a quantidade pequena da imigração

chinesa da época se atribui à pressão internacional de anti-escravistas (1970). Robert Conrad, brasileiro especializado em assuntos sobre a época de transição, publicou um resumo histórico de chineses trabalhando na lavoura brasileira. Nogueira, especialista da FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), trabalhava na imigração japonesa ao Brasil e sua obra *Companhias interessadas na introdução de asiáticos em São Paulo nos primeiros anos da República* registrou os debates relevantes no Congresso Nacional entre 1890 e 1898, o que deu testemunho à mudança brasileira no nível decisório sobre o tema discutido e se tornou uma fonte importante na minha argumentação.

Além disso, vale lembrar a obra *A China no Brasil: Influência, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileira* (1999), trabalho de José Roberto Teixeira Leite, nome de grande destaque na crítica de arte. A partir da perspectiva de história cultural, o jornalista analisou, com muitas testemunhas na área, a trajetória de comunicação, quer seja objetos, quer seja hábitos ou costumes, da China ao Brasil. Seu estudo oferece imensos argumentos históricos que mostram como a cultura da China, um país tão distante do Brasil, apesar de ser ignorada e escondida no passado, se incorporou à sociedade brasileira de hoje.

Nos últimos vinte anos, delinear-se novas diretrizes para o estudo do tema, ou seja, o estudo de imigração chinesa do séc. XIX incorporou-se ao estudo de imigração não-europeia. Este episódio transformou-se, então, num prefácio da narrativa de imigrantes japoneses no Brasil. Aqui exemplifico duas obras mais típicas.

A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil (LESSER, 2001) preencheu uma lacuna que ele próprio classifica de surpreendente: a ausência de estudos sobre o grande número de imigrantes não-europeus no Brasil. O discurso das elites sobre a etnicidade não-europeia no séc. XIX e a discussão de imigrantes japoneses no quadro oferece um novo olhar ao lugar onde se situa a narrativa de imigrantes chineses na história da imigração brasileira. Seguindo esta linha, Rogério Dezem publicou *Matizes do “Amarelo”: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)* (2005), na coleção de *História da Intolerância* no Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da USP. No seu primeiro capítulo, o autor mostra a discussão da chamada “Questão Chinesa” e como a imagem foi construída no discurso para a época em que asiáticos foram escolhidos como a opção

transitória entre escravos africanos e imigrantes europeus. No entanto, os trabalhos acima, dos últimos dez anos, parecem ter esgotado todas as possibilidades e estudos da questão. A maioria das publicações posteriores repetiam os mesmos fatos e as mesmas interpretações, adicionando aqui e ali certos detalhes. Uma outra recente sobre chineses no Brasil foi o trabalho de Ana Paulina Lee (2018), que analisou, de uma perspectiva transnacional, o papel da representação cultural na produção de categorias nacionais racializadas, na qual mencionou a construção da imagem de *coolies* e a visita de Tong King-sing ao Brasil. Mas estudos especificamente relativos às negociações entre China e Brasil, entre 1879 e 1894, foram, todavia, muito poucos. Podemos achar somente um estudo de Dantas (1986), que esclarece os acontecimentos da Missão Especial à China em 1879. Então, analisaremos no presente projeto os acontecimentos da Missão Especial à China em 1893.

1.4 Fontes

O *corpus* principal deste estudo constitui-se por três tipos de fontes primárias. O primeiro constitui-se das memórias dos diplomatas, escritas em suas recordações de viagens; o segundo são as opiniões intelectuais publicadas em jornais e revistas da época; o terceiro são telegramas e relatórios dos acontecimentos.

Sobre a China, procura-se dados nas obras *Relatório de Viagem (Volume do Brasil)* e *Recordações de Viagem (Volume do Brasil)* (FU, 2019), ambas escritas por Fu Yun-long sobre suas viagens ocorridas entre 1887 a 1889, e pela primeira vez apresenta sistematicamente as condições da terra brasileira às elites chinesas. E a *Coleção Completa de Li Hung-chang* (LI, 2007) dá importância às mensagens telegráficas produzidas durante a negociação em Tien-tsin, mostrando as preocupações iniciais desta cooperação e a mudança de atitude dos chineses. Além disso, foi arquivado o movimento interior do governo Qing, no *Arquivo da História da Dinastia Qing* (2001), que registra os trabalhos preparatórios entre G. de T. P. de Almeida e Xue para a segunda negociação em 1893.

Na língua portuguesa, a presente pesquisa beneficia-se principalmente pela abertura dos arquivos diplomáticos do CHDD e a digitalização dos jornais e revistas na BND (Biblioteca

Nacional Digital). O primeiro oferece os detalhes da Missão em 1893 e as conversas entre J. da C. Azevedo e o governo brasileiro, o que explica, como testemunho-chave, a formação das decisões durante a viagem. Além disso, foram arquivadas na BND as comunicações públicas do periódico *Diário de Notícias*, que pode servir como um apoio às matérias do CHDD, além dos principais debates gerados por intelectuais brasileiros, referentes à entrada de chineses nesta terra tropical, que constam em *Gazeta e Paiz*, um desfavorável e outro favorável ao assunto. Além disso, como referido acima, a obra *Companhias interessadas na introdução de asiáticos em São Paulo* (NOGUEIRA, 1979), nos primeiros anos da República, também oferece muitas testemunhas relacionadas.

A busca por manter em diálogo discussões passadas e uma análise presente só se fez possível após a pesquisa integrada dos livros e dos documentos consultados de ambos os países. A historiografia que se furta disso resulta em uma repetição de preconceitos. Nesse sentido, esta pesquisa, por sua vez, pretende incluir também matérias na língua chinesa, oferecendo uma visão mais completa ao que aconteceu, possibilitando assim uma comparação das reações e interpretações diferentes entre diplomatas brasileiros e chineses aos mesmos acontecimentos ocorridos nos contatos entre si.

1.5 Capítulos

Comparado com a narrativa cronológica, este trabalho dá mais atenção aos momentos que geraram polêmicas, ou seja, a análise da Missão de 1893 concentra-se principalmente em três questões:

1. Como a atitude da China em relação ao Brasil mudou de resistência para amizade?
2. Por que não há seguimento ao acordo alcançado durante as negociações de Paris?
3. Até que ponto o caso do navio *Tetartos* afetou o destino da Missão?

Tais questões serão respondidas nos capítulos 3, 4 e 5, respectivamente. Na fase de conclusão do trabalho, participei da apresentação de vários simpósios, ocasiões nas quais algumas das questões levantadas pelos participantes fizeram-me sentir que é necessário fornecer um panorama geral antes de entrar no tema, o qual será feito no segundo capítulo. Os

fatores que influenciaram a Missão de 1893 serão abordados no último capítulo. As discussões são brevemente resumidas no final, quando concentraremos a síntese de nossa problemática.

2 EMIGRANTES, *COOLIES*, E TRABALHADORES SOB CONTRATO

2.1 A tradição de emigração chinesa ao Sudoeste da Ásia

Historicamente, o comportamento de migrações ocorre na sequência de desastres naturais ou humanos. Terremotos, inundações, guerras e falta de grãos são fatores comuns nas grandes migrações. O estímulo por alcançar riqueza é outro motivo considerável.

No caso da China, produtos como seda, chá, e porcelana eram sempre bem-vindos no mercado exterior e extremamente rentáveis. Esses comércios de grande escala eram, na maioria das vezes, monopolizados pelo governo oficial, e emigrações estimuladas por riqueza acompanhavam, muitas vezes, contrabando. Mas a situação mudou no ano de 1567, quando o então imperador Longqing, da Dinastia Ming (1368-1644), lançou um conjunto de políticas de reforma após a sua coroação, e uma delas refere-se ao comércio ao exterior, autorizando a participação de capital privado a este tipo de atividade, isto é, o sistema do Porto da Lua⁵. Sob este sistema, todos os barcos que queriam participar na venda aos países estrangeiros tinham que solicitar uma licença de saída e pagar um imposto de acordo com o tamanho do barco e valor dos produtos, assim eles podiam embarcar no Porto da Lua, situado no Rio de Nove Dragões, no município de Zhangzhou, província de Fujian. No registro pesquisado (ZHUANG, 1995), exportações civis vinham se tornando prósperas com um aumento estável de receita nacional.

Segundo Zhuang (1995), a entrada total de prata na China seria acima de 350.000.000,00 *reais de a ocho* durante a Dinastia Ming. Tal quantidade de prata foi possível por conta do descobrimento deste metal no Japão e na América Espanhola, que se tornaram, respectivamente, os dois itinerários principais para a venda de seda pela China.

No primeiro itinerário, barcos saíam do Porto da Lua para Macau ou Taiwan. Depois, seda e porcelana chinesas foram distribuídas via os dois lugares para o mercado japonês. Na análise de Zhuang (1995), durante o pico da rota de seda marítima, portugueses usaram, por

⁵ Porto da Lua, em chinês: 月港, localizada no estuário do rio de Nove Dragões, área litoral no sudeste da China. Está agora administrada da cidade de Haicheng, na subprefeitura de Longhai, no município de Zhangzhou, província de Fujian. Foi um importante porto comercial estrangeiro na Dinastia Ming.

ano, 500.000,00 reais⁶ para a compra de sedas e 40.000,00 taelis⁷ para pagar impostos. Estima-se que o total de prata que entrou na China via comerciantes portugueses seja de 33.500.000,00 *reais de a ocho*, de 1569 a 1636.

No segundo itinerário, Filipinas desempenhava-se como uma estação de transferência. Desde o ano de 1580, as ilhas Filipinas desenvolveram-se rapidamente, o que promoveu o transbordo da seda chinesa nestes portos. A ilha de Manila, capital de Filipinas, recebeu por ano mais que 3.000.000,00 *reais de a ocho* para a compra de seda, e estima-se 75.000.000,00 *reais de a ocho* foram das Filipinas para China na Dinastia de Ming (ZHUANG, 1995).

Além de grandes mercantes, muitos chineses do litoral que trabalhavam nas frotas procuravam oportunidades nas viagens ao exterior, emigrando e povoando o sudoeste da Ásia, nas regiões hoje chamadas de Malásia, Singapura, Filipinas, etc. Eles, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, entalhadores, tecelões de seda, prateiros, serralheiros, sapateiros, bem como carregadores e docas de carga e descarga, vinham trabalhando nestas regiões, ganhando dinheiro por trabalhos artesanais ou manuais no local. Alguns deles voltaram a terra natal, e outros optaram pela aculturação ou assimilação nas sociedades locais, onde as línguas e os costumes se misturaram, e novas culturas híbridas foram criadas. São esses chineses que deram início à tradição de emigração chinesa para trabalhar no exterior.

Enquanto isso, a entrada de prata em tão grande quantidade acabou resultando numa grave consequência: a grande inflação, o que finalmente causou o fim da Dinastia Ming e o estabelecimento de Dinastia Qing (1636-1912), dominada pela minoria Manchu. A diferença entre culturas Manchu e Han gerou conflitos, com a eclosão de rebeldes chamados “Anti-Qing e a volta à Ming⁸” e ondas de emigração ao exterior, o que se perpetuou durante todo o período da Dinastia Qing. Um caso típico foi o de Taiwan, onde Chenggong⁹ estabeleceu o Reino de

⁶ Devido ao caótico sistema monetário internacional da época, os nomes de moedas adotados por diferentes documentos são bem diferentes, e o valor específico não foi resolvido aqui.

⁷ Tael, em chinês, 兩 refere-se a medida de peso usada na China que varia por época. Equivalia a cerca de 37 gramas na Dinastia Qing.

⁸ Sentimento anti-Qing, refere-se a um sentimento mantido principalmente na China contra o domínio manchu durante a dinastia Qing (1636-1912), que foi criticado pelos oponentes como sendo bárbaro. Líderes como leais aos muçulmanos Ming, Koxinga, Joseon.

⁹ O Zheng Chenggong, mais conhecido por seu título Koxinga, liderou um movimento militar para se opor à dinastia Qing de 1646 a 1662. Ele estabeleceu o Reino de Tungning na ilha de Taiwan.

Formosa¹⁰ (1628-1683) de etnia Han, que ainda seguia as tradições da Dinastia Ming. Bases de Taiwan e Xiamen, áreas litorais eram convertidas para linha de frente de guerras Anti-Qing, e chineses de Han ocuparam até à cidade de Nanjing, capital sul da Dinastia Ming, no ano de 1659.

Nesse sentido, é compreensível que esta nova dinastia de manchus tomou políticas mais fechadas aos assuntos marítimos, entre as quais destaca-se o Banimento Marítimo,¹¹ de 1656:

Rebeldes como Zheng Chenggong estão se movimentando nas áreas litorais e ainda não foram eliminados. Deve haver pessoas que se comunicam secretamente, informam pistas de atividades militares para os rebeldes, encobertos pelos negócios marítimos, que também apoiam os agitadores. Se atividades marítimas não forem estritamente proibidas pela legislação, como garantir a segurança da área litoral? Desde então, é proibida a saída de mercantes e civis sem permissão. (...) Todas as áreas costeiras, todas as baías e portos que possibilitavam desembarque de barcos grandes e pequenos, devem ser fechados e defendidos por oficiais. (...) Qualquer embarcação miúda está proibida a entrar no mar. Se a defesa ainda for negligente e houver suspeita, os funcionários especializados na enchente estarão envolvidos no tribunal militar e o supervisor da cidade serão acusados juntos por crime (SHUNZHI, 2020, s/p).

Em 1661, foi lançado um banimento complementar ainda mais rigoroso, queimando todos os campos cultivados e casas de litorâneos:

Áreas litorais nas províncias de Jiangnan, Zhejiang, Fujian, Guangzhou são adjacentes aos rebeldes marítimos e estão ameaçadas pela ocupação deles. Considerando isso, está determinado que toda a população litorânea deve migrar ao interior. (SHUNZHI, 2020, s/p).

O banimento marítimo atingiu seu pico no ano de 1678 e foi reajustado no ano de 1683,

¹⁰ Reino de Tungning (chinês tradicional: 東寧王國, chinês simplificado: 东宁王国, pinyin: Dōngníng Wángguó) ou Reino de Formosa foi um regime que governou a parte sudoeste da ilha Formosa entre 1661 e 1683. Foi fundado por Koxinga (Zheng Chenggong) como parte do movimento para restaurar a dinastia Ming na China depois que ela foi derrubada pela dinastia Qing. Koxinga esperava recuperar o continente chinês dos manchus usando a ilha como uma base de operações para se estabelecer e treinar suas tropas.

¹¹ Haijin (chinês: 海禁, pinyin: Hǎijīn, literalmente ‘banimento marítimo’) foi o evento histórico da ordem de banir atividades marítimas, imposta durante o período da China Ming, e repetida no período da dinastia Qing. Como intenção de frear a pirataria, a ordem se provou inefetiva para o propósito. Em vez disso, ela impôs grandes dificuldades a comunidades de zonas costeiras da nação e legitimou o comércio marítimo.

quando o Reino de Formosa foi derrotado. Conforme o novo regime da Qing gradualmente se estabilizou, os limites aos negócios ao exterior ficaram menos rigorosos, mas as restrições à saída de navios particulares para o mar sempre existiram.

Vale notar aqui três mudanças principais relativas ao nosso tema: 1) O banimento de atividades civis à beira-mar: isto significa que a emigração chinesa ao exterior foi vista como insurgente ao governo Qing, o que levou os emigrantes chineses serem excluídos de proteção regular; 2) A realocização forçada dos moradores costeiros: os fogos de destruição nas áreas costeiras dificultaram a sobrevivência dos residentes que viviam nestes lugares por muitas gerações, fazendo com que eles perdessem os seus meios de produção; 3) O encerramento de alfândega e dos comércios civis para o exterior: isso também causou desemprego grave para os residentes do litoral. E a história econômica de negócios para o exterior voltou aos três ramos tradicionais: 1). tributo, 2). monopolizado pelo governo, e 3). contrabando.

Com tal contexto, está óbvio o fator estimulante de emigração chinesa no início da dinastia Qing, qual seja, o de sobreviver. Salienta-se que esses emigrantes chineses eram, em geral, pessoas livres com certos níveis de conhecimento ou riqueza. Eles ainda não podiam ser chamados *coolies*.

2.2 Origem dos *coolies* e seu desenvolvimento

Segundo Jung, *coolie* tem sua origem de “kuli”, nome de uma tribo ou casta aborígene em Gujarat, que significa “servo contratado”. O nome foi retomado pelos portugueses, que o usaram no sul da Índia (onde por coincidência kuli em Tamil significava “alugar”) e na China. A palavra coolie foi popularizada pela primeira vez no século XVI por comerciantes europeus em toda a Ásia, e no século XVIII se referia a trabalhadores migrantes indianos ou chineses e, no século XIX, ganharia uma nova definição de trabalhadores asiáticos sob contrato em plantações que haviam sido anteriormente trabalhadas por escravos africanos.

Como emigrantes chineses perdiam seu direito de serem livres e caíam numa situação de *coolies*? Ofereço aqui três hipóteses: 1) A construção social do conceito de raça; 2) Colonialismo e a economia colonial; 3) Heterogeneidade cultural entre europeus e chineses.

As duas primeiras hipóteses já foram bem discutidas na academia. Para a presente análise, situaremos o caso chinês. Após a primeira fase do colonialismo (aproximadamente 1450-1800), que tinha como base a constituição de colônias e o capitalismo mercantil, o imperialismo começou a expandir-se rapidamente na Ásia, África e Pacífico, com menos ocupação direta e mais ênfase na extração e cultivo de matérias-primas, bem como na venda de bens industriais. No caso da China, a grande compra de produtos chineses e pouca venda de produtos industriais criou um enorme déficit comercial no início da dinastia Qing, o que não se sustentava com a redução da produção de prata na Nova América durante os movimento de independência da América do Sul. A alternativa escolhida pela Companhia Britânica das Índias Orientais era um produto proibido pelo governo chinês, o ópio.

O ópio é extraído de algumas espécies de papoulas e foi introduzido na China por árabes e turcos em meados da Dinastia Tang¹² (618-907). Durante a Dinastia Ming, os países do Sudeste Asiático serviam ópio como tributo e o vendiam nas cidades por valores semelhantes ao do ouro. Os portugueses vinham da Índia para Guangdong e as exportações de ópio aumentavam gradualmente. No final do século XVI (meados da Dinastia Ming), o ópio passou a ser taxado.

Vale salientar aqui que o ópio tem aplicações medicinais, e era usado sobretudo para aliviar as dores e os nervos, sendo raramente utilizado para fins recreativos. Em 1620, começaram a aparecer na China registros de fumo de ópio. Segundo estes registros, os holandeses em Taiwan valiam-se da natureza viciante do ópio e o misturava ao tabaco, de modo a ter melhor controle da população local, no cultivo de cana-de-açúcar. Essa prática espalhou-se por Fujian e Guangdong na década de 1660. Em 1729, foi proibido o uso de ópio além da medicina. Em 1796, a China cancelou o imposto sobre o ópio e o considerou um item proibido para venda e importação. Apesar de todos os esforços feitos pelo governo chinês, o fraco controle do governo Qing nas áreas litorais não parou, evidenciando-se o contrabando de ópio para o continente, enviado por holandeses, portugueses e ingleses, cujas atividades se baseavam

¹² A Dinastia Tang ou Tangué (em chinês: 唐朝; romaniz. Táng Cháo, 618-906) foi uma dinastia chinesa fundada pelo oficial Li Yuan, pertencente à dinastia que havia reunificado a China entre 581 e 618, após três séculos de fragmentação. A família que fundou a dinastia foi a família Li.

em Taiwan, Macau e Hong Kong. Naquela época, os britânicos ocupavam a Índia, maior área de cultivo de papoula do mundo, e substituíram portugueses como principais exportadores de ópio, da Índia para a China.

Como um produto estrangeiro, o ópio tornou-se um meio econômico pelo qual os colonos controlavam os colonizados e invadiam outros países. No entanto, quando o discurso amarelo foi construído ao longo do século XIX, o papel dos comerciantes de transporte de ópio como perpetradores e sabotadores foi ocultado, e fumar ópio foi retratado como uma espécie de “mal racial”. Podemos ver a inversão da causalidade aqui.

É hoje um consenso que os seres humanos são, em média, iguais em termos de capacidades mentais. Também é um consenso que raças, categorias raciais e ideologias raciais não são simplesmente aquelas que elaboram construções sociais com base na variação fenotípica - ou ideias sobre a diferença inata - mas aquelas que o fazem usando os aspectos particulares da variação fenotípica que foram trabalhados em significantes vitais da diferença durante os colonos europeus se encontrarem com outros. Devido à formação de conceitos raciais, genocídio e tráfico de pessoas foi racionalizado.

No passado, o grande risco que sofriam os emigrantes chineses vinha sobretudo do próprio clima natural. No entanto, com a invasão da Ásia pelos europeus, o risco se tornou o próprio ser-humano, na medida que os não-europeus não eram considerados da mesma espécie pelos colonos europeus naquela época. Os chineses perderam a proteção do governo durante a mudança de dinastias e muitas vezes não podiam competir com os colonos europeus que invadiram a Ásia. Os múltiplos massacres de chineses pelos espanhóis no sudeste asiático são um exemplo típico.

O recorde de tráfico de chineses por europeus remonta ao ano de 1517, quando colonos portugueses invadiram o estuário do Rio das Pérolas¹³, atacaram os moradores e compraram crianças na área de Guangzhou (Chen, 1985). Esses primeiros tráficos humanos não eram em grande escala antes do século XIX. O ponto de vista da historiografia tradicional sustenta que,

¹³ Rio das Pérolas: O rio das Pérolas (em chinês: Zhu Jiang) é um rio localizado no sul da China. Atravessa as províncias de Cantão, Quancim, Iunã e Guizou e parte de Hunã e Jianxi, desaguando no mar da China Meridional. Tem 2 400 quilômetros de comprimento. Seus afluentes principais são os rios Xi, Bei, Dongue.

devido à resistência mundial à escravidão e ao tráfico negreiro, que ganhou ascensão no início do século XIX, a escravidão negra foi gradualmente abolida.

A inércia dos métodos de produção manteve a alta dependência da economia colonial de mão de obra intensiva, resultando em uma enorme demanda por lavoura de preço baixo, o que estimulou o tráfico amarelo. Após a Segunda Guerra do Ópio, o governo Qing foi forçado a concordar em legalizar o comércio de *coolies*. Em 1860, o tratado complementar da Convenção de Pequim sino-britânica estipulou: “O povo chinês tem o direito de viajar para o exterior livremente e o governo chinês não deve impedir que empresas estrangeiras recrutem trabalhadores na China” (YINING, 2020). Nesse sentido, chineses não eram emigrantes, mas eram emigrados pela força para fora da terra. A Espanha e os Estados Unidos assinaram acordos com governo chinês em 1864 e 1868, respectivamente, e seu recrutamento foi legalizado.

Além de todos os relatos acima, havia um fator pouco considerado nos estudos sobre *coolies*, a saber, a heterogeneidade entre as culturas oriental e ocidental. Devido à tradição de seguir frotas comerciais para trabalhar no exterior, muitos chineses não percebiam que o ambiente externo tinha passado por mutações crueis, quando saíam por companhias estrangeiras. Esses chineses que procuravam oportunidades fora do país eram, na maioria das vezes, artesãos, tripulantes, fazendeiros de chá, trabalhadores têxteis ou outros trabalhadores, os quais possuíam certos conhecimentos técnicos enquanto foram excluídos da vida política pelo sistema dos Exames Imperiais¹⁴. Eles se encontravam numa posição de serem administrados e, ao mesmo tempo, não percebiam que o sistema tradicional mestre-servo chinês variava muito da escravidão na cultura ocidental. O conhecimento das novas regulamentações ocidentais requeria tempo para ser processado, e o custo foi muito grande.

De acordo com estatísticas incompletas, durante a viagem pela qual *coolies* chineses eram transportados para a América Latina, de 1847 a 1874, cerca de 26.000 morreram de doenças, e entre 3.000 e 4.000 pessoas morreram nos distúrbios. E a taxa de mortalidade na

¹⁴ Os Exames Imperiais (chinês tradicional: 科舉, chinês simplificado: 科举, pinyin: kējǔ), aplicados na época da China Imperial, consistiam numa série de provas que serviam para selecionar a quem, entre a população, seria permitida a entrada na burocracia estatal. O sistema de exame imperial na China perdurou por 1 300 anos, de sua fundação durante a dinastia Sui, em 605, até sua abolição perto do final da dinastia Qing, em 1905.

viagem marítima foi acerca de 12% (ao mesmo tempo, a taxa de mortalidade de imigrantes das Ilhas Britânicas em viagem foi de 1%, o que é menos de um décimo da de *coolies* chineses imigrantes). Especificamente, de 1847 a setembro de 1873, 16.346 *coolies* chineses morreram a caminho de Cuba, com uma taxa de mortalidade de 11,83%; de 1860 a 1874, 8.492 *coolies* chineses morreram na viagem marítima para o Peru. A taxa de mortalidade foi de 11,61%; de 1852 a 1873, 958 *coolies* chineses morreram no mar a caminho das Índias Ocidentais britânicas, e a taxa de mortalidade foi de 5,57%. A taxa de mortalidade de *coolies* chineses que foram para Cuba na década de 1950 e para o Peru na década de 1960 ultrapassou 15%; a taxa de mortalidade de *coolies* chineses que foram para as Índias Ocidentais britânicas chegou a 9% entre 1852 e 1859 (MEAGHER, 2004).

2.3 O discurso sobre *coolies* nos Estados Unidos

A trágica experiência dos trabalhadores chineses atraiu a atenção de organizações antiescravistas e gerou protestos generalizados. Além disso, quando o trágico tratamento aos chineses nas plantações sul-americanas os levou de volta à sua terra natal, procuravam novos lugares para trabalhar.

Em 24 de janeiro de 1848, foi encontrado ouro em Sutter's Mill na Califórnia, o que marcou o começo da corrida do ouro. Por motivo de ligar as áreas pacíficas com as atlânticas, os EUA preparavam a construção da Primeira Ferrovia Transcontinental (PFT), o que demandava muita mão de obra, de modo que, em 1848, a proposta de introduzir mão de obra chinesa foi apresentada pela primeira vez no Congresso dos Estados Unidos. Um consultor político chamado Aaron Palmer sugeriu que:

São Francisco, antes intimamente ligada aos estados da costa atlântica, se tornará nosso grande centro comercial na costa do Pacífico. Seria efetiva a participação dos trabalhadores chineses na construção de uma ferrovia transcontinental e no uso das terras férteis da Califórnia para a produção agrícola. Os legisladores americanos finalmente chegaram a um consenso de que os chineses eram tão importantes para o oeste, como os negros para o sul e os celtas estão para o leste (KWONG; MISCEVIC, 2007, p. 53).

Nesse contexto, surgiram vozes dando as boas-vindas aos chineses na Califórnia: “(Chineses) são o grupo mais trabalhador, quieto e paciente entre nós ... (Eles) parecem ter nascido e crescido sob nossas leis” (KWONG; MISCEVIC, 2007, p. 43).

A Companhia de Emigrantes Americanos (*American Emigrant Company*) desempenhou um papel-chave no transporte de chineses. A empresa construída por investidores em 1863 fazia lobby ao governo federal para atrair mais mineiros, artesãos, tecelões, fazendeiros, ferroviários e outros tipos de mão de obra a preços razoáveis para preencher a escassez de mão de obra nos Estados Unidos, o que ressaltou a Lei de Incentivo à Imigração (*Act to Encourage Immigration*), assinada por Lincoln em 1864. Embora a empresa inicialmente quisesse contratar “brancos” para o trabalho ferroviário, os imigrantes europeus não estavam interessados nisso. Leland Stanford, um executivo do projeto da Primeira Ferroviária Transcontinental reclamou: “A maioria da classe trabalhadora branca na costa do Oceano Pacífico prefere se envolver na mineração lucrativa e na produção agrícola em vez da construção de ferrovias.” James Strobridge, um outro responsável, também reclamou: “As pessoas que podem ser encontradas são trabalhadores instáveis e não confiáveis. Eles ficam na construção por alguns dias, e na hora do pagamento, pegam seu salário, bebem demais, e depois renunciam (KWONG; MISCEVIC, 2007, p. 53).”

Com o fardo de sucessivas greves e solicitações de aumentar salário, a empresa mudou-se usando trabalhadores chineses:

Eles (chineses) são tranquilos, pacíficos, pacientes, são trabalhadores econômicos. Eles estão dispostos e são capazes de aprender as várias habilidades de trabalho exigidas para a construção de ferrovias, e em breve serão tão eficientes quanto trabalhadores brancos. Comparados com os trabalhadores brancos, os trabalhadores chineses são mais cautelosos e econômicos (KWONG; MISCEVIC, 2007, p. 53).

Assim, muitos chineses participaram no projeto da PFT sob o controle da Companhia de Emigrantes Americanos. Segundo a análise feita por Stanford, estimava-se que eram de 10.000 a 15.000 chineses que trabalhavam para a companhia no pico da construção da PFT, e que atingiram 20.000 no total entre 1865 e 1869, ocupando 90% de trabalhadores para a ferroviária (OBENZINGER, 2018).

Segundo registros da Comissão de Imigração nos EUA, a onda de imigração chinesa para aquele país ocorreu entre 1850 e 1960. O primeiro pico foi no ano de 1854, quando 13.100 chineses imigraram para os Estados Unidos. Sob a política de imigração relativamente livre, a segunda onda de emigração chinesa para os Estados Unidos ocorreu na década de 1870. O número total de imigrantes chineses do ano de 1873 (20.292) e 1876 (22.781), era duas vezes maior do que em toda a década de 1960. Em geral, de 1850 a 1882, o número de chineses imigrando para os Estados Unidos manteve basicamente uma tendência de crescimento contínuo, que só parou depois de 1882, com a validade da Lei de Exclusão Chinesa nos Estados Unidos¹⁵.

A conclusão da construção da Ferrovia Transcontinental deve ser atribuída em grande parte às contribuições dos trabalhadores chineses. As ferrovias conectavam o leste e o oeste dos Estados Unidos e aceleravam a decolagem geral da economia daquele país. A experiência bem-sucedida na contratação de trabalhadores chineses deste projeto levou os empresários americanos a seguir o exemplo e instou o governo federal dos EUA a negociar com o governo chinês para garantir um fornecimento contínuo de mão de obra.

Além da tradição, da corrida do ouro, das oportunidades de emprego e de outros fatores atrativos, a segunda onda de imigração chinesa para os Estados Unidos, na década de 1870, também se beneficiava de um fator legal, a saber, o Tratado EUA-China de Pu Anchen¹⁶, em 1868, o que marcou a formação da política dos Estados Unidos de incentivo à livre migração de chineses.

Em novembro de 1867, Pu Anchen, que havia servido como ministro dos EUA na China por seis anos, estava prestes a deixar o cargo e retornar ao seu país. Ele foi nomeado o primeiro embaixador plenipotenciário da China em um banquete oferecido pelo Tsung-Li Yamên¹⁷. Em fevereiro de 1868, Pu Anchen, enviado plenipotenciário da Dinastia Qing, junto com seus

¹⁵ Segue apêndice 1.

¹⁶ Anson Burlingame, em chinês 蒲安臣, foi um advogado americano, legislador do Partido Republicano/Americano, diplomata e abolicionista. Como diplomata, ele serviu como ministro dos EUA na China (1862-1867) e, em seguida, como enviado da China aos EUA, o que resultou no marco do Tratado de Burlingame em 1868.

¹⁷ Tsung-Li Yamên, em chinês 总理衙门, órgão governamental encarregado da política exterior da China Imperial durante o final da Dinastia Qing. Foi criado pelo príncipe Gong em 1861, após a Convenção de Pequim.

enviados chineses Dao Zhigang e Sun Jiagu, organizou a delegação chinesa aos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Prússia e Rússia. Depois que a missão chegou a Washington em 1868, Pu Anchen, em nome do governo Qing, e William H. Seward, secretário de Estado dos Estados Unidos, assinou o “Tratado de *Burlingame* (*Burlingame Treaty of 1868*)”, ou seja, a renovação do “Tratado de Tianjin Sino-EUA”.

Com o primeiro tratado recíproco na história moderna da China, os dois países estabeleceram relações amistosas formalmente. Os artigos 5 e 6 do tratado concedem à China o tratamento de nação mais favorecida, confirmando que os Estados Unidos e os cidadãos chineses têm o direito de migrar livremente.

O tratado estipulou:

Os Estados Unidos da América e o Imperador da China reconhecem cordialmente o direito inerente e inalienável do ser humano a mudar de casa e lealdade, e também a vantagem mútua da livre migração e imigração de seus cidadãos e súditos, respectivamente, de um país para o outro, por motivos de curiosidade, de comércio, ou como residentes permanentes. As altas partes contratantes, portanto, se unem em reprovar qualquer outra forma que não seja uma migração inteiramente voluntária para esses fins. Consequentemente, concordam em aprovar leis que tornem um crime penal para um cidadão dos Estados Unidos ou súditos chineses levar súditos chineses para os Estados Unidos ou qualquer outro país estrangeiro, ou para um súdito chinês ou cidadão dos Estados Unidos levar cidadãos dos Estados Unidos à China ou a qualquer outro país estrangeiro, sem seu consentimento livre e voluntário, respectivamente.¹⁸

Pode-se perceber por essa cláusula que, em primeiro lugar, a China e os Estados Unidos se opõem ao comércio de *coolies*, pois esse comércio viola os princípios da liberdade e da voluntariedade. Em segundo lugar, o tratado pressupõe a igualdade: os cidadãos dos dois países compartilham dos mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas restrições, o que teve um significado positivo naquela época que a China enfrentava uma crise por ser colonizada pela Europa, e foi forçada a assinar vários tratados desiguais. Por último, essa cláusula tentava também garantir os direitos legais dos imigrantes chineses aos Estados Unidos. Considerando

¹⁸ Ver apêndice 3.

a falta de medidas específicas, até certo ponto, é apenas uma letra morta, como os tratados anteriores assinados entre a China e outros países que estipulavam a legalidade do recrutamento de trabalhadores na China, e declaravam a proteção dos direitos dos chineses no exterior. Como podiam entrar no tribunal os indivíduos sem estatuto legal, que foram traficados ou que estavam sob controle pessoal, e até não compreendiam a língua local?

Pode-se ver que os capitalistas americanos introduziram os imigrantes chineses sobretudo como mão de obra estrangeira, de modo a substituir os locais, o que também representou um perigo oculto para a onda anti-chinesa no futuro. A harmonia superficial entre imigrantes asiáticos e europeus ainda podia ser mantida quando trabalhos feitos por chineses e por irlandeses não se sobrepunham, mas no momento em que os dois se tornaram competitivos no mercado de trabalho, essa contradição potencial se intensificou.

Antes de listar os fatores que estimularam a emoção vigilante comum aos chineses, salienta-se que, por um olhar contemporâneo, todo o século XIX foi permeado por valores desiguais e cruéis, às vezes até anti-humanos, nos casos de invasões e até genocídios. A relação de poder superioridade/inferioridade entre europeus e não-europeus foi um signo na era do colonialismo. A codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma suposta estrutura biológica distinta que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros (QUIJANO, 2005). Portanto, embora as autoridades americanas fossem relativamente amigáveis com os imigrantes chineses, a discriminação e a perseguição ao povo chinês nunca foram suspensas. O caso típico foi a construção da PFT. Embora não existam números exatos, muitos fatos provaram que os trabalhadores chineses sofreram abusos desumanos e foram forçados a realizar trabalhos perigosos. Muitos deles foram obrigados a explodir granito sólido sem proteção, subir em penhascos íngremes para operar trituradores e cavar túneis no inverno frio, e foram então mortos pelas explosões, quedas de penhascos, cortes de máquina e congelamentos no inverno (OBENZINGER, 2018).

No dia 10 de maio de 1869, o programa da PFT foi concluído. A grande quantidade dos trabalhadores ferroviários chineses foi recolocada no mercado, e ao mesmo tempo, a abertura ao trânsito da PFT permitiu que imigrantes europeus, irlandeses em especial, chegassem ao litoral oeste. Eles competiram por vagas no mercado de trabalho, e os empresários preferiam o

uso de chineses, tanto nos portos de pesca, quanto no setor de manufaturados. Na década de 1870, os trabalhadores chineses representavam um duodécimo da população total da Califórnia e eram principalmente do sexo masculino. De acordo com o censo de 1870, havia 63.199 chineses vivendo nos Estados Unidos, dos quais 49.277 viviam na Califórnia e 12.022 em São Francisco (KWONG; MISCEVIC, 2007, p. 67).

De certo ponto, a onda anti-chinesa talvez tenha nascido do sentimento de serem ameaçados pelos americanos brancos, que temiam que a crescente população chinesa atrapalhasse o processo de colonização. A crise econômica de 1873, evidenciada pela queda de minas de ouro, ainda piorou a situação da competição por vagas, quando os mineiros entravam no mercado e procuravam trabalhos. Rapidamente, o nível salarial baixo de chineses tornou-se o alvo de críticas.

Por exemplo, em 1876, 22.000 chineses imigraram para a Califórnia, mas o total de imigrantes europeus era nove vezes maior que o de chineses no mesmo período. Esses novos imigrantes, esperançosos, não estavam dispostos a se envolver em empregos com baixa qualificação, mas descobriram que a Califórnia não era um paraíso com “ouro em todos os lugares” como se imaginava anteriormente, o que causou greves e conflitos. Mas o ódio foi transferido para os chineses quando os donos de empresas e negócios seguiram o exemplo da PFT, usando chineses para substituir os novos imigrantes. Portanto, a culpabilidade da depressão econômica foi colocada sobre os chineses, tidos como cúmplices da exploração deles pelos capitalistas (KWONG; MISCEVIC, 2007, p. 59). Como resultado, os trabalhadores gritaram, protestando que os trabalhadores chineses só ganhavam salários que não podiam encher seus estômagos, e os chamavam de “escravos” e “*coolies* sem liberdade”. Logo, sindicatos se tornaram líderes do movimento anti-chinês.

Durante um simpósio que participei no mestrado, um participante levantou uma questão muito impressionante, a saber, por quais razões os chineses não se integraram na comunidade local ou participaram nas greves, mas ajudaram os capitalistas? Assim como foi analisado por Sidney, em seu trabalho *Visões de liberdade*, a pergunta em questão é: como um grupo discriminado podia ser protegido em um sistema desprotegido?

Não é nosso objetivo aqui levantar uma grande bibliografia do dilema enfrentado pelos

chineses no exterior para a realização de greves, incluindo o controle pessoal dos donos das fábricas por meio da violência, as barreiras linguísticas na busca por ajuda, as dívidas impossíveis de serem pagas às empresas intermediárias sob baixos salários, e até as discriminações dos novos imigrantes que não aceitaram a integração de chineses, etc. Na verdade, imigrantes chineses *fizeram sim* esforços para melhorar a sua situação, mas na maioria das vezes terminaram em desespero pelos fatores listados acima.

Mesmo no caso da PFT, temos um registro de greve realizada pelos trabalhadores chineses no dia 25 de junho de 1867, na Sierra de Cisco para Truckee, o que foi “a maior ação coletiva de greve da história americana até aquela data.” (OBENZINGER, 2018). Mas o responsável Charles Crocker cortou alimentos e outros suprimentos, e não permitiu o uso da ferrovia para retornar a Sacramento.

Impedi as provisões sobre eles. Impedi os açougueiros de massacrar e usei tais medidas coercitivas. Depois de oito dias a comida acabou e os trabalhadores começaram a passar fome. Junto com o supervisor de construção James Strobridge, o xerife local e um contingente de homens brancos delegados, confrontei os líderes dos trabalhadores, insistindo que eu não faria concessões e ameacei com violência a qualquer pessoa que impedisse os trabalhadores de retornar ao trabalho (OBENZINGER, 2018, s/p).

Enfim, a greve terminou sem resultado nenhum. Nesta onda, propostas de omitir chineses vinham sendo entregues ao congresso, e algumas delas foram bem-sucedidas, incluindo o caso de Page em 1875, *California Constitution prohibited the employment of Chinese* (1879), *The Fisheries Act prohibited the Chinese from engaging in fishery*, etc. Mas todas as leis discriminatórias contra imigrantes chineses promulgadas podiam ser consideradas inconstitucionais sob os compromissos estabelecidos no Tratado de *Burlingame*, incluindo as duas leis listadas acima. Foi este também o contexto da Lei da Exclusão Chinesa de 1882 (*Chinese Exclusion Act*).

Sob tal processo, trabalhadores chineses foram juntos sobrepostos aos chamados *coolies*. Salienta-se que eles foram sacrificados nos conflitos entre empresários e trabalhadores. Na construção da imagem negativa da “raça chinesa”, a causalidade foi revertida. Eles se tornaram

viciados em drogas por causa da agressão econômica dos ocidentais e não tinham as condições sanitárias mais básicas por causa do controle dos traficantes, sendo excluídos da vida social convencional por não serem reconhecidos pelos grupos de imigrantes europeus, entre outros fatores. As críticas e estereótipos converteram-se em instrumentos para a construção estrutural da discriminação. E então a questão econômica foi substituída pela questão racial, a qual permitia a fuga da responsabilidade do governo. E a negociação de imigração chinesa ao Brasil foi lançada neste contexto, na culminação do movimento anti-chinês, com uma atitude vigilante do governo Qing.

3 AS VIAGENS DIPLOMÁTICAS ENTRE CHINA E BRASIL

3.1 Uma breve apresentação

Mesmo que a Lei Áurea tenha sido assinada em 1888, a crise escravocrata vinha se manifestando na agricultura brasileira já no século XVIII, por causa de pressões internacionais, especificamente os protestos na Inglaterra relacionados ao tráfico de escravos entre colônias portuguesas na África e na América. O Brasil, desde então, tentava procurar outros suplementos de mão de obra. A primeira tentativa foi o plano de imigração europeia. No entanto, em vez de trabalhos rurais, os imigrantes suíços e alemães preferiam trabalhar em cidades ou se estabelecer em sua própria colônia, o que foi visto como uma ameaça à governança lusófona. “É incontrovertido hoje que a imigração europeia não se adapta ao regime do nosso trabalho agrícola, que é impossível transformar de um dia para outro: ele desenvolverá a pequena propriedade, fundando novos centros agrícolas, e este resultado será inestimável.” (BRASIL, 1881). Nesse sentido, a importação de trabalhadores chineses se destaca como uma alternativa.

A negociação de imigração chinesa ao Brasil pode ser dividida em duas fases. A primeira fase iniciou-se em 1879, momento em que G. de T. Piza, o embaixador do Brasil na França, e Xue Fu-cheng¹⁹, o embaixador da China na França, negociaram em Paris a possibilidade de imigração chinesa ao Brasil. Como resultado, Eduardo Callado e Arthur Silveira da Motta (depois Barão de Jaceguay) foram nomeados enviados extraordinários e ministros plenipotenciários à Missão Especial à China no mesmo ano, enquanto Salvador de Mendonça, cônsul geral do Brasil nos Estados Unidos, publicou em Nova Iorque *Trabalhadores Asiáticos*.

Em setembro de 1881, o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China* foi assinado em Tien-tsin, depois de que o Governo Imperial obteve algumas modificações na versão original assinada em 1880. A partir dos brasileiros da Missão, a entrada de chineses no Brasil entre 1808 e 1879²⁰, a sugestão da Inglaterra que pediu a substituição de

¹⁹ Xue Fu-cheng, em chinês 薛福成, ver Bibliografia.

²⁰ Segundo o *Registro dos Estrangeiros* publicados a partir de 1960 pelo Arquivo Nacional (v.1: 1808-1822; 2: 1823-1830; 3: 1831-1839; 4: 1840-1842). Citado de Leite (1999, p. 269).

escravos por *coolies* em 1843, e os trabalhos feitos efetivamente por *coolies* nos Estados Unidos e em Cuba, tudo contribui para uma imagem brilhante do assunto. Em comparação a isso, a Corte Qing possuía uma atitude vigilante, e considerou que a situação dos *coolies* era uma tragédia, e mentira dos ocidentais. Por causa disso, ambas as versões de *Tratado* não mencionaram a cooperação da imigração chinesa ao Brasil. Em 1882, o governo imperial designou João Antônio Rodrigues Martins como cônsul-geral na China, e Manuel da Silva Pontes Junior como vice-cônsul em Xangai. Eles continuavam a convencer os mandarins sobre o assunto.

Os esforços deram frutos e a primeira missão de empresários chineses foi emitida. Tong King-sing, o diretor-geral de Companhia Chinesa de Navegação e de Comércio, começou sua missão global, e chegou ao Brasil em março de 1883. Durante sua visita de dois meses, ficou chocado pela escravidão ainda existente, e preocupava-se que imigrantes chineses fossem mal tratados nesta terra. Na opinião dele, a escravidão existente no Brasil e a distância dificultavam a garantia de bem-estar dos emigrantes chineses. Nesse sentido, negou a cooperação e voltou à China.

Em 1887, a Corte Qing lançou um projeto que se chamava “Conhecer o Mundo”, iniciativa que tinha por objetivo oferecer referências oficiais da situação de estrangeiros a Tsung-Li Yamên. Foram selecionados então 28 funcionários públicos às viagens oficiais, nas quais Fu Yun-long seguia uma rota entre Japão, Estados Unidos, Cuba, Peru e, finalmente, chegou em Salvador (Brasil) em 1889²¹. Depois, foi ao Rio de Janeiro e visitou Dom Pedro II. Este encontro mudou a imagem de “perigo brasileiro” e as suas investigações contribuíram para a mudança da atitude chinesa à imigração chinesa ao Brasil.

No mesmo ano, o Brasil sofreu conflitos que resultaram na passagem do Império à República e muitas rebeliões. O governo de Qing não teve certeza sobre o futuro do novo regime, e seu interesse na imigração chinesa. Depois disso, as negociações pararam.

Em 1892, Francisco Ferreira de Moraes representou ao governante do estado do Rio de Janeiro a introdução asiática à lavoura. No mesmo mês, Cheng Tsao-ju, ex-embaixador nos

²¹ Um outro funcionário GU Hou-kun desistiu de ir ao Brasil quando chegou aos Estados Unidos com FU em 1889. Ele estava doente e naquele verão no Brasil febre amarela estava amplamente infectando (FU, 2016, p. 56).

Estados Unidos, entregou a Li Hung-chang uma proposta para emigrar chineses ao Brasil. No dia 25 de outubro de 1892, G. de T. P. de Almeida enviou a Xue Fu-cheng uma mensagem oficial em Paris. Começou então a segunda fase da negociação. Depois de receber o telegrama de Xue, Li consultou opiniões de Fu Yun-long, e recebeu uma resposta positiva no dia 31. Nesse sentido, ele entregou uma proposta para o Tsung-Li Yamên, anexando as opiniões de Fu e Zheng, e concluiu que “a emigração ao Brasil seria uma solução para ambas as partes” (LI, 2007, p. 57). Deste modo, Xue respondeu à mensagem de G. de T. P. de Almeida: “Encaminhará os solícitos a Tsung-Li Yamên e pedirá a autorização do nosso imperador quando nos envia as informações da missão à China, incluindo a data da chegada e os nomes dos enviados.” (LI, 2007, p. 57). No dia 18 de novembro de 1892, Tching Tchang, conselheiro da China na França, e J. da C. Azevedo realizaram um encontro em Paris, preparando os detalhes para serem discutidos em Pequim, incluindo a cooperação laboral e comércios de café e açúcar. No ano seguinte, G. de T. P. de Almeida informou a Xue que Gurgel do Amaral Valente e J. da C. Azevedo iriam a Pequim. Em junho daquele ano, J. da C. Azevedo chegou a Paris, continuando as negociações com Tching e chegando em um acordo. G. A. Valente adoeceu e veio a falecer na Áustria e J. da C. Azevedo foi à China. No dia 2 de novembro, ele chegou à Xangai, esperando a autorização para entrar em Pequim. No entanto, saiu de Xangai e foi a Hong Kong 20 dias depois. Assim, o governo Qing perdeu as trajetórias de J. da C. Azevedo. Na verdade, ele foi ao Japão e voltou ao Brasil diretamente. A negociação da imigração chinesa ao Brasil finalmente termina em malogro.

Ao invés de esgotar todos os detalhes nas quatro viagens, a presente análise pretende comparar alguns casos-chave durante as negociações.

3.2 Controvérsia sobre o propósito: a Missão Especial à China (1879)

Em 1879, foram nomeados como ministros plenipotenciários da missão o diplomata Eduardo Callado e o contra-almirante Arthur Silveira de Motta, futuro Barão de Jaceguay. Henrique Carlos Ribeiro Lisboa foi nomeado secretário da missão especial. Luís Felipe Saldanha da Gama e Alexandrino Faria de Alencar foram nomeados como adidos militares

(FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO, 2012, p. 27)²².

A missão foi organizada num ambiente polêmico, discutindo a chamada “Questão Chinesa” enquanto muitos argumentos opostos pareciam ter, na visão de hoje, preconceito racista e eurocentrismo, com palavras como “chins²³”, “degradação”, “raça parada há mais de mil anos” etc. (DEZEM, 2015, p. 104). Vale notar que focalizaram na “efetividade” todas as discussões, tanto a favor quanto contra à imigração chinesa ao Brasil, e, ao mesmo tempo, as discussões de “viabilidade” foram invisíveis. Na verdade, a missão enfrentava também uma grande pressão internacional, tanto aos países ocidentais quanto ao seu destino, a China.

Devido ao abuso e massacre dos chineses pelo movimento antichinês nos Estados Unidos, o governo chinês teve uma mentalidade defensiva no recrutamento de trabalhadores chineses ao exterior. Por sua vez, o pedido do Brasil de enviar uma missão para assinar um tratado de amizade foi muito claro, isto é, a regularização do recrutamento de trabalhadores chineses.

Quando a missão estava a caminho de Paris, a *Anti-Slavery Society* dirigiu um protesto ao ministro Tseng Chi-tse²⁴, embaixador da China em Londres, Rússia e Paris, contra a introdução de trabalhadores chineses no Brasil, mostrando uma posição clara da sociedade inglesa nesse assunto (FRANCO; SCOMAZZON, 2020, p. 243). Devido à falta de contatos, o diplomata chinês consultou registros e obras em língua francesa e inglesa sobre o Brasil. Além disso, o protesto foi encaminhado a Tsung-Li Yamên²⁵, que respondeu com o seguinte telegrama:

Ainda não recebemos mensagens sobre a chegada da missão à China. Podem discutir com os diplomatas para entender os motivos deles. Mas, em princípio, não há

²² Cadernos do CHDD, ano 11, número 20, primeiro semestre 2012, Fundação Alexandre Gusmão, p. 27.

²³ O nome “chins” possui um sentido pejorativo, mas para manter a originalidade das fontes, a palavra não foi mudada nas citações. Isso não representa posição e opiniões da pesquisadora.

²⁴ Tseng Chi-tse (Chinese: 曾纪泽; pinyin: Zēng Jìzé; Wade Giles: Tseng Chi-tse) (1839 – 1890), filho de Tseng Kuo-fan, marquês na dinastia Qing, e diplomata chinês. Ele presidiu na negociação do *Tratado de São Petersburgo* (1881). Foi embaixador da China em Londres, Rússia e Paris (1878-1885). Seu artigo *China, the Sleep and the Awakening*, publicado em *Asiatic Quarterly Review* em Londres (1887), explicou a política externa do governo chinês da época.

²⁵ Tsung-Li Yamên (Chinese: 总理衙门; pinyin: zǒng lǐ yá men; Wade Giles: Tsung-Li Yamen), órgão governamental encarregado da política externa da China Imperial durante o final da dinastia Qing. Foi criado pelo príncipe Gong em 1861, após a *Convenção de Pequim*. Pode ser visto como o ministério de Relações Exteriores da China da época (mas a sua responsabilidade e localização na estrutura administrativa chinesa é bem diferente de um ministério moderno).

nenhuma possibilidade para o recrutamento de trabalhadores chineses (LI, 1997, p. 2749, vol. 2).

Sendo assim, Tseng informou ao barão de Penedo, ministro brasileiro na Grã-Bretanha, que:

Em consequência do tratamento excessivamente injusto e cruel que emigrantes chineses têm recebido em outros países [...] é resolução inalterável (do governo chinês), de declinar, qualquer espécie de proposta de emigração (FRANCO; SCOMAZZON, 2020, p. 242).

Sobre esta resolução, o Governo Imperial se posiciona:

O Governo Imperial, como V. Sas. sabem, resolvendo mandar uma missão especial à China, tinha por fim concluir um tratado que assegurasse ao Brasil os benefícios da colonização. A resposta que o ministro chinês deu, de ordem da sua corte ao sr. barão de Penedo, não permite que por ora se faça mais que um tratado de amizade, comércio e navegação; mas o Governo Imperial julga conveniente fazer uma tentativa para conseguir aquele fim. (CHDD, 2012, p. 27).

Sem dúvida, o motivo principal desta missão consistia no recrutamento. E o Governo Imperial era bem claro acerca das pressões internacionais que enfrentava, bem como sobre as preocupações principais do governo Qing, especificamente nos métodos de proteção. Na carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros no início da missão, foi redigido:

Esta segunda cláusula previne qualquer impossibilidade que inesperadamente se apresente. No projeto do tratado que acompanha o presente despacho, vão inclusos dois artigos (8º e 9º) a respeito da emigração. O Governo Imperial deseja que V. Sas. façam toda a diligência para que eles sejam aceitos, mas autoriza-os a desistir deles, se encontrarem resistência invencível, limitando-se, então, às estipulações concernentes à amizade, comércio e navegação. Com esses elementos e com as informações que deverão colher na China, farão um relatório que me remeterão oportunamente. Nesse mesmo relatório, ou em outro, V. Sas. tratarão de tudo quanto possa guiar o Governo Imperial relativamente às relações de navegação e comércio, à residência de brasileiros e ao modo como devam ser protegidos, e ao estabelecimento de alguma missão permanente, de um consulado-geral e de vice-consulados (CHDD, 2012, p. 28).

E a proposta original do tratado que o Ministério elaborou enfatizou a emigração chinesa ao Brasil, destacando que o governo chinês não poderia prevenir a emigração dos chineses, em seu Artigo 8º:

O governo de Sua Majestade o Imperador da China permitirá, em todos os portos do Império abertos ao comércio estrangeiro, o embarque de emigrantes que se dirigem por conta própria ao Brasil; e compromete-se a não opor dificuldades alguma à livre emigração de seus súditos e a proibir as autoridades dos ditos portos e, sobretudo, aos Taotaís das alfândegas, que suscitem embaraços ao fretamento e habilitação dos navios destinados ao transporte de passageiros chineses, seja qual for a sua bandeira, e às operações dos armadores, consignatários e agentes, sempre que estes se conformem com as estipulações do presente tratado (CHDD. 2012, p. 31).

Com relação à legalidade do status de imigrantes, o governo brasileiro também fez requisitos relevantes, considerando as preocupações chinesas sobre a luta contra crimes de tráfico de *coolies*, no artigo 9º:

Se, apesar disto, à chegada do navio ao seu destino se encontrar algum passageiro sem documentos, as autoridades brasileiras, de acordo com os cônsules da China, adotarão a respeito deste as medidas que julgarem convenientes. Para que a visita dos referidos delegados possa ter lugar e seja eficaz, o capitão do porto ou o armador será obrigado a declarar com antecipação a hora de saída do navio. Se o capitão de um navio que conduzir emigrantes não se submeter a esta condição e manifestar a intenção de fazer-se à vela sem esperar pela visita dos delegados, o cônsul brasileiro, depois de ser disso informado oficialmente, deverá recusar-lhe os documentos, e o navio será detido e tratado segundo as leis do seu país (CHDD. 2012, p. 31).

Pode-se verificar que na formulação deste tratado se imitava os tratados assinados pela China com o Reino Unido e com a França, o que foi confirmado em relatório posterior. “Declaramos que estávamos prontos a apresentar um projeto de tratado em que não havia cláusula alguma que não fosse quase textualmente reproduzida dos tratados ultimamente celebrados entre a China e alguns estados da Europa e América” (CHDD, 2012, p. 55).

Em relação à questão da mão de obra chinesa, medidas consistentes foram consideradas:

1ª Etapa: Assinatura de “Tratado de Amizade” para legalizar a introdução de chineses ao exterior; 2ª Etapa: Criação de consulados na China para gerenciar o recrutamento de mão de obra chinesa; 3ª Etapa: Confiados o estabelecimento de companhias para transportar mão de obra ao seu país.

No entanto, o ano da negociação desta missão brasileira foi realizada numa época especial: na culminação do movimento antichinês nos Estados Unidos, onde emergiam contínuas notícias do massacre de chineses e leis que restringiram trabalhos de chineses, incluindo *O Massacre de Chineses em Los Angeles de 1871*²⁶, e as leis discutidas no capítulo 1. E ao mesmo tempo, Tseng Chi-tse estava negociando com os Estados Unidos para abrir um meio pelo qual permitiam o recebimento da volta de trabalhadores chineses na Califórnia, a fim de proteger os chineses que lá moravam. O governo chinês tinha confiado nos compromissos estrangeiros, na esperança de resolver a situação difícil dos chineses no exterior, por meio da cooperação internacional, e até mesmo autorizou o americano (*Burlingame*) a agir como representantes do governo chinês e assinar um tratado de igualdade com o governo dos EUA (o Tratado de *Burlingame*). No entanto, o fato de um grande número de imigrantes chineses terem sido discriminados nos Estados Unidos tornou a hostilidade doméstica mais alta do que nunca, e a imagem de “estrangeiros hipócritas” tornou-se a opinião dominante da China sobre os ocidentais.

Nesse contexto, diplomatas brasileiros declaravam oficialmente que procuravam assinar um tratado de amizade, comércio e navegação, sem mencionar as negociações de emigração chinesa. No dia 8 de junho de 1880, a Missão chegou a Tien-Tsin²⁷.

3.3 A conversa entre Li Hung-chang e Callado

Apesar de no Brasil os preconceitos sobre chineses serem uma constante, a missão encontrava, na China, um outro estereótipo em relação ao país da América do Sul. De acordo

²⁶ O massacre chinês de 1871 foi um massacre racial que ocorreu em 24 de outubro de 1871, em Los Angeles, Califórnia, quando uma multidão de cerca de 500 brancos e hispânicos entrou em Old Chinatown e atacou, intimidou, roubou e matou residentes chineses. Os criminosos não foram castigados no tribunal.

²⁷ Tien-Tsin (Chinese: 天津; pinyin: Tiānjīn; Wade Giles: Tien-Tsin), cidade litoral no Norte da China. Uma das maiores cidades chinesas na época e fica perto do capital, Pequim.

com as investigações de Paris, o vice-rei Li Hung-Chang²⁸ imaginava o Brasil como se fosse um país recém-nascido de colônias, situado em ilhas ou no litoral do continente, tal como Cuba e Peru. Quando ele perguntou as informações do país num encontro ocorrido no dia 19 de julho de 1880, os diplomatas brasileiros “notaram a total ignorância do vice-rei” por ele “perguntar se este era banhado por algum mar.”.

Tal registro foi descoberto no relatório de Eduardo Callado e Artur Silveira da Mota para o então conselheiro Pedro Luís Pereira de Sousa, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Depois de conversarmos algum tempo sobre a nossa longa viagem até aqui, fez-nos S. Exa. uma série de perguntas a respeito da situação geográfica do Brasil, sua extensão territorial, população, produtos e origem da nação brasileira, mostrando-se sobremodo admirado de que só contássemos 58 anos de existência como nação independente, sendo que a China, disse-o S. Exa. com visíveis sinais de orgulho, já era um Estado soberano há quatro mil anos! A nós, o que causou admiração foi a ignorância completa do vice-rei em matéria de geografia; pois, entre muitas questões pueris que propôs, relativamente aos nossos limites, perguntou se o Brasil era banhado por algum mar (CHDD, 2012, p. 54).

Na discussão sobre a imigração chinesa ao Brasil, a missão brasileira manteve sua estratégia de declarar o benefício de comércios, para evitar a negação completa de Li.

De nossa parte, durante aquela difusa interlocução, mantivemos o propósito em que havíamos assentado: de demonstrar que as vantagens que o Governo Imperial esperava obter do comércio direto entre os dois países tinham sido o móvel principal da nossa missão e, apenas incidentemente, entre os benéficos resultados que poderão provir do tratado, observamos que não seria para nós somenos o de induzir os laboriosos chins a procurarem o nosso país, que tanto carece de população (CHDD, 2012, p. 55).

Na questão-chave da emigração, sobre a forma como o Brasil tratou o povo chinês na época, a missão brasileira afirmou que sempre tratou bem o povo chinês. O diálogo foi ocorrido

²⁸ Li Hung-chang (Chinese: 李鴻章; pinyin: Li Hung-chang ; Wade Giles: LI Hung-chang) (1823 - 1901), Marquês Suyi. Foi político e diplomata chinês do final da dinastia Qing. Ele serviu em posições importantes na corte imperial Qing, incluindo serviços ao vice-rei de Zhili, Huguang e Liangguang.

num outro encontro, no dia 16 de julho de 1880, registrado por fontes chinesa e portuguesa:

Li perguntou: “O Brasil tratou chineses como escravos? Ouvimos isso.” Callado respondeu: “Não. Chegaram ao Brasil cerca de dois mil chineses, todos vieram por vontade própria. Foram bem tratados no Brasil, até se casaram com brasileiros. No navio da nossa missão têm três soldados chineses que queriam ir ao Brasil. Tudo por causa do tratamento de igualdade entre chineses, ingleses e franceses no nosso país. Podemos instalar consulados aqui para garantir os benefícios de chineses no Brasil.” (LI, 2007, p. 1177-1180).

E em português:

O vice-rei manifestou receios de que os chins no Brasil fossem submetidos ao regime da escravidão [...]. Respondemos que já estava feita a experiência que o devia convencer do contrário, pois, em 1856, [...] se haviam introduzido no Brasil muitos centos de chins. E que esses chins [...] gozaram no Brasil de todos os direitos e franquezas garantidos pela nossa constituição política aos estrangeiros, sem distinção de nacionalidades (FRANCO; SCOMAZZON, 2020, p. 270).

No entanto, segundo o relatório enviado por Li a Tsung-Li Yamên:

Acredita-se que a concessão na autorização de cooperação laboral é impossível. Se o tema for envolvido na discussão, precisamos procurar uma forma de recusar. [...] No aspecto comercial, a instalação do novo consulado na China será aceitável (LI, 2007, p. 3171-3173).

Enfim, a primeira versão do *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* foi assinado em 1881, não mencionando nada sobre a imigração dos chineses ao Brasil.

3.4 Os esforços de Callado e a visita de Tong King-sing ao Brasil (1883)

A maioria dos membros da Missão voltaram à terra natal e Callado ficou na China continuando a promover a cooperação. Ele procurou dois diretores da Companhia Chinesa de Navegação e de Comércio²⁹, para negociar a abertura de uma linha regular de vapores, ligando

²⁹ Companhia Chinesa de Navegação e de Comércio (Chineso: 輪船招商局; pinyin: Lúnchuán zhāoshāng jú; Inglês: China Merchant's Steam Navigation), uma empresa de transporte fundada em 16 de dezembro de 1872 pelo então ministro de Beiyang, LI Hung-Chang, no final da dinastia Qing. Seu objetivo era promover a

portos da China com os do Brasil. No plano de Callado, além de trabalhadores, o Brasil podia importar chá, sedas, louças etc. e exportar café, madeira, açúcar etc. Foi mencionado também um subsídio de 100 mil dólares pago por agentes privados brasileiros para a empresa chinesa. Com os esforços de Callado, Tong King-sing, diretor geral da Companhia Chinesa de Navegação e de Comércio, mostrou seu interesse, numa carta respondida a Callado no fim de 1881.

The numerous interviews I have had with Your Excellency, since your arrival in China, has enabled me to gather much valuable information respecting the vast and fertile dominions of His Imperial Brazilian Majesty, and appreciate the many advantages it offers to emigrants, especially from China. The wise policy Your Excellency has pursued in discountenancing every attempt made to induce your country to embark in schemes of emigration based upon the vicious contract system which proved so detrimental to the interests of Chinese labourers in South America and Cuba, will, I feel confident, be productive of most favourable results (CHDD, 2012, p. 142).

A partir deste plano, em 1883, Tong King-sing, durante sua viagem de investigação na Europa e da negociação com a Grã-Bretanha sobre a compra de navios militares, decidiu ir ao Brasil. Segundo o relatório anual da empresa, ele escreveu:

Desde a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, o sr. Callado solicitou várias vezes o transporte da nossa empresa, com objetivo de encorajar chineses a imigrar ao Brasil. Ele também mencionou um subsídio grande para isso. Considerando os negócios fracassados no sul da Ásia, planejamos alterar as rotas de Zhiyuan, Tunan, e Meifu ³⁰, criando algumas linhas para o oriente. Assim viajei à Europa e ao Brasil, conforme o convite do sr. Callado (WANG, 1983, p. 197).

Em dois meses no Brasil, ele visitou São Paulo e Rio de Janeiro, investigando a possibilidade de criar novas rotas comerciais entre os dois países. Mas o resultado da investigação foi negativo: “Pesquisamos o ambiente comercial no Brasil, por meio formal e informal. Com a escravatura ainda existente e um sentimento comum antichinês, duvidamos que possa ser cumprido o compromisso do Brasil de tratar bem o povo chinês.” (WANG, 1983,

participação chinesa no comércio internacional, que havia sido praticamente monopolizado por empresas estrangeiras depois da Primeira Guerra do Ópio.

³⁰ Nomes de navios.

p. 197).

O argumento de Cheng Tsao-Ju³¹, ex-embaixador da China nos Estados Unidos, mostrou a outra razão da volta de Tong:

A trajetória parte de Hong Kong, passa pelo canal de Suez, depois vira para sul e ultrapassa o Atlântico, assim chegando ao Brasil. [...] Na volta, não há produtos especiais para importação. Assim não vale a pena. Por causa das polêmicas ocorridas em Xangai, ele voltou ao país e a negociação parou (CHEN, 1985, p. 1203-1204).

O registro de Lisboa (2018, p.19) complementou alguns detalhes importantes para a mudança de ideia de Tong. Quando ele voltou ao Rio de Janeiro depois das investigações, encontrava-se as vozes das elites de classe alta do Brasil que se opuseram à imigração chinesa no parlamento, e na imprensa publicada pela Sociedade Central de Imigração. O oficial chinês teve um encontro com Dom Pedro II e, durante a conversa, o imperador informou que o subsídio que tinha sido mencionado não seria pago pelo governo e mostrou uma atitude negativa para a entrada dos chineses, na qual “o imperador pôde convencer-se da opinião adversa do homem cuja inflexível vontade predominava no país.”. Devido à estrutura centralizada do governo chinês na época, a afirmação de Pedro II podia ter sido compreendida por Tong como se o plano de cooperação fosse difícil de implementar. Tong achava que o subsídio de 100 mil dólares seria pago pelo governo, pois foi Callado, o qual tinha uma identidade oficial, que negociou com ele o assunto. Mas quando os pagadores dessa grande quantia se tornaram empresas privadas, o crédito do pagamento diminuiu. Deste modo, esta conversa poderia ter sido o principal fator para a mudança de atitude de Tong.

Em suma, a incerteza do subsídio, a escravatura nas plantações, um ambiente não-amigável, e a grande distância seriam as razões pelas quais Tong anunciou a suspensão do negócio em Londres. Sendo ele o primeiro chinês que tenha investigado o Brasil num contexto oficial, a imagem brasileira que ele mostrou foi por muito tempo a dominante entre os intelectuais chineses.

³¹ Cheng Tsao-ju (Chinese: 郑藻如; pinyin: zhèng zǎo rú; Wade Giles: Cheng Tsao-ju) (1827–1894), político e diplomata. Foi embaixador da China nos Estados Unidos, Espanha, e Peru (1881-1885).

3.5 Fu Yun-long, figura-chave na mudança de atitude

Enquanto Tong foi surpreendido pela existência de escravidão e preocupava-se com a possibilidade do sistema resultar em prejuízos aos possíveis imigrantes chineses no Brasil, Fu Yun-long, que pesquisava o Brasil em 1889, acreditava que os chineses pudessem ser bem tratados nesta terra tropical.

Em 1887, a Corte Qing lançou um projeto chamado “*Conhecer o Mundo*”, iniciativa que tinha por objetivo oferecer referências oficiais da situação de países estrangeiros à Tsung-Li Yamên. Foram selecionados, então, 12 funcionários públicos para viagens oficiais, divididos em 5 grupos, com destinos a 20 países na Ásia, Europa, América do Norte e América do Sul. Entre estes funcionários, estava Fu Yun-long, que seguia uma rota entre Japão, Estados Unidos, Cuba, Peru e Brasil.

Fu Yun-long (Deqing, 1840-1901), acadêmico especializado em produção militar, foi diplomata chinês na dinastia Qing. Ele foi aprovado em primeiro lugar para participar no plano “*Conhecer o Mundo*”. Em dois anos de viagem, ele pesquisou os países destinados, resultando num total de mais de 85 volumes em materiais, no que introduziu os intelectuais chineses a um panorama geral dos países estrangeiros, incluindo 30 volumes sobre o Japão, 32 volumes sobre a América do Norte, 2 volumes sobre Cuba, 4 volumes sobre o Peru, 10 volumes sobre o Brasil, entre outros. Após a viagem, ele se voluntariou para o Movimento de Auto Fornecimento³², trabalhando no Instituto de Máquinas de Tien-Tsin³³. Vale notar que os materiais escritos por ele, pela primeira vez, apresentaram sistematicamente as condições da terra brasileira às elites chinesas. Por isso, ele foi conhecido como o chinês que melhor conhecia o Brasil daquela época.

O grupo enviado à América do Sul continha dois funcionários e alguns colaboradores.

³² O Movimento de Auto Fornecimento (1861-1895), em inglês *Self-Strengthening Movement*, também conhecido como Movimento de Ocidentalização (*Westernization Movement*), foi um período de reformas institucionais iniciadas na China durante o final da dinastia Qing, após os desastres militares das Guerras do Ópio. O movimento foi visto como um processo inicial de industrialização e de modernização da China.

³³ O Bureau de Fabricação de Máquinas de Tien-Tsin (Chinês: 天津机器制造局; pinyin: Tiānjīn jīqì zhìzào jú), instalado em 1867, foi uma das primeiras plantas de fabricação de armas modernizadas na China. O cargo do escritório geral foi assumido por Li Hung-chang em 1870. Logo se tornou uma parte importante no plano do Movimento de Auto Fornecimento. A produção principal eram pólvora, canhões, navios e barcos.

Além de Fu, um outro funcionário, Gu Hou-kun³⁴, desistiu de ir ao Brasil quando chegou aos Estados Unidos, em 1889. Ele estava doente e, naquele verão, o Brasil estava amplamente infectado pela febre amarela (FU, 2016, p. 56). Enquanto isso, Fu finalmente chegou em Salvador (Brasil), em dezembro de 1889. Depois, ele foi ao Rio de Janeiro e visitou Dom Pedro II. Este encontro foi registrado em seu diário:

Dia 8 de março:

O encontro foi marcado ao meio-dia, no Palácio. [...] Quando entrei, Dom Pedro II levantou-se e deu um cumprimento. O tradutor tentava falar português e o imperador disse que podia conversar em inglês. Consultou meu caminho de ida e volta e introduziu os minérios e indústrias do Brasil. Na hora da saída, apertamos as mãos e o imperador disse *Good-bye*. D. Pedro II tinha cabelos brancos, mas uma cara bem jovem, iluminado por medalhas. Ele tinha 64 anos, com 50 anos de dominação (FU, 2016, p. 211).

Segundo ele, alguns brasileiros de identidade oficial³⁵, consultaram a possibilidade de imigração chinesa ao Brasil. Pesquisando a política imigratória da época, descobriu que o país tinha uma grande área territorial com baixa densidade populacional. Assim, foi realizada uma política branda, tratando os moradores e descendentes estrangeiros com igualdade. Ele pesquisou especialmente as áreas educacionais e comerciais, registrando que crianças estrangeiras compartilhavam o mesmo direito de receber educação em escola, além do que, mercantes e agricultores do exterior competiam no mercado sob a mesma regra de cidadania³⁶. Ele conversou com os chineses moradores da área fluminense, sendo que a maioria deles eram trabalhadores do Peru. “Segundo os chineses locais, os proprietários rurais tratam os trabalhadores chineses com menos rigor, melhor do que nas plantações de Cuba e Peru.” (FU, 2016, p. 97). No registro dele, o número total de moradores chineses no Rio de Janeiro era de cerca de 500 pessoas.

³⁴ Gu Hou-kun (Chinese: 顾厚焜; pinyin: Gùhòukūn) (1844–?), político. Nascido em Jiangsu, na 13ª geração de Gu Sheng. Foi o enviado oficial ao Japão, Estados Unidos, Cuba, Peru e Brasil (1887-1889). Possui obras como *Estudos sobre a renovação política após Meiji*, *Estudos de Política Brasileira* etc.

³⁵ Os nomes e cargos registrados em chinês são traduções dos ideogramas, que podem ser romanizados, mas muito diferentes do original. Para evitar confusão, coloco aqui pronomes indefinidos.

³⁶ Na época, muitos países europeus implementaram políticas discriminatórias a imigrantes da Ásia ou da América.

Assim, ele escreveu a Tsung-Li Yamên, que o “Brasil está com muitas terras e minerais, aguardando o desenvolvimento, mostrando uma atitude hospitaleira à chegada de trabalhadores e os chineses locais são tratados melhor do que em países como Cuba e Peru.” (FU, 2016, p. 221).

Fu também visitou Callado. Quando foi mencionada a missão em 1879, Callado admitiu francamente que esta tinha como objetivo verdadeiro procurar trabalhadores chineses para o Brasil. É por isso que o consulado brasileiro, instalado em Xangai no ano de 1883, conforme o *Tratado*, não continuou as negociações de importação e exportação de produtos. Somente então, a parte chinesa conseguiu confirmar que o real motivo dos brasileiros em estabelecer uma relação oficial com a China era para importar mão de obra asiática.

O relato de Fu mudou a imagem de “perigo brasileiro” e as suas investigações contribuíram para a mudança da atitude chinesa à emigração ao Brasil. Quando os intelectuais chineses aprofundaram seu conhecimento sobre o Império, começou a reforma republicana brasileira de 1889, quebrando, assim, a negociação.

4 A MISSÃO ESPECIAL À CHINA DE 1893: PREPARAÇÃO

4.1 Mudança da atitude do governo Qing: favorável à emigração ao Brasil

A atitude negativa à emigração chinesa do governo Qing mudou nas últimas décadas do século XIX. Depois que o Ato de Exclusão da China foi assinado em 1882, uma grande quantidade de imigrantes chineses americanos retornou à China. Além disso, o movimento antichinês nos Estados Unidos gradualmente afetou o resto do mundo, resultando em difamação e ódio ao povo chinês em escala mundial, e a quantidade de pessoas que retornaram à China aumentou drasticamente. Ao mesmo tempo, a população do sul da China estava crescendo dia a dia, e o impacto da industrialização na agricultura tradicional se intensificava ainda mais, havendo um grande excedente de mão de obra, o que foi reafirmado no telegrama que Xue Fucheng passou para o Tsung-Li Yamên em 22 de fevereiro de 1893:

Investiguei as deficiências de países americanos, de Cuba e Peru por exemplo, e outros lugares, que recrutaram trabalhadores na China. Foram geralmente organizados por estrangeiros que arrecadaram fundos, recrutaram trabalhadores chineses na China, e assinaram contratos, pagaram taxas de navio, e então transportaram aos destinos, onde os trabalhadores foram vendidos para aqueles que realmente precisavam contratar trabalhadores nas plantações. Então as pessoas foram consideradas como produtos lucrativos. No entanto, depois que o contrato expirou, eles seriam vendidos de novo e transferidos várias vezes, até permanecerem em uma terra estrangeira pelo resto da vida, exaustos e usados como vacas e cavalos. Só os chineses que iam para os Estados Unidos tinham direito à autonomia e obtinham benefícios próprios, por isso os Estados Unidos foram vistos como paraíso. Recentemente, o país adotou uma política de expulsão, e a sobrevivência do povo chinês piorava (CHEN, 1985, p. 1208).

Cheng Tsao-Ju, embaixador da China nos Estados Unidos (1881-1885), entregou a Li Hung-chang um relatório sobre a crise populacional durante sua viagem de volta da terra natal, confirmando que “O país está com população cheia, especialmente no leste da província de Cantão, atualmente vem aumentando os casos de roubos e assaltos, o que é um sinal de rebeldes.” (CHEN, 1985, p. 1203-1208). No mesmo relatório, ele ainda anexou um plano para a emigração chinesa ao Brasil, anotando as experiências para legalizar a emigração ao exterior, planejando

a emigração anual de mais de 10 mil chineses de Cantão para o Brasil.

Li Hung-chang recebeu o plano, discutiu com Fu Yun-long, que havia sido promovido ao escritório geral do Beiyang Machinery Bureau, este escreveu a Li Hung-chang, em 31 de outubro, afirmando que “a dificuldade de recrutamento de trabalhadores está na urgência” e que “centenas de milhares de pessoas que precisam de comida e roupas estão dependendo de emigração” e concordou em negociar com o Brasil o recrutamento de chineses (LI, 2007, p. 387-388). Portanto, Li Hung-chang enviou a proposta ao Tsung-Li Yamên, copiando opiniões de Cheng Tsao-Ju e Fu Yun-long, em 7 de novembro de 1892:

Desde que os Estados Unidos proibiram a entrada de trabalhadores chineses, os pobres no litoral da China perderam um meio ao exterior, e seus meios de subsistência pioraram. Cheng, ex-embaixador nos Estados Unidos, tomou seu senso de responsabilidade, entregou uma proposta de emigração cantonesa ao Brasil, a qual foi anexada ao presente documento. De acordo com opiniões de Fu Yun-long, que viajou ao Brasil para investigar as condições nacionais, confirma-se a urgência na negociação com o governo brasileiro, especialmente antes que os trabalhadores ocidentais ocupassem o lugar dominante, evitando de serem excluídos no futuro. Ele adicionou que o Brasil já está recrutando secretamente chineses em Cingapura, o que requisita a preparação prévia. Senão, enfrentariam os abusos no Peru e em Cuba sem proteção oficial quando os chineses já recrutados chegassem lá. É muito perspicaz a argumentação dele. Venho pelas considerações enviar a presente proposta. Por favor consideram isso, e discutem a implementação em Tsung-Li Yamên (CHEN, 1985, p. 1201-1203).

Percebe-se que antes do Brasil enviar missão à China em 1893, a atitude do governo Qing era favorável à chegada de brasileiros que viessem à China para negociações. No entanto, vale notar aqui, existia uma diferença fundamental entre o plano do governo Qing sobre a emigração chinesa ao Brasil e a visão do governo republicano, ou seja, o então governo chinês pretendia que os chineses se fixassem na terra brasileira, enquanto eram vistos apenas como mão de obra temporariamente residentes, de acordo com a visão de políticos brasileiros, opinião confirmada ao se vislumbrar a situação de imigrantes japoneses antes da Segunda Guerra Mundial.

O trâmite para a vinda de chineses ao Brasil foi aberto na esfera jurídica brasileira em 1892, segundo a lei n. 97, de 5 de outubro de 1892, a seguir:

Art. 1º É permitida a livre entrada, no território da Republica, a imigrantes de nacionalidade chinesa e japonesa, contanto que, não sendo indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à ação criminal em seus países, sejam válidos e aptos para trabalhos de qualquer indústria.

Art. 2º O Governo fica autorizado:

1º A promover a execução do tratado celebrado com a China em 5 de setembro de 1880;

2º A celebrar tratado de comércio, paz e amizade com o Japão;

3º A estabelecer agentes diplomáticos e consulares nesses países, a fim de manter com eles boas relações e especialmente encarregados esses ou outros agentes de fiscalizar, de modo eficaz a evitar abusos, a imigração que desses países se dirigir para o Brasil (BRASIL, 1892).

4.2 As negociações em Paris: divergência de propostas

4.2.1 A primeira negociação entre G. de T. P. de Almeida e Xue

No dia 25 de outubro de 1892, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, o embaixador do Brasil na França, enviou a observação a Xue Fu-cheng, embaixador da China na Europa, dizendo que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, em nome do presidente “expressava uma vontade de estabelecer agentes diplomáticos em Pequim” para “manter a amizade” (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-15-047-06-006). Xue estava baseado em Londres, Inglaterra³⁷, e ordenou que Tching Tchang, conselheiro baseado em Paris, França, administrasse os negócios. Depois que a observação foi telegrafada por Xue a Tsung-Li Yamên, Li apresentou a proposta referida em 1.1., e respondeu a Xue em 12 de novembro, consultando:

A emissão de enviados especiais do Brasil tem que possuir certificado de credibilidade, que deve ser recebido de acordo com a etiqueta atual da China. A missão tem alguma informação sobre o recrutamento de trabalhadores no país? Quando ele pode chegar? Verifique título e nome dos enviados e nos informes. Consulte a missão sobre suas intenções da chegada e não mencione o recrutamento de trabalhadores (LI, 2007, p. 502).

Então, com a permissão do Tsung-Li Yamên, Xue enviou a observação a Gabriel. de T. P. de Almeida, informando que a missão “terá recepção segundo a etiqueta chinesa atual, igual

³⁷ O sistema diplomático da dinastia Qing naquela época era que o embaixador da Grã-Bretanha servia simultaneamente como embaixador na França, Itália e Bélgica.

aos enviados de outros países, para mostrar a amizade”, e consultando as informações dos enviados para que possam tirar documentações necessárias à entrada no país (Tsung-Li Yamên, 01-15-047-06-006).

Neste contexto, a negociação entre Tching e Gabriel. de T. P. de Almeida foi realizada em Paris, principalmente sobre a emigração:

Tching: Há muitos poucos negócios entre a China e o Brasil e não há contatos frequentes entre cidadãos. Caso envie funcionários para estabelecer agência em Pequim, não teria muitos assuntos.

G. de T. P. de Almeida: O propósito de enviados do nosso país é, primeiro, para manter a amizade; e o recrutamento, em segundo lugar; comércios em terceiro. Desde o estabelecimento da democracia, temos feito grandes esforços para governar e rejuvenescer o país, principalmente em favor da terra e do foco nos negócios. O Brasil é um país com um vasto território, somente menor que o dos Estados Unidos, rico em solo e escasso em povoamento. Há de dois a três milhões de imigrantes ocidentais por ano. No entanto, ainda estamos sofrendo um problema de pouca população, razão pela qual procuramos o recrutamento de chineses. Se o povo chinês puder ir, isso será benéfico para os dois países.

Tching: É fácil abrir meios de recrutamento, e já procurávamos anteriormente um benefício mútuo na emigração. No entanto, no passado, os trabalhadores chineses foram abusados repetidamente, e hoje há uma dificuldade para o governo permitir isso. Não posso me compromissar sobre este assunto. Em primeiro lugar, em minha opinião pessoal, se não houver medidas efetivas e confiáveis para prevenir os abusos, as solicitações dificilmente serão autorizadas, com a nossa determinação de proteger o povo (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-15-047-06-006).

Assim, Gabriel. de T. P. de Almeida respondeu que o Brasil ainda não tinha uma norma explícita para garantir o bem-estar de chineses, mas ele podia consultar para entender o presente plano específico, e depois Qing poderia discuti-lo detalhadamente com ele (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-15-047-06-006).

O conservadorismo do lado chinês na questão da emigração ao Brasil parece ser diferente da atitude positiva mostrada nos documentos em 1.1, mas esta pode ser uma estratégia de negociação adotada para proteger a segurança de vidas e bens de chineses, conforme os telegramas enviados de Xue ao Tsung-Li Yamên.

Em 26 de janeiro de 1893, ele diz:

Para a solicitação do Brasil, será melhor recusar primeiro. Com solicitações repetidas, a negociação do bem-estar de emigrantes poderia ganhar mais benefício, quando garantir o estabelecimento e a validade de cláusulas específicas para o direito da proteção consular. Assim os dois países podem ter benefícios mútuos (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-15-047-06-007).

E em 22 de fevereiro de 1893, depois da conversa entre Tching e Gabriel de T. P. de Almeida:

Segundo os relatos anteriores, conversamos com a parte brasileira, confirmando seu motivo principal no recrutamento. Hoje, se quisermos beneficiar nosso povo, devemos permitir sua solicitação da emigração chinesa ao Brasil, e proteger a autonomia do nosso governo, assim evitamos que os expulsem no futuro. Para alcançar isso, devemos esperar que eles implorem repetidamente para que criem capítulos especiais, e adicionamos consulados, assim podemos ter um certo controle da situação (CHEN, 1985, p. 1208).

Ao invés de permitir que as empresas brasileiras contratassem trabalhadores na China, Xue concordou em abrir consulados no Brasil para proteger os direitos e interesses dos chineses que iam voluntariamente ao Brasil, assim podiam evitar a recorrência do tráfico de pessoas mista de trabalhadores sob contrato, como o que tinha feito pelos países ocidentais. Ou seja, como o controle verdadeiro de Hong Kong e Macau não pertencia à China naquela época, o governo Qing foi impotente nos recrutamentos ilegais. No processo de negociação com o Brasil, a China buscou estabelecer um meio de emigração diferente ao do passado, com base na igualdade entre os dois países, via cooperação intergovernamental, obtendo então certa iniciativa neste assunto. Isso foi exatamente o oposto do que o Brasil pensava: a missão obviamente esperava fazer referência ao sistema existente e legalizar os recrutamentos anteriormente de status ilegal.

Obtido o acordo do governo da China, foram nomeados, em 4 de março de 1893, enviados extraordinários e ministros plenipotenciários em missão especial, os Srs. Almirante José da Costa Azevedo e José Gurgel do Amaral Valente. Segundo o Decreto n. 1,896, de 23 de novembro de 1894, o primeiro plenipotenciário partiu para o seu destino em 24 de abril de 1893,

e o segundo faleceu em Viena em 3 de junho seguinte. Para o lugar deste foi nomeado em 28 de outubro o Dr. Joaquim Francisco de Assis Brazil (BRASIL, 1894).

Mas noto aqui uma confusão entre fontes variadas. Na observação passada de G. de T. P. de Almeida para Xue, ele recebeu o telegrama do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tratava sobre a nomeação de enviados na Missão Especial à China de 7 de fevereiro de 1893, explicando que,

José Gurgel do Amaral Valente exercia o alto cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de 1ª classe junto ao governo da Áustria-Hungria, e tinha experiência de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto aos Estados Unidos da América. E José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, é o almirante da força marítima. Depois de concluir os rituais de se apresentarem antes da monarquia, o Barão do Ladário voltará ao Brasil, e o sr. Valente sediará em Pequim (LI, 2007, p. 1211).

Então, o governo republicano planejou que, na divisão do trabalho entre os dois líderes da Missão, J. da C. Azevedo lidaria com a negociação da imigração chinesa e só ficaria na China com a missão por tempo limitado. E J. da C. Azevedo cuidaria das relações diplomáticas com a China e ficaria baseado em Pequim.

Com a esperança na vinda da Missão, G. de T. P. de Almeida e Xue discutiram de modo mais aprofundado sobre os assuntos de emigração, focalizando-se na proteção aos trabalhadores. Segundo mesma observação entregue a Xue e telegrafada ao Tsung-Li Yamên, Almeida permitiu a supervisão do governo chinês aos assuntos de emigração, e pediu a eles medidas específicas que pudessem ser autorizadas no Brasil.

E dado que a riqueza do nosso país está toda na agricultura, gostaríamos de pedir à China, que permita que o povo chinês venha ao Brasil para trabalhar na lavoura, por motivo de promover nossa economia. Eles deveriam ouvir a fiscalização e o cuidado dos funcionários chineses e, em seguida, retornariam por sua vontade com bem-estar. Podem determinar certos métodos da proteção, para que possam obter todos os direitos (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-15-047-07-007).

A discussão sobre as medidas de proteção foi registrada no mesmo arquivo:

Almeida: Qual é a sua proposta para o recrutamento de trabalhadores?

Tching: Este assunto não foi transmitido pelo ministro Xue, e não podemos oferecer um plano determinado. Necessitamos ainda a decisão tomada pelo Tsung-Li Yamên depois de análise, o que pode ser difícil de prever agora no exterior. Pessoalmente, os casos frequentes de abuso no exterior deram uma lição aos chineses, que atualmente medem-se na saída. Terá mais facilidade na etapa da aprovação, caso seja possível organizar o recrutamento pelo governo chinês, com medidas preventivas aos maus costumes antigos, ou supervisionar sob as autoridades chinesas. Se quiser evitar o regulamento chinês e lançar recrutamentos sem permissão, a autorização da emigração chinesa ao Brasil enfrentará dificuldades para ser deferida.

Almeida: Atualmente a Grã-Bretanha e suas colônias seguem a proibição de trabalhadores chineses nos Estados Unidos, o que vem obstaculizando a sobrevivência de chineses. A autorização de chineses trabalharem na lavoura brasileira seria um método criativo, que beneficiará a resolução dos dilemas que eles estão enfrentando. Acredito que Tsung-Li Yamên também considerará isso (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-15-047-07-007).

Assim, Xue passou os resultados da conversa ao Tsung-Li Yamên, aconselhando:

Verifica-se que enviados de missões estrangeiras contém geralmente um líder no país. Desta vez, o Brasil pretende enviar os dois, um especificamente para discutir assuntos de recrutamento. O Brasil está com terra vasta e pouco povoada, tomando a procura de mão de obra como tarefa urgente. A chave de recrutamento é o controle adequado sob nossas autoridades, cabendo a elas controlar a aprovação e proibição, o que deve ser discutido e esclarecido com os brasileiros, evitando os costumes de abuso na forma anterior. Assim, estabelecer consulado chinês no Brasil, determinando os regulamentos na proteção (LI, 2007, p. 2113) (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-15-047-07-007).

Nesta fase, o governo Qing possuía já uma posição mais clara nesta cooperação migratória. Por sua vez, tinham um interesse muito claro pelo tema, e também entendia o efeito positivo da emigração para o Brasil, para o alívio da pressão sobre a população nacional; por outro lado, os dolorosos resultados, em vista dos crimes de discriminação enfrentados pelos emigrantes chineses no passado, especialmente aqueles na tendência da cooperação migratória com americanos, fez com que o governo Qing colocasse a proteção dos trabalhadores em primeiro lugar.

Ao mesmo tempo, o governo Qing também concebeu uma proposta específica na proteção, com ênfase particular no poder organizacional do governo chinês sobre o

recrutamento, por exemplo, exigir o recrutamento sob a supervisão de instituições chinesas relevantes, e criar um consulado no Brasil para garantir que os interesses dos imigrantes chineses pudessem ser garantidos no exterior. Em outras palavras, antes os estrangeiros que tinham recrutado trabalhadores na China geralmente baseavam-se nas companhias de livre comércio, enquanto os trabalhadores eram reduzidos a *commodities* nesse processo. Longe disso, a potência asiática queria estabelecer um novo meio de emigração, ou seja, a cooperação no nível governamental com a cooperação do Brasil, limitando os direitos de emigração como trabalhadores aos consulados chineses e brasileiros. Tal proposta foi discutida nas conversas entre Tching e J. da C. Azevedo.

4.2.2 A negociação entre Qing e J. da C. Azevedo

Segundo o documento 05, relativo à Missão Especial à China entre 1893 e 1894, confiada à direção de J. da C. Azevedo, o Barão de Ladário, arquivado e com acesso liberado na Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), Azevedo chegou a Paris primeiro, e demorou a realização da entrevista com Tching Tchang, a qual tinha sido intermediada por G. de T. P. de Almeida, “afim de que a ela assistisse o meu colega da Missão, o Sr. Amaral Valente” (AZEVEDO, p. 86). No entanto, o sr. Valente faleceu a 3 de junho de 1893, assim confirmando no telegrama de Xue, “Assim que o Barão de Ladário chegou a Paris, recebeu a notícia de que Valente havia falecido na Áustria. Segundo sua resposta, Azevedo havia enviado um telegrama ao seu país, esperando até que os enviados a Paris chegassem ao destino, e então viajaria para a China (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-15-047-07-007). Portanto, J. da C. Azevedo realizou duas entrevistas com Tching Tchang em Paris, quando estavam esperando a chegada dos novos ministros plenipotenciários da missão, pondo em evidência medidas detalhadas de recrutamento.

O Barão de Ladário apresentou a Tching uma introdução geral da proposta brasileira, expressando primeiro que os chineses eram bem-vindos, especialmente para as províncias de Minas, Rio de Janeiro, São Paulo, etc. Os imigrantes chineses podiam trabalhar principalmente na agricultura, e mineração como opção alternativa, além de outros trabalhos. Enfatizou que eles podiam levar parentes, esposas e filhos para viver junto com eles. Ele apresentou que

trabalhadores brasileiros eram divididos em oficiais e civis:

Trabalhadores que contratam oficialmente recebem alimentos e salário pelo governo. Os que contratam com ricos proprietários são classificados como civis, recebem alimentos e salário do próprio proprietário. São eles contratados civis, que devem ser informados ao oficial para registro e verificação (CHEN, 1985, p. 1209-1211).

No que diz respeito à forma de recrutamento, Azevedo apresentou que

O método geral é o mesmo tomado por países ocidentais. Propõe-se a criação de um consulado na China e a instalação de um navio-companhia para transporte de passageiros e mercadorias. Todos os chineses que desejam vir ao Brasil podem pedir permissão ao escritório consular. Se o solicitante for um bom cidadão, a licença será concedida e uma companhia relevante avançará para se hospedar no exterior. Assim que chegar ao Brasil, os imigrantes vão morar temporariamente em um escritório de recrutamento, dependendo da sua profissão, o que for apropriado, assinará contrato, seja como trabalhador oficial ou civil, conforme sua conveniência. O governo brasileiro pagará os créditos à companhia, caso imigrantes sejam contratados pelo governo. No caso de civis, os créditos serão devolvidos pelos proprietários que queiram contratá-los (CHEN, 1985, p. 1210).

Em outras palavras, Brasil e China propuseram dois planos de recrutamento completamente diferentes. A maior diferença era na implementação de recrutamento, ou seja, se a emigração seria gerenciada pelo governo chinês. Baseado nas decisões feitas por Xue, que telegrafa ao Tsung-Li Yamên, Tching esclareceu ao Barão de Ladário as preocupações principais do Império, incluindo:

1) O recrutamento deve ser organizado por funcionários chineses, com o pré-requisito de que os respectivos colaboradores chineses tenham atingido ao Brasil, investigando as condições lá, e estabelecendo o consulado; 2) Os trabalhadores chineses que chegarem ao Brasil devem ser recebidos no tratamento nacional ou no tratamento nacional mais favorável (CHEN, 1985, p. 1209-1216).

Sobre as condições das viagens marítimas, Azevedo esclareceu que eram opostas às de Peru e Cuba, garantindo que

Nosso país tem leis muito rígidas sobre o transporte de pessoas. Qualquer companhia

que transportar trabalhadores de viagens remotas deve ter uma licença consular. Somente os imigrantes que assinam presencialmente, e que estão dispostos a vir para o Brasil, podem entrar em um navio. E definimos que os gabinetes de cada navio terão vagas limitadas e uma farmácia de oficial médico montada para prevenir doenças. As companhias transportam dezenas de milhares de trabalhadores todos os anos, cuidando bem deles e não cometem abusos (CHEN, 1985, p. 1216).

De acordo com o pedido de Tching, Azevedo forneceu a ele um *memorandum* assinado antes de partir para a China, o qual mencionava que realizaria o recrutamento depois que ele chegasse a Pequim com regulamentos negociados como base de atividades. E a comercialização de transporte só se fez possível quando os enviados chineses ao Brasil confirmassem as condições no local, com consulados chineses no Brasil, e sob a supervisão de oficiais chineses (AZEVEDO, 1893, p. 88-92).

De acordo com esse memorando, o método de recrutamento alcançado atende basicamente aos requisitos e sugestões apresentadas pela China, especialmente no que diz respeito à gestão de funcionários chineses, pelo governo chinês nas etapas de recrutamento. No entanto, após a leitura dos telegramas enviados aos respectivos países, as interpretações do mesmo documento variam muito.

Para os chineses, esse memorando equivale à confirmação e concordância do Brasil com essa proposta. Depois que a missão chegasse a Pequim, eles só precisariam determinar regulamentos específicos com base nos resultados das discussões em Paris. E então a próxima etapa podia realizar, de acordo com este esquema, o envio de uma missão chinesa ao Brasil para verificar condições de trabalho, e estabelecer o consulado, e então atividades iam ser supervisionadas por oficiais chineses. Assim, começaria a recrutar chineses para o Brasil. Li até pediu para Fu elaborar um regulamento específico sobre os procedimentos de recrutamento que poderia ser negociado e confirmado em Pequim (LI, 2007, p. 388).

Segundo o telegrama que Azevedo enviou no dia 1 de julho de 1893, no entanto, este memorando foi uma estratégia de negociação. Ele esperou que, ao concordar com o plano de Qing, fosse promover a eficiência das negociações e seria acelerada a missão à China. Pois Qing “reiterou com insistência o seu pedido”, e Azevedo “tive com ele duas entrevistas das quais ele pediu me um *memorandum*”. Ele explicou que “anuí ao pedido insistente do

Encarregado dos Negócios da China, unicamente pelo motivo por ele alegado, de facilitar as primeiras negociações.” (AZEVEDO, 1893, p. 86). Em outras palavras, o Brasil na verdade não concordou totalmente com o plano de recrutamento da China.

Os entendimentos variados ao mesmo documento engendraram, quando o navio *Tetartos* chegou a Macau, uma grande disputa, além de crises de confiança entre os dois países.

5 A MISSÃO ESPECIAL À CHINA DE 1893: O CASO DO *TETARTOS*

5.1 O recrutamento do *Tetartos*

Em julho de 1893, foram descobertos anúncios nas ruas de Macau, assinados em nome da Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro, com o agente Julio Benevides, afirmando que o Brasil tinha chegado a um acordo com a Dinastia Qing que o permitia recrutar trabalhadores chineses.

No dia 5 de julho, foi publicado em *Chinese Daily News* de Hong Kong: A capital Lisboa já recebeu telegrama do Brasil, informando que a China aprovou a solicitação do Brasil para convidar chineses a cultivar e trabalhar no país. Desta vez convido vocês, com sinceridade e cordialidade, que é bem mais confiável do que em outros lugares (CHEN, 1985, p. 1225).

Ao mesmo tempo, a empresa também enfatizou fortemente o tratamento “generoso” que os imigrantes poderiam receber após sua chegada ao Brasil.

A Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro, composta de 8 milhões de libras³⁸, comprou mais de 20.000 hectares de terra ungida, enviou o sr. Julio Benevides a Macau para o recrutamento. Está acertado que vocês podem receber 10 yuan por pessoa ao mês, e receber alimentos entre dia 1 e 3 de cada mês. Comida oferecida é 1 kilo de arroz por pessoa por dia, ou carne bovina, suína, ou de peixe, meio quilo por dia. Café, chá, açúcar e habitação são fornecidos totalmente pela companhia. Trabalhadores fazem somente 10 horas diárias. A companhia oferecerá cinco yuan antes do dia de embarcação, para que possam comprar produtos necessários à viagem (CHEN, 1985, p. 1224).

A julgar pelos anúncios, o nível salarial foi muito generoso na época, mas pareceu não confiável, pois foram praticamente as mesmas formas que tinham recrutado, de modo fraudulento, chineses no Peru e em Cuba. Segundo a investigação da polícia local, foram

³⁸ O valor em chinês era, na tradução literal, moeda de prata em libra. A precisão da tradução aqui é incerta. Segundo a narrativa de *Os Chins de Tetartos*, por Lisboa (2018), chineses que vieram ao Brasil no navio *Tetartos* acreditavam que o compromisso não havia cumprido a promessa salarial mencionada no anúncio. Isso se deve principalmente à diferença entre a moeda usada no Brasil e em Macau naquela época.

abertos na Rua dos Marinheiros de Macau, uma das mais isoladas, dois edifícios, denominados “Hotel Huali”, e “Hotel Wansheng”, tendo sido recrutadas mais de 400 pessoas, a maioria das quais pertencentes ao Condado de Xin’an³⁹. O navio *Tetartos*, que iria transportar trabalhadores chineses, estava no caminho de transportar arroz da Tailândia, que depois de regressar a Macau iria “transportar para fora as pessoas reunidas”. A Polícia Costeira de Macau reportou, no dia 30 de setembro, a Li Hanzhang, vice-rei de Liangguang⁴⁰, “de julho até o presente, ainda menos de dois meses, ocorriam já, várias vezes, tumultos por serem tratados cruéis. Dezenas deles escaparam.” E reclamou, “A companhia está controlada por funcionários estrangeiros, e estigmatizando inocentes. Já é assim agora antes de sair do país, nem pensar o que acontecerá com os abusos fora da terra.” (CHEN, 1985, p. 1224-1225).

No meio de outubro, a polícia reportou as novidades do *Tetartos*, dizendo que

Nos dias 15 e 16 de outubro, os portugueses estavam atraindo chineses e sucessivamente os obrigavam a entrar no navio. Os corretores não cumpriram contratos de propaganda. Moradores locais estavam insuportáveis e irritados. Oficiais portugueses de Macau teriam enviado um navio militar para reprimir os tumultos. O navio planejou contratar 520 pessoas, o montante não foi cumprido e, devido ao apertado prazo, os corretores procuravam quadrilhas locais que conheciam tráfico humano, enganando e raptando em todos os lugares sem escrúpulos. As autoridades portuguesas de Macau temiam que o navio pudesse causar problemas, e o forçou a partir em 24 horas. Por fim, o navio partiu às 17h do dia 16 de outubro (CHEN, 1985, p. 1220-1221).

Pode-se ver no relatório policial que o método utilizado para recrutar trabalhadores foi completamente equivalente ao método do comércio de *coolies* no passado, o que era amplamente criticado pela comunidade internacional e não foi permitido pelo governo chinês. As leis locais de Macau também o proibiam⁴¹. Além disso, a polícia de base em Macau tinha

³⁹ O Condado Xin’an aqui emocionado, não é o município da província de Luoyang, no norte da China. Foi o nome antigo da divisão administrativa tradicional, definindo a região no sul da Cantão, incluindo o município de Shenzhen e Hong Kong.

⁴⁰ Liangguang ou vice-rei das Duas Guangs, totalmente referido em chinês como o governador-geral, comandante e intendente, supervisor de hidrovias e inspetor-geral das duas extensões e áreas circunvizinhas, foi um dos oito vice-reis regionais na China durante as Dinastias Ming e Qing. Os dois Guangs referem-se às províncias de Guangdong e Guangxi. As áreas sob a jurisdição do vice-rei incluíam as atuais províncias de Guangdong e Guangxi, bem como a província de Hainan.

⁴¹ Nessa altura, Portugal, sob pressão internacional, introduziu uma série de políticas de proibição de emigração

uma compreensão um pouco ambígua dos países estrangeiros, e não parecia compreender a diferença entre Brasil e Portugal, pois chamavam todos os funcionários do *Tetartos* de “portugueses”.

É possível, no entanto, perceber um outro olhar sobre o mesmo acontecimento:

Depois de muitas hesitações e incertezas, sabe-se já que uns 300 *cúlis* aceitaram o risco de uma viagem ao Brasil no *Tetartos* e solicitaram os documentos necessários para poderem partir amanhã, domingo. Houve muitas disputas entre recrutadores de *cúlis* e corretores, e grande exaltação entre os interessados de Macau e Hong Kong. Contudo, ficou o negócio assentado e esta manhã os *cúlis* foram ao registro em pessoa e aparentemente por sua livre vontade para retirar aqueles documentos. Assim ficou tudo pronto e o vapor partirá dentro de algumas horas. Muita gente pensou que esse negócio fracassasse até a última hora⁴² (LISBOA, 2018, p. 51).

Sintetiza-se, assim, cinco pontos sobre o recrutamento do *Tetartos*:

1. Meios de recrutamento: segundo as duas versões do relato, o navio *Tetartos* estava de fato dando continuidade ao caminho que os estrangeiros vinham fazendo para recrutar trabalhadores sob contrato (*Indentured Labor*). Esses chineses, os quais levaram o *Tetartos* para o Brasil, foram até chamados diretamente de *coolies* em jornais da época. Isso diferenciava-se muito da proposta chinesa na negociação de emigração, mas se assimilava à proposta do Brasil no início da missão;
2. A liberdade dos recrutados: o relatório da polícia salientou que os recrutados foram maltratados e controlados por corretores, não puderam sair dos hotéis, e até entraram em confronto com o intermediário. Apesar de mencionar a hesitação dos imigrantes, o telegrama de Hong Kong ainda enfatizou a natureza voluntária das decisões tomadas pelos emigrantes.
3. Críticas ao caso do *Tetartos*: hoje, não temos certeza se todos os chineses que levaram o navio *Tetartos* vieram por vontade própria, mas é quase certo que este navio tinha

em Macau. No entanto, devido à construção colonial britânica em Hong Kong, o comércio externo de Macau diminuiu gradualmente e os navios de tráfico ilegal tornaram-se a principal fonte de tributação. Portanto, em grande parte, essas leis que proibiam o comércio de *coolies* eram basicamente papéis vazios, o que vinha sendo criticado pelo governo chinês e foi também a principal razão pela qual Pequim esperava conseguir uma cooperação emigratória com o Brasil, e contornar o controle português.

⁴² O artigo foi registrado em *Hong Kong Telegraph*, em 8 de setembro de 1893. A citação aqui é retirada da versão traduzida em português por Lisboa e publicado em seu livro (2018).

causado muitas críticas até vários meses depois da sua chegada ao Brasil, seja para os emigrantes mesmos, seja para as autoridades de Hong Kong e de Macau, e para a missão especial à China. As principais críticas internacionais se concentraram nos possíveis resultados negativos da Missão Especial à China em 1893, na previsão de que se continuasse o negócio de *coolies*, e causasse uma nova rodada de tragédias humanitárias.⁴³

4. Número de emigrantes: em conjunto com o relatório policial acima referido, pode-se especular que o *Tetartos* planejou inicialmente recrutar 520 chineses, sendo que cerca de 300 trabalhadores embarcaram no navio. Segundo registro de Lisboa (2018, p. 48), foram 475 emigrantes que vieram no *Tetartos*.

5. A trajetória do *Tetartos*: o navio assinou contrato com a Companhia **Metropolitana do Rio de Janeiro** em Macau (CHEN, 1985, p. 1236)⁴⁴. Em julho de 1893, quando a companhia publicava anúncios de trabalhos em Macau, o navio se dirigia à Tailândia para embarcar arroz (CHEN, 1985, p. 1225), regressando a Macau no meio de agosto. Devido à pressão internacional, rapidamente saiu de Macau e foi para Hong Kong. Sendo ali julgado e liberado⁴⁵, o navio passou pelo Cabo da Boa Esperança, na África, chegando ao Rio em 21 de dezembro de 1893⁴⁶.

⁴³ É sabido que o conceito de *humanismo* ainda não tinha sido desenvolvido na época, mas uso este para resumir as opiniões gerais das críticas. Ver as críticas: nas notícias e telegramas da *Hoje Macau* (17 de outubro de 1893; 18 de outubro de 1893), *Hong Kong Daily Press* (12 de novembro de 1893; 3 de março de 1894), *Oriente Português* (31 de outubro de 1893), *Echo Macaense* (10 de novembro de 1893) etc.; nas memórias de Lisboa (2018, p. 48), “O agente da Metropolitana foi atacado por todos os lados.”, de Amélia Gomes (2019, p. 8) “Através de um depoimento de Amélia Gomes de Azevedo publicado originalmente no jornal *A Gazeta de Notícias*, de 9 de março de 1894, tendo por mote a defesa da mão de obra do imigrante chinês, é possível observar como a Fazenda Monte Himalaya vai tentando se adaptar aos novos tempos”, etc.

⁴⁴ Observação de Gustav Adolf Schenck zu Schweinsberg, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Alemanha na China, para Tsung-Li Yamên, no dia 16 de maio de 1894.

⁴⁵ Telegrama enviado por Manoel Paes de S. Castro, secretário-geral, na Secretaria-geral do governo de Macau, uma transcrição de um jornal de Macau, publicado no dia 22 de agosto de 1893, “Um vapor alemão, por nome *Tetartos*, foi arrastado pelas autoridades inglesas de Hong Kong, sobre o pretexto de que tinha a bordo os aprestos usuais dos navios empregados no transporte de emigrantes chineses. O júri, que era composto dos principais negociantes da colônia vizinha, deu por não aprovada a acusação, e o vapor *Tetartos* ficou livre. Felicitamos o júri pela equidade e hombridade com que se houve, apesar do empenho que a burocracia manifestou de que fosse o vapor condenado. Este caso prova exuberantemente que Macau deve contar com a continuação da guerra renhida por parte dos ingleses contra a emigração chinesa por este porto” (LISBOA, 2018, p. 131).

⁴⁶ A sua chegada foi publicada na sessão comercial, intitulada “Embarcações despachadas em 21 de dezembro de 1893”, do jornal *Paiz* do dia 22 de dezembro de 1893, arquivado em BND. “Vap allem. *Tetartos*. De 1,578 tons., consig. Companhia Petropolitana; manif. a mesma carga com que entrou.” Há uma dúvida aqui. Pois com a capacidade de navegar na época, demorava apenas 4 meses para o navio viajar de Macau para o Brasil. Além disso, sua própria companhia foi a Petropolitana, não a Metropolitana do Rio de Janeiro. O registro de carga nem mencionou nada sobre chineses. Existe então uma possibilidade do navio aqui ter o mesmo nome daquele *Tetartos*.

Ao analisar a influência do *Tetartos*, encontra-se algumas situações que precisam ser esclarecidas, ou seja, as reações de cada ator neste palco internacional enfrentando a encruzilhada da história: as atividades da Missão durante a disputa, as reações da alfândega da China, e as soluções de Pequim.

5.2 A trajetória do Barão de Ladário na China

Quando o navio *Tetartos* causou grande alvoroço em Macau, a Missão Especial do Brasil ia de Paris a Pequim conforme o planejado. Para receber o novo enviado brasileiro, Tsung-Li Yamên informou a Liu Kunyi⁴⁷, ministro de Nanyang (Oceano do Sul) e Li Hung-chang, ministro de Beiyang (Oceano do Norte), notificaram a futura chegada da Missão e ordenaram às autoridades aduaneiras de Xangai e Tien-tsin, a qual recepcionaria a Missão e informaria sua data de entrada ao Tsung-Li Yamên. Pelo nível alto da equipe de recepção, percebe-se que o governo chinês atribuía grande importância à negociação de emigração chinesa ao Brasil.

Em 6 de novembro, a alfândega de Xangai informou que “O Barão de Ladário chegou a Xangai no dia 2 de novembro, esperando a autorização para ir à capital.”⁴⁸ Depois, a Missão saiu de Xangai para Hong Kong no dia 25 de novembro, por causa do “frio de Xangai” e porque os membros da Missão “pegaram faringite”. E a alfândega de Xangai também foi informada que “a Missão foi a Hong Kong esperando comandos do governo brasileiro”⁴⁹ (CHEN, 1985, p. 1221).

As datas específicas das atividades da Missão, de Xangai a Hong Kong, não foram encontradas nas fontes em português. No registro da conversa em Paris, é possível perceber um plano:

⁴⁷ Liu Kunyi (chinês: 刘坤一) (21 de janeiro de 1830 - 6 de outubro de 1902): foi oficial chinês que ganhou destaque durante a repressão governamental da Rebelião Taiping e foi ativo no seguinte Movimento de Auto-Fortalecimento na segunda metade do século XIX, final da dinastia Qing. Desempenhava cargos importantes como vice-rei de Liangjiang (Dois Rios), vice-rei de Liangguang (Dois Guang), ministro de Negócios ao Nanyang (Oceano do Sul), foi titulado Barão do Primeiro Classe depois de falecimento.

⁴⁸ Informação transferida a Tsung-Li Yamên, no dia 6 de novembro de 1893.

⁴⁹ Tsung-Li Yamên recebeu esta informação no dia 14 de janeiro de 1894.

Na primeira entrevista que tive com o Encarregado dos Negócios da China em Paris, o Snr. Tching Tchang, falamos da instrução que eu tinha de achar me em Shanghai⁵⁰ pelos primeiros dias de setembro, afim de partir para Pequim depois de pequena demora. O Snr. Tching Tchang disse-me não ser prudente chegar àquela capital antes de novembro, para evitar moléstias quase certas⁵¹ (AZEVEDO, 1893, p. 94).

Desde a chegada do *Tetartos* a Macau em julho, o navio causou grande polêmica. Quando o Barão de Ladário chegou a Xangai, era um momento crítico para lidar com a crise da opinião pública. O que chama a atenção foi que ele escolheu deixar Xangai para Hong Kong neste momento especial, em vez de esperar em Xangai a aprovação para ir a Pequim conforme planejado.

A primeira razão possível é que ele precisava esperar a chegada de Joaquim Francisco de Assis Brazil na China. A partir da pesquisa anterior, pode-se saber que sua principal função era discutir os regulamentos específicos da emigração chinesa ao governo Qing, e outro líder foi o principal responsável pelas relações diplomáticas. Portanto, ele desejou esperar que J. F. de A. Brazil chegasse na China, depois iria a Pequim junto com ele. No relatório redigido no dia 10 de dezembro em Hong Kong, ele escreveu:

No meu ofício a V. ex.^a dirigido ontem a consulta feita ao governo chinês para a nomeação do Sr. Assis Brazil, como ministro desta missão e delegação permanente em Pequim, disse que aguardaria novas comunicações relativamente ao resultado dessa consulta, para regular meu procedimento (AZEVEDO, 1893, p. 107).

Segundo o trecho, ele podia estar muito preocupado com a situação do Brasil, especialmente dos rebeldes, por isso estava ansioso para ir a Hong Kong, onde conseguia achar mais informações em inglês e português.

(...) o adiamento da tarefa dada à Missão, por virtude do estado em que se tem achado o nosso país de setembro para cá. (...) Nestes dois dias, sr. ministro, a situação se tornou ainda menos favorável. Telegramas hoje aqui publicados, dão como certo novo bombardeamento dessa Capital (*“vigorously renewed bombardment at Rio de*

⁵⁰ Equivalente a Xangai na dissertação.

⁵¹ Aprendendo com a experiência da primeira Missão Especial em 1881, o oficial chinês preocupou-se de que o inverno da China pudesse ser difícil para brasileiros se adaptarem

Janeiro”) e, acrescentam ter havido muitas mortes. (“*Several of the inhabitants have been killed in the street.*”) A certeza consequentemente de ter a revolta ainda tanta força que depois de mais de três meses, pôde assim agredir o governo estabelecido” (AZEVEDO, 1893, p. 107).

E o inverno úmido e frio da China podia também ser uma razão: “o melhor seria autorizar-me o governo que nos da Missão, fazendo acreditar ser disso motivo, o rigor do inverno que não permite para ali ir senão de abril em diante quando se abre a navegação.” (AZEVEDO, 1893, p. 109).

Por sua vez, o adiamento de ir a Pequim não afetaria o resultado das negociações⁵², porque governadores de Hong Kong e de Macau precisavam dinamizar a economia enviando emigrantes chineses para o Brasil, e ao mesmo tempo, a situação de superpopulação requeria que o governo chinês ficasse muito carente de emigração, redigindo:

As duas colônias, Hong Kong e Macau, estão em visível decadência comercial, e desejosas ambas de se reabilitarem, por todo e qualquer modo, não parecendo aos seus governadores nenhuma mais eficaz do que fazer-se centro dessa corrente emigratória de trabalhadores em longuíssima escala, que só pode ter lugar destinando-os para o nosso país. O império da China, precisa urgentemente de promover uma corrente emigratória, que alivie o seu, embora muito vasto solo, desse excesso de população que motiva sérias elocubrações de seus homens eminentes (AZEVEDO, 1893, p. 107-112).

Portanto, seu plano foi esperar em Hong Kong até que o tempo aquecesse em abril no ano seguinte, e depois partir para a capital chinesa junto com Joaquim Francisco de Assis Brazil.

No entanto, a missão saiu de Macau, e não foi a Pequim em abril de 1894. Podia haver dois motivos principais.

Por um lado, durante a sua estada em Hong Kong, a missão recebeu muitas críticas dos meios de comunicação estrangeiros, o que o colocou sob maior pressão, por se preocupar com a sua reputação, não quis dar continuidade a este desempenho, escrevendo no dia 17 de março de 1894:

⁵² Escrito por Azevedo no mesmo relatório: “O adiamento do desempenho da tarefa determinada à Missão não prejudica, ser meu nisto de pensar, a emigração de chins para o Brasil” (p. 109).

Neste caso, e continuando o país nessa situação política, de incertezas que anuviavam os seus destinos, por modo a torna-lo suspeito a todas as nações do mundo, o governo conceder-me a liberdade de lhe dizer que, como brasileiro que amo a minha terra acima de todas as considerações, eu não me sujeito ao desempenho desse papel que; - a) será de todo desvantajoso ao Brasil trazendo-lhe decepção amargas; e b) levará má reputação, qualquer que seja o seu mérito para outros, a naufrágio certo quando bem julgado por meus cidadão (AZEVEDO, 1893, p. 149).

Por outro lado, segundo o telegrama, foi eleito senador do Amazonas, por isso estava ansioso para retornar ao seu país para assumir o cargo, redigindo no dia 15 de junho,

(...) Eleito Senador opto por serviço. (...) Não devia demorar-me nesta manifestação de meus propósitos, (...) cópia nº 1 anexa, em que a Legação de Londres me comunicou o telegrama do Sr. Governador do Amazonas, dizendo-me de estar eleito senador por aquele Estado (...) (AZEVEDO, 1893, p. 80).

Finalmente, com a decisão tomada pelo governo federal no dia 16 de junho de 1894, copiado no telegrama para Hong Kong,

O Vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil resolve exonerar o Almirante reformado José da Costa Azevedo do cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial na China, visto ter optado pelo exercício das funções de senador federal. Capital Federal (AZEVEDO, 1893, p. 47)

Assim, ele saiu de Hong Kong e não foi a Pequim. Depois, ocorreu a Primeira Guerra Sino-Japonesa, entre agosto de 1894 e abril de 1895. Na ausência de um responsável na missão brasileira, e crédito esgotado, a Missão foi cancelada, e as negociações de emigração entre a China e o Brasil foram novamente suspensas, sendo publicado o decreto Nº 1.896, de 23 de novembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que já se acha quasi esgotado o credito extraordinario de 100:000\$ aberto sob a responsabilidade do Sr. ex-Vice-Presidente da Republica, pelo decreto n. 1.596, de 10 de novembro de 1893 para a continuação e regresso da Missão a China, que já consumira o de 150:000\$, autorizado pelo decreto n. 1.331, de 24 de março de 1893, e bem assim que si continuar a manter a referida Missão, actualmente inutil, em virtude da guerra entre aquelle paiz e o Japão, ficarão os seus membros sem recursos para voltar ao Brazil, resolve adiar os serviços autorizados pela lei n. 97 de 5 de

outubro de 1892 e mandar retirar a mesma Missão (BRASIL, 1894, s/p).

5.3 A Questão sobre a identidade do *Tetartos*

Tsung-Li Yamên perdeu informações sobre a missão brasileira relativas ao intervalo 16.11.1893 – 14.01.1894, período no qual a opinião pública esteve em constante fermentação. Naquele momento, para Pequim, o mais importante não era se havia chineses partindo desse navio, mas sim se o navio que retirava os chineses de Macau pertencia ao Brasil. Digo, Tsung-Li Yamên precisava entender se o Brasil realmente esperava chegar a uma cooperação de emigração com a China, ou se a Missão Especial podia realmente tratar bem os chineses que iam para o exterior após assinarem um convênio de recrutamento em Pequim.

Para esclarecer isso, Tsung-Li Yamên pediu a Li Hung-chang, no dia 5 de dezembro de 1893: “A Missão do Brasil ainda não chegou e a negociação não se iniciou, mas já recrutou centenas de pessoas em Macau, talvez seja tráfico humano. Podia enviar telegrama para Xue, consultando ao embaixador do Brasil na França para verificar a identidade do navio.” Em retorno, Xue avisou a Li Hung-chang, “O embaixador brasileiro afirmou que deveria ser recrutamento falsificado, e pediu informações detalhadas sobre isso, nome do navio, data de desembarque e o porto destinado no Brasil.” (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-38-28-001)

Segundo o recurso da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), a entrevista de Tching foi traduzida e registrada em português:

Tratava-se, como vos expus, do recrutamento de cerca de 500 trabalhadores chineses, que foram embarcados em Macau com destino ao Brasil. Chamei a atenção de V. E. para a impressão que esta medida tinha produzido na China e para as dificuldades que ela poderia criar, principalmente quanto á negociação do tratado relativo à emigração de trabalhadores Chineses que os Estados Unidos do Brasil desejam concluir com o Governo Imperial. (...) Declarei-vos então, (...) que se poderia impedir o desembarque dos trabalhadores e os reenviai para a China. Enfim, anuindo ao desejo de V. E., comprometi-me a fornecer-lhe as informações complementares necessárias para telegrafar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Rio de Janeiro. (...) A companhia brasileira, por cuja conta se fez o recrutamento, chamava-se «Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro», o seu agente recrutador é conhecido pelo nome de Julio Benevides e o navio condutor chama-se *Tetartos*, leva a bandeira alemã e partiu

de Macau a 8 da nona lua (17 de outubro de 1893) para o Brasil pelo Cabo da Boa Esperança. (...) Venho pedir a V. E. que! se sirva comunicar isto pelo telegrafo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro, rogando que só proceda com a celeridade que as circum-staicias permitirem (2018, p. 31).

E Dr. Piza, respondeu em 27 de fevereiro,

É o resultado desse inquérito que estou encarregado de vos comunicar com o pedido de levá-lo ao conhecimento do Governo Imperial. Vereis, Sr. Encarregado de Negócios, quanto ele difere das informações que possuis a este respeito das suposições que eu mesmo tinha concebido na fé das vossas declarações. Ficou com efeito averiguado, não só pelas informações recebidas das pessoas interessadas, mas também pelos documentos submetidos à apreciação do Sr. Ministro da Industria e Obras Públicas e pelos relatórios oficiais dos cônsules brasileiros em Macau e Hong-Kong, que os 475 trabalhadores chineses (número exato) transportados pelo *Tétanos* não foram recrutados mas obrigaram-se livremente para com os agentes da Companhia « Metropolitana » por contratos revestidos de todas as firmas regulares, com as condições necessárias a fim de que as suas obrigações reciprocas sejam exigíveis no Brasil. Ficou provado que o embarque desses trabalhadores foi feito sob a fiscalização das autoridades da colônia portuguesa de Macau e nos termos do respectivo Regulamento de 3 de agosto de 1883. Enfim, o inquérito mostrou que a sua partida não foi clandestina ou de surpresa, como a vossa comunicação fazia supor, mas que as autoridades chinesas, portuguesas e Inglesas lbrão delias informadas muito tempo antes, pois até deu lugar a contestações judiciais que, sendo levadas aos tribunais do país, foram por eles reconhecidas como in-~~ce~~ fundadas. Nestas condições facilmente compreenderéis, Sr. Encarregado de Negócios, em que dificuldades o meu Governo, com a melhor disposição de ser agradável ao Governo Imperial, se acharia para adoptar uma medida tão violenta e tão pouco conforme com o espirito a liberal das leis da Republica, como a de impedir o desembarque dos emigrantes do *Tetartos* e os reenviar para a sua puiria, depois de tão longa viagem (2018, p. 31).

Relativamente à legalidade, tendo em conta que o navio *Tetartos* tinha sido julgado em Hong Kong e descolou com sucesso, deveria ter documentos legais. Porém, houve uma divergência entre os dois países sobre o destino dos chineses no navio. A China esperou permitir o retorno dessas pessoas, mas o Brasil o rejeitou.

Um edital especial enviado no dia 4 de março de 1894 registrou que

Como se vê, essa proclamação ou edital começa por lembrar que, havia já muito tempo, era a emigração proibida em Macau e observa em seguida que, não estando ainda

encetadas as negociações para o regulamento desse assumpto com o Brasil, não devia este angariar trabalhadores clandestinamente. O nosso Ministro em Pariz já declarou á Legação da China que o Governo Brasileiro era estranho á expedição do *Tetartos* e mostrou-lhe que ela não tinha sido clandestina (FUNAG, 2018, p. 33).

O governo brasileiro na época também acreditava que o navio *Tetartos* não tinha problemas legais. No entanto, o que nos chama a atenção é que o Brasil negou a relação entre o *Tetartos* e o governo brasileiro.

Publicado pela Assembleia Fluminense na segunda página de *O Paiz*, no dia 19 de agosto de 1893,

Obteve depois a palavra o Sr. Sebastião Barroso. (...) Exibiu S. Ex. o contrato impresso feito com a Metropolitana para a introdução de 500 chins e mostrou o número do jornal oficial da casa. onde se achavam impressos e publicados os atos relativos. Provou ainda o mesmo deputado que foi o Sr. Dr. Porciuncula quem abriu a concorrência para a introdução dos trabalhadores asiáticos (1893, p. 2).

Em outras palavras, a ação da Companhia Metropolitana de Rio de Janeiro foi aprovada pela Assembleia Fluminense. Tal fato também foi confirmado na carta enviada pela Companhia Alto Paraíba:

Pelo seu lado, o governador do estado do Rio deu pronta solução à questão financeira, usando da autorização que lhe fora concedida pelo Congresso Estadual, para contratar com a Companhia Metropolitana e o engajamento e transporte da primeira expedição de imigrantes chineses (LISBOA, 2018, p. 46).

A esta altura, é evidente que o governo brasileiro de fato autorizou a Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro a deslocar-se a Macau, para se preparar para o recrutamento após a negociação bem-sucedida. Se a missão não demorasse muito em Paris, por causa da morte de Valente, então de acordo com o plano original, depois que as duas partes concluírem as negociações, a Companhia podia se preparar rapidamente para transportar chineses ao Brasil.

No entanto, essa ideiação teve um grande problema, ou seja, havia uma grande lacuna entre o método de recrutamento planejado no Brasil e o esperado pela China. Se o recrutamento fosse realizado seguindo a proposta chinesa, iria demorar um certo tempo desde o

estabelecimento da regulamentação até a instalação de consulado no Brasil, para que ambas as partes pudessem construir confiança e garantissem que o recrutamento não resultaria em críticas internacionais. O cerne do problema é que os dois não chegaram a um consenso. Neste período sensível, o caso *Tetartos* quebrou este frágil equilíbrio.

À vista disso, o erro talvez não seja que o *Tetartos* transportou chineses de Macau, mas sim que o navio optou por fazê-lo na hora errada. “É necessário reconhecer que essa encomenda, feita à Companhia Metropolitana antes de firmado um acordo com a China, veio prejudicar o pronto estabelecimento de uma corrente de imigração chinesa para o Brasil” (LISBOA, 2012, p. 46).

Coloco então o comentário de Lisboa aqui:

Proibida a emigração por antigos editos imperiais, de nenhum modo seria consentida a saída de emigrantes por um porto chinês. De Hong Kong tampouco poderiam sair por ser somente permitida ali a emigração para as colônias inglesas. (...) os verdadeiros agricultores chineses, que só poderemos obter depois de permitida e apoiada a emigração pelo governo chinês (LISBOA, 2018, p. 46).

Concluiu-se neste ponto que

Venceu a Metropolitana, saiu o *Tetartos* e chegou felizmente com o seu carregamento. Mas poderá esse fato garantir a definitiva resolução da questão do transporte de emigrantes chineses para o Brasil, seja do porto de Macau ou de outro da China? Creio que não; pelo menos enquanto a emigração não for sancionada pelo governo chinês e protegida pelas suas autoridades (LISBOA, 2018, p. 52).

Ou seja, uma boa cooperação só seria feita com base em plena compreensão e comunicação.

5.4 Robert Hart, referência de Tsung-Li Yamên

Em 11 de novembro de 1893, Robert Hart, então Inspetor-Geral do Serviço Marítimo Alfandegário Imperial da China⁵³, escreveu ao Tsung-Li Yamên, alegando que tinha navios que

⁵³ Sir Robert Hart, 1º Baronete (20 de fevereiro de 1835 - 20 de setembro de 1911), foi um diplomata britânico e funcionário do governo chinês Qing, servindo como segundo Inspetor-Geral do Serviço Marítimo Marítimo

transportavam mais de 400 trabalhadores chineses para o Brasil em Macau, e o Departamento de Tributação de Gongbei só podia gerenciar navios chineses, ficavam sem controle dos navios estrangeiros. Por essa razão, Hart propôs que o governo chinês tomasse (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01 -38/28 -1):

1. Proibição temporária da emigração chinesa ao Brasil, até a negociação determinada no futuro. “Atualmente com muitas rebeliões no Brasil, e sem enviados chineses ou consulados estabelecidos lá, seja melhor emitir, pelo governo chinês, regulamentos temporários que proíbem a emigração de chineses ao Brasil nos portos de comércio”.

2. Notificação para as autoridades de Macau e Hong Kong, pedindo-lhes que proibissem os chineses de ir para o exterior. “Comunica com os funcionários estrangeiros de Hong Kong e Macau, esclarecendo as proibições estabelecidas para eles, e pedindo que as autoridades proibissem a saída dos chineses.”

3. Autorização ao Serviço Marítimo Alfandegário Imperial da China para verificar se esses chineses estavam indo para o exterior voluntariamente: “Autorizar a nossa alfândega, junto com funcionários estrangeiros, verificar com os chineses se eles estão dispostos a ir, ou o fazem devido à ameaças.”

4. Permissão à alfândega que prendesse os navios que transportavam chineses em particular: “No futuro, depois da aprovação feita pelo Tsung-Li Yamên, permitir que a alfândega apreenda os navios (suspeitos), ou formule outro método para proteger os empresários e trabalhadores chineses.

No dia 15 de janeiro de 1894, ele sugeriu a Tsung-Li Yamên novamente: “Ouvi que estão com certos navios, que queriam transportar chineses para fora”, “Atualmente o Brasil está com rebelião e comoção contínuas, o que não é um destino perfeito ao povo chinês.” (CHEN, 1985, p. 1232)

Tal opinião já podia ser achada boa depois do despacho do *Tetartos*, como o que foi registrado por Lisboa sobre o artigo publicado em *Hong Kong Telegraph*, no dia 8 de setembro de 1893:

Quanto às contestações entre os cúlis do *Tetartos* e os agentes de emigração, que até a última quinta-feira ameaçaram fazer fracassar a expedição, os brasileiros tiveram de ceder e submeter-se às exigências dos cúlis. Não sei que valor terão as promessas feitas aos emigrantes depois que o vapor chegue ao Rio de Janeiro, se tal cidade ainda existir quando a revolução chegar ao seu apogeu (LISBOA, 2018, p. 51).

Talvez seja por isso que Azevedo redigiu, no dia 11 de janeiro de 1894, que

Os novos telegramas daí que o Times de Londres publica, creio eu, fazem os respectivos governos acreditar que o governo republicano do Brasil será substituído em breve pela monarquia. Ouço esta opinião nas palestras dos que estão no caso de conhecer o que nestes países se passa. A Missão naufragará se isto tentar agora, e fará difícil conseguir a validade do tratado de 1891 (AZEVEDO, 1893, p. 130).

Vários relatos negativos em jornais, deram origem a vozes que queriam se distanciar da identidade de organizador de *coolies* transportados pelo *Tetartos*, tanto para José da C. Azevedo, quanto para o governo Qing.

5.5 Soluções de Tsung-Li Yamên

Li Hanzhang entregou ao Tsung-Li Yamên, em 28 de novembro, uma reportagem, sugerindo:

- 1) Considerando que o Brasil enviará missão especial à China, e uma reunião será realizada para determinar os regulamentos de contratação, sugiro que Tsung-Li Yamên formule regulamentos detalhados e restritivos quando os enviados chegarem a Pequim. Antes que os regulamentos sejam estabelecidos, não podemos autorizar a emigração.
- 2) Podia discutir com o Ministro de Portugal em Macau (...) todos os funcionários chineses e estrangeiros deverão ser supervisores em conjunto, (...) independentemente do país que venha a contratar trabalhadores para Macau no futuro.
- 3) Por favor, observa o ministro alemão, é estritamente proibido para navios alemães embarcarem trabalhadores chineses para o Brasil (CHEN, 1985, p. 1220-1224).

Desde o início da formulação da política, as observações eram totalmente voltadas para o problema da falsa propaganda dessa companhia. A solução aqui sugerida foi aguardar a chegada da missão brasileira à capital e negociar medidas específicas antes de prosseguir com a imigração legal. Ou seja, Pequim ainda dava as boas-vindas à chegada da missão brasileira e

às discussões sobre os assuntos de emigração neste momento. E as proibições exigidas neste período eram temporárias. Ou seja, na passagem de 1893 a 1894, Tsung-Li Yamên observou e enfatizou a vários países, proibindo o recrutamento brasileiro.

Em dia 5 de dezembro de 1893, telegrafou a Xue, o embaixador da Grã-Bretanha, para “informar o embaixador do Brasil na França, pedir a verificação e proibição do *Tetartos*” (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-38-28-001).

Em dia 8 de dezembro de 1893, enviou observação para Gustav A. S. zu Schweinsberg, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Alemanha na China:

O navio *Tetartos* do seu país enviou trabalhadores chineses para o exterior, contratado de uma empresa brasileira. O proprietário do navio podia não saber os detalhes. Agora, Tsung-Li Yamên já enviou um telegrama ao Brasil para proibi-los. Mais tarde, caso o Brasil estiver recrutando trabalhadores em portos marítimos da China, os navios do seu país não podiam transportar chineses antes que a aprovação da nossa autoridade, anexando os acordos assinados (CHEN, 1985, p. 1230).

No dia 15 de janeiro, ao receber a ideia de Hart, Tsung-Li Yamên enviou a Li Hanzhang

Atualmente o Barão de Ladário está morando em Hong Kong. O navio que embarcou de Macau tinha o Brasil como destino, ainda não achamos a rota dele. Com as rebeliões e conflitos civis no Brasil, não poderíamos autorizar recrutamento agora. Especialmente segundo as sugestões de Hart, precisamos proibir emigração para lá, com ações mais restritivas. Por favor verificar se o Barão de Ladário se envolve no recrutamento particular (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-38-28-001).

No dia 18 de janeiro, Li Hanzhang respondeu: “As autoridades inglesas de Hong Kong proibiram o recrutamento nos portos locais, acredito que é difícil para a Missão trabalhar no recrutamento particular em Hong Kong” (TSUNG-LI YAMÊN, 2020, 01-38-06-005).

Seguindo as sugestões de Hart e Li Hanzhang, Tsung-Li Yamên emitiu então:

Autorizamos o Serviço Marítimo Alfandegário Imperial resolver isso, permitimos a autoridade a apreender navios que transportam chineses em particular, caso os navios estiverem nas áreas marítimas chinesas, exceto os portos abertos ou áreas reguladas sob autoridades de Hong Kong e Macau (CHEN, 1985, p. 1234).

Conforme todas as informações colecionadas de Xue, na Grã-Bretanha; Gustav, em Pequim; Li Hanzhang, em Cantão; Robert Hart, em Pequim; Alfred Edward Hippisley, em Macau; no dia 21 de janeiro de 1894, Tsung-Li Yamên informou aos ministros de Nanyang e de Beiyang e aos vice-reis de Min-zhe⁵⁴ e de Liangguang:

Está proibido o recrutamento de trabalhadores em Macau por outros países, que tem proibido há muito tempo. Em julho de 1893, anúncios foram postados em Macau, dizendo que o Brasil estava recrutando trabalhadores e os enviaria para este país, transportando pelo navio *Tetartos*, que o vice-rei de Liangguang solicitou proibir. Verifica-se que ainda não começamos a negociar sobre o Regulamento de Recrutamento de Chineses ao Brasil. Sendo assim, talvez seja inadequado lançar atualmente recrutamento em Macau, e transportar trabalhadores chineses por navios de países relevantes. Por favor, informamos imediatamente ao Brasil sobre a nossa política de proibição, e enviamos observações para Alemanha, pedindo o apoio de consulados relevantes para banir tal atividade. Informado pelo Inspetor-Geral do Serviço Marítimo Alfandegário Imperial da China, que uns navios estão se deslocando para Macau, por motivo de transportar trabalhadores chineses ao exterior. (...) Por favor, encaminhem estas informações às autoridades relevantes, divulgando ao nosso povo que ainda não foi concluída a negociação do recrutamento de trabalhadores ao Brasil, por favor não se inscrevam aos navios particulares (CHEN, 1985, p. 1232).

Neste dia, o mesmo conteúdo foi também observado aos enviados estrangeiros em Pequim, França, Estados Unidos, Espanha, Japão, Bélgica, Itália, Rússia, Alemanha, e ao vice-rei em Macau de Portugal (CHEN, 1985, p. 1232).

Assim, a parte do Brasil achou a proclamação enviada de Taotai de Xangai, informando conteúdos semelhantes:

proibir, oficiei às outras autoridades competentes, e agora público a presente proclamação, fazendo saber a todos os negociantes e homens do povo que aos estrangeiros que quiserem engajar trabalhadores para irem para o estrangeiro só será permitido assim fazê-lo quando os altos funcionários derem autorização escrita, sem o que não será permitido clandestinamente angariar e transportar emigrantes. Si depois da publicação deste edital algum negociante pérfido entrar em conluio para seduzir e transportar clandestinamente trabalhadores chineses para o estrangeiro, será

⁵⁴ O vice-rei de Min-Zhe, em chinês. 闽浙总督, título completo é vice-rei de Taiwan, províncias de Fujian e Zhejiang e áreas circunvizinhas que supervisionam os assuntos militares e a produção de alimentos, gerente de hidrovias, diretor de assuntos civis, foi um dos oito vice-reis na China durante a dinastia Qing.

processado e punido com rigor. Obedecei e não transgredi (FUNAG, 2018, p. 33).

A julgar por todos os documentos consultados em língua chinesa sobre a proibição de recrutamento ao Brasil, verifica-se que até o início de 1894, todos os banimentos emitidos por Tsung-Li Yamên, tanto ao interno como ao externo, eram basicamente respostas ao recrutamento ilegal de trabalhadores pelo navio *Tetartos* em Macau. Em particular, a Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro anunciou que China e Brasil haviam chegado a um acordo, o que gerou muita discussão no local. Por um lado, a Lei de Exclusão Chinesa, de 1882, forçou um grande número de emigrantes chineses a retornarem à China, dos EUA, o principal destino de emigração, tornando o problema de superpopulação ainda mais grave. Um grande número de residentes em áreas costeiras estava em busca de novos destinos para se mudar.

Por outro lado, Macau tornou-se o centro do comércio de *coolies* em meados do século XIX, formando uma considerável cadeia setorial, com cerca de 40.000 praticantes. Depois que Portugal proibiu Macau de fazer comércio de *coolies* em 1874, as atividades relevantes transformaram-se em uma área cinzenta e mantinha-se em Macau. Ao saber que China e Brasil chegaram a um acordo sobre questões de emigração, corretores, chineses e estrangeiros, mais uma vez começaram a contratar navios e recrutar mão de obra do litoral. O comércio de *coolies*, que a China não queria ver, parecia ter ressurgido. Foi por isso que Tsung-Li Yamên fez a decisão de proibição.

Salienta-se, porém, que não existe qualquer documento que indique que a China pretendia banir definitivamente a emigração, sendo que na maioria dos registos destacou-se que, ao abrigo da política em vigor, não era legal o recrutamento de trabalhadores nem a emigração de Macau. Ou seja, tudo devia ser determinado quando a missão brasileira na China chegasse a um consenso sobre o assunto, estabelecendo um regulamento específico antes de iniciar o recrutamento. Assim, de 1893 a 1894, o governo Qing esteve sempre esperando a missão brasileira em Pequim, o que pode ser conformatado pela leitura da proclamação do Dr. Piza.

Da mesma proclamação consta que o Governo Chinês tomou sem demora as suas medidas para se não fazer nova expedição, dirigindo-se não só às suas autoridades,

mas também aos Ministros estrangeiros residentes em Pequim. Creio, todavia que isso não impedirá que consigamos um acordo com aquele Governo (FUNAG, 2018, p. 33).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 5 de outubro de 1892⁵⁵, quando Floriano Peixoto autorizou a entrada livre de imigrantes chineses e a execução de atividades diplomáticas, até 23 de novembro de 1894, quando Prudente de Moraes decidiu retirar a Missão⁵⁶ (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1894), a Missão Especial à China acabou sem fluxos de imigração chinesa ao Brasil. Apesar disso, o empreendimento não pode ser visto como um total fracasso. O *Tetartos* enviou 475 chineses ao Rio de Janeiro, atingindo a meta estabelecida no Congresso daquele estado brasileiro, e J. da C. Azevedo foi ao Japão, em sua viagem de regresso, iniciando a negociação da imigração japonesa ao Brasil.

Entretanto, apesar de tudo isso se constituir como importantes frutos da Missão, seu principal objetivo, o preenchimento de vagas de trabalho na agricultura brasileira via imigração chinesa, não foi atingido. Enquanto propostas nesse sentido foram sucessivamente levantadas por intelectuais chineses e brasileiros depois da Missão, a cooperação oficial entre os dois governos chegou ao fim com pouca confiança entre si.

Assim, podemos perguntar: por que um projeto em que ambas as partes poderiam ter se beneficiado não foi alcançado? Conforme o que foi exposto, acredita-se que as possíveis razões pelas quais a negociação de 1893 terminou em malogro são as que descrevo a seguir.

No aspecto mundial, a tentativa do Brasil esteve na contramão da onda anti-chinesa gestada nos EUA, no século XIX, e espalhada para o resto do mundo sob influência britânica. Sobre este aspeto, destaca-se que, mesmo que as ações de exclusão não se referissem à moralidade, todas as atividades que abraçavam imigrantes chineses foram atacadas como imorais. Neste contexto, a proposta brasileira que queria seguir as rotas históricas de

⁵⁵ Lei n. 97, de 5 de outubro de 1892, Art. 1 “é permitida a livre entrada, no território da República, a imigrantes de nacionalidade chinesa e japonesa, (...), sejam válidos e aptos para trabalhos de qualquer indústria.” E no Artigo 2, “O Governo fica autorizado: 1) A promover a execução do tratado celebrado com a China em 5 de setembro de 1880; (...) 3) A estabelecer agentes diplomáticos e consulares nesses países, a fim de manter com eles boas relações e especialmente encarregados esses ou outros agentes de fiscalizar, de modo eficaz a evitar abusos, a imigração que desses países se dirigir para o Brasil.”

⁵⁶ Decreto nº. 1.896, de 23 de novembro de 1894, “resolve adiar os serviços autorizados pela lei n. 97 de 5 de outubro de 1892 e mandar retirar a mesma Missão.”

recrutamento, amplamente aplicadas por colonizadores ingleses e portugueses até então, dificultou a transportação em Macau e Hong Kong, onde já tinham sido proibidos oficialmente os vultuosos negócios. Assim, o caso do *Tetartos* colocou especialmente o Brasil no alvo de críticas da sociedade internacional.

Por parte da China, as áreas fora do Império foram vistas como lugares bárbaros, e os imigrantes chineses foram considerados como rebeldes à nova dinastia. Esses elementos criaram um governo de natureza controversa, que manifestou reações passivas aos colonizadores orientais, impedindo que chineses que viviam no exterior obtivessem proteção governamental durante a era colonial ocidental. À medida que se integrava ao sistema mundial, o Império tentava desenvolver relações amigáveis com orientais, assinando o *Tratado Burlingame* com o novo país independente da América, e liberando a imigração chinesa ao país. O resultado negativo da tentativa fez com que o Império Qing ficasse mais vigilante sobre esta proposta do Brasil. Preocupando-se muito em garantir o bem-estar de trabalhadores chineses, o governo Qing mostrou assim uma atitude pouco favorável à cooperação com o Brasil, o que é ressaltado nos trabalhos de Callado. As investigações de Fu Yun-long, por seu lado, mudaram a imagem do Brasil para os chineses, de modo claro e específico. Com relação à questão da superpopulação, aumentou o empenho oficial sobre a emigração ao Brasil. Apesar disso, considerando as rebeliões ocorridas na terra tropical, a corte também não confiava na cooperação com o novo regime brasileiro. No que diz respeito ao caso do *Tetartos*, especificamente o “desaparecimento” de J. da C. Azevedo, foi aprofundada a imagem não-confiável da nova república. Além disso, a primeira guerra sino-japonesa e seus resultados chamaram toda a atenção do Tsung-Li Yamên. Nesse sentido, quando o Brasil parou de negociar os assuntos, o governo chinês não fez qualquer tipo de esforço para retomá-los.

No caso do Brasil, todos os elementos acima fizeram com que a Missão Especial à China, de 1893, se tornasse uma tarefa difícil, o que pressionava J. da C. de Azevedo. Quando ele foi eleito senador pelo estado do Amazonas, em junho de 1894, não conseguiu esperar em Hong Kong até que os chineses resolvessem os impactos da Primeira Guerra Sino-japonesa. E o caso do *Tetartos*, que foi definido como “contrabando” por Macau, decepcionou ainda mais o Barão de Ladário. Sugeriu neste contexto a ideia de imigrar japoneses ao Brasil. Enquanto o governo

brasileiro ainda manteve o interesse na imigração chinesa, depois desta missão fracassada, não teve mais orçamento para a próxima missão. Tentava então negociar com o Japão, na França, no ano de 1895.

Por fim, conclui-se que o caso do *Tetartos* foi o fusível da situação, mas não um fator-chave que tenha quebrado a cooperação. Analisando as propostas de imigração chinesa ao Brasil, elaboradas respectivamente por chineses e brasileiros, é possível supor que a negociação de imigração encontraria obstáculos variáveis, e que provavelmente não fosse concluída mesmo que não existisse o caso do *Tetartos*. O Brasil planejou o contínuo recrutamento de *coolies* sob corretores comerciais, a fim de achar trabalhadores a preços baixos, ao passo que a China procurava aproveitar a negociação para abrir novos meios de emigração, controlados sob o governo, para garantir a sobrevivência básica de chineses no exterior. Destaca-se então as diferenças no que diz respeito aos objetivos e aos meios de administração em cada proposta, o que gerava visíveis dificuldades na realização do assunto.

Além da análise dos acontecimentos acima especificados, a pesquisa pretende também discutir elementos mais amplos que geraram barreiras na comunicação neste momento histórico, de modo a destacar o que existia e o que ainda hoje existe no que diz respeito a esta temática.

Racismo e os posicionamentos distintos de identidades

Nota-se que esta negociação de imigração ocorreu no século XIX, período em que o racismo vinha se popularizando pelo mundo, e caracterizava um desafio essencial na primeira tentativa de cooperação oficial entre China e Brasil: os posicionamentos distintos de identidades, ou seja, o auto-posicionamento de cada país não correspondia ao posicionamento do outro.

Por um lado, havia a China, um país que dominava o cenário político asiático por sua história milenar, em que o Império Qing se situava num assento poderoso que precisava ser respeitado por olhares de igualdade e, do outro lado, o Brasil, colocado no lado marginal da política mundial, que ainda lutava para sua estabilidade e procurava suportes chineses para seu desenvolvimento econômico. Sob a onda de racismo e colonialismo, entretanto, muitas elites brasileiras se designavam como colonizadores europeus, no topo de outras “raças”, e tal

reconhecimento de dualidade na sua identidade aproximava o Brasil naturalmente aos aliados “brancos”, razão pela qual consideravam o papel da China e dos chineses mais degradáveis. Conflitos gerados de tal desconformidade se desenrolavam por todo o processo da negociação.

No nível governamental, esta distinção se refletia no fato de que as discussões no espaço doméstico não consideravam a reação do país-alvo em primeiro lugar ao formular políticas, e também se refletia no ambiente onde os diplomatas entravam em contato com pessoal estrangeiro, que possuía visões diferentes com relação ao assunto.

O Congresso contratava diretamente com a Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro, logo depois de ter decidido importar chineses ao Brasil sem pensar na possibilidade da proposta ser negada pelas autoridades chinesas, considerando Macau colonizado pelos ocidentais, onde o governo Qing não tinha controle. E a Missão lançada ignorava todas as mensagens transmitidas pela parte asiática sobre a negociação planejada de longo prazo em Pequim e a tentativa de reformar os meios de transportação sob o monitoramento governamental. Quer dizer, devido à consolidação gradual da ordem colonial no século XIX, opiniões do próprio governo Qing foram ignoradas no processo em que o planejamento de imigração chinesa se formulava e implementava por intelectuais brasileiros durante todo o ano de 1893.

E as experiências do pessoal diplomático seriam mais dramáticas e conflituosas. Em julho de 1880, quando o ministro Li Hung-chang imaginava o Brasil como arquipélago “banhado no mar”, Eduardo Callado e Artur S. da Mota registrava um sentimento ofensivo, ao classificarem a colocação de Li como “total ignorância”. Mas vê-se de uma perspectiva chinesa, no caso em que um país, que ficava na outra metade do planeta, com que os oficiais chineses nunca tinham tido contato direto, foi descrito como nova independência pouco civilizada sob controle de Portugal na sua história pelos olhos europeus, de onde Xue, então diplomata chinês na França, recolhia informações sobre este país tropical, como seria a imagem do Brasil?

É mútua este tipo de arrogância cega manifestada pela compreensão insuficiente da outra parte. Durante a negociação, os chineses sentiam-se ofendidos por comportamentos grosseiros e arrogantes feitos por estrangeiros, fecharam a negociação e saíram da sala, para mostrar protesto pacífico e civilizado, no momento em que os diplomatas ocidentais falavam em voz alta e batiam na mesa com força. Em comparação a isso, diplomatas brasileiros achavam

que reações asiáticas eram irracionais e ridículas, enfrentando uma palestra eloquente no estilo grego.

No nível civil, a estigmatização a chineses no século XIX foi um exemplo típico de racismo. O tal movimento anti-chinês iniciou-se nos conflitos de salário entre imigrantes chineses e irlandeses que entravam na Califórnia na mesma época, e a maioria dos ataques tinha por motivo impedir o uso de trabalhadores chineses. Segundo Quijano (2005), a classificação racial da população desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. Então, as razões de serem atacados são resultados de serem atacados, e os dilemas criados de discriminação se aplicavam como argumentos e exemplos de discriminação.

Nesse contexto, foi impossível realizar a imagem desenhada pelo Tsung-Li Yamên, de que imigrantes e locais convivessem e trabalhassem harmoniosamente e até se integrassem na comunidade local. Na sociedade brasileira do século XIX, tanto os colonos quanto os governantes se consideravam brancos e ocidentais, colocavam chineses na posição de trabalhadores, ignorando suas características de seres humanos. E imigrantes asiáticos de tal ambiente se tornaram as “vítimas perfeitas”, que não tinham capacidade de reclamar ou se defender, por conta desta discriminação e que vozes deles foram submersas por serem em menor número e obterem menos atenção da sociedade. Pessoas que se identificavam como indivíduo de igualdade no seu país original, foram marginalizadas na imigração, especialmente quando a diferença se destacava entre culturas materna e local. Tal ambiente de xenofobia gerou uma força de exclusão, que dificultava a integração asiática no Brasil. A história de imigrantes japoneses demonstra tal situação, a explosão de japoneses residindo no Brasil só ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, quando a economia do Japão atingiu grande declínio. Por isso, os posicionamentos distintos de identidades seria um grande desafio para a realização de negociações.

Desentendimento cultural e o estabelecimento de confiança

De 1880 a 1894, a negociação sino-brasileira sobre a imigração chinesa ao Brasil

demonstrava como os sujeitos estaduais estabeleciam confiança e como a perdiam no palco internacional. E o desentendimento cultural destacava-se em todo o decurso da negociação.

Em resumo, o governo Qing foi organizado de forma centralizada, na qual agentes no exterior desempenhavam um papel de “microfone”, ou seja, transmitiam mensagens do exterior e ofereciam opiniões de referência. Em relação às questões estrangeiras, o governo tentava se integrar ao mundo no final da dinastia, mas suas trocas externas foram forçadas, o que também significava que faltava uma estratégia relativamente completa. Resolveram problemas levantados pelos países coloniais ocidentais enfrentados pela China, mas sua estratégia era passiva e conservadora. E foi mesmo nas questões de migração ao Brasil.

A Primeira República Brasileira, apesar de criticada de ser centralizada, teve, em comparação com o Império Qing, uma estrutura frouxa de governo. Agentes brasileiros possuíam autonomia na decisão de assuntos, mesmo que fosse contrária à decisão do Rio de Janeiro. No assunto da imigração chinesa, o Brasil foi a parte mais ativa, a que lançou o plano para suas necessidades internas. Quer dizer, enfrentando a Missão de 1893, Brasil e China se levantaram questões diferenciadas: para o primeiro, como convencer o outro? E para o segundo, seria confiável o outro? Neste caso, a negociação de 1893 ocorreu num balanço sutil estabelecido em esforços feitos por diplomatas anteriores, como Callado e Fu Yun-long, que foi facilmente quebrado por mal entendimentos gerados, na maioria das vezes, pela heterogeneidade cultural. A seguir, apresento alguns momentos em que tal heterogeneidade se evidenciou.

Entre 1883 e 1889, as duas delegações chinesas, respectivamente lideradas por Tong King-sing e Fu Yun-long, levaram conclusões contrariadas nas suas análises ao Brasil. O fator-chave foi seus sentimentos quando foram recepcionados por D. Pedro II. A estrutura administrativa centralizada fez com que chineses prestassem muita atenção à atitude dos líderes. E a atitude que D. Pedro II mostrou definiu, até certo ponto, a confiança chinesa à cooperação.

Na negociação entre Piza e Xue, os dois concordaram acerca do monitoramento oficial na imigração para evitar abusos e violências. No entanto, eles entenderam “oficial” de formas distintas. Por causa disso, a reação chinesa na chegada do *Tetartos* não se referia ao seu recrutamento mesmo, mas ao acordo já estabelecido entre os dois países, o qual o governo Qing

não tinha autorizado. Foi isso que levou à questão de confiança.

Em meados de 1893, quando o Barão de Ladário explicava sua estadia prolongada em Paris, ele argumentou que assim podia ter tudo analisado e decidido na França, o que facilitaria o recrutamento na China. Na verdade, as negociações em Paris não puderam ser mais eficientes do que em Pequim, porque foi impossível que os agentes chineses no exterior dessem respostas claras sem a aprovação de Pequim, o que prolongava o tempo para respostas e aumentava as incertezas. Isso foi determinado pela natureza das agências chinesas no exterior na dinastia Qing. Por isso, o que Tching preferia era que a Missão chegasse o mais rápido possível a Pequim, negociasse e definisse lá o plano de migração. Por sua vez, o recrutamento seria algo posterior, depois de tudo confirmado.

A terceira parte na negociação

Na economia-mundo, todas as negociações entre dois países se referem à terceira parte, isto é, a influência internacional. No caso da Missão de 1893, a Inglaterra, Portugal, e Japão, esses países que não negociavam diretamente no assunto de imigração chinesa ao Brasil, mas tinha influência enorme ao resultado da negociação.

O mundo de língua inglesa mostrou sua existência na linha de frente de críticas. Azevedo acreditou que a continuidade no cargo da Missão afetaria de modo negativo sua reputação, pela referência das notícias da *Hong Kong Telegraph*. Apesar do caso do *Tetartos* não ter levado ao término a negociação em Pequim, tanto nas opiniões chinesas quanto para diplomatas brasileiros, o Barão de Ladário, pelas informações de Macau e Hong Kong, decidiu desistir da continuidade de seu mandato na China. Isto foi um exemplo típico no processo da decisão feita por agentes nas áreas fora da sua cultura nativa. Primeiro, estes diplomatas se posicionaram no centro dos eventos internacionais, o que os colocou facilmente cercados por ataques da opinião pública. A tremenda pressão e a alta densidade de informações negativas tornaram, muitas vezes, o pessoal diplomático mais propenso, avaliando mais o desenvolvimento do incidente em disputa do que os próprios fatos, de modo que, nesse processo, pudessem tomar decisões mais radicais aos olhos do mundo exterior. Não só Azevedo, mas também outros atores: a declaração

de Tseng Chi-tse em resposta da *Anti-Slavery Society*, a influência pessimista das altas pressões na Missão de 1880, e o relatório de Tong King-sing, tudo isso repetia o mesmo fenômeno psicológico, enfrentando ambientes negativos contra seus objetivos de ações.

Segundo, por falta de condições que permitissem dialogar diretamente, os diplomatas costumaram procurar referências de um terceiro país, que se aproximava da sua própria cultura. No relatório de Azevedo, ele usou muitos recursos de imprensas ingleses para se argumentar. No entanto, de acordo com o que já discutimos, os benefícios britânicos não eram sempre consistentes com os de China e Brasil. Assim, construíram, pela imprensa em línguas portuguesa e inglesa, a imagem imaginária do “fato”, que o governo Qing proibiu a migração ao Brasil. No mesmo tempo, vozes diretamente transmitidas da China foi raramente encontrada no relatório durante sua estadia em Hong Kong, quando ocorreu o pico de disputas. Tal fenômeno, de consultar opiniões de terceira parte mas resultar informações distorcidas, reprisava na construção de “raça amarela” (Influência dos EUA), do Brasil “arquipélago” (informações recolhidas na França), da China “sem vontade de cooperação” (Hong Kong Telegraph), etc.

Distância geográfica e doenças nas viagens internacionais

Na transição do século XVIII ao XIX, as pessoas não tinham vacinas disponíveis e viviam a maior parte de suas vidas em uma única localidade, expondo-se ao risco em viagens internacionais, particularmente nos destinos onde o clima diferenciava-se muito ao de seu país de origem. Assim, o fator de saúde foi importante em todas as quatro missões, tanto para brasileiros quanto para chineses. Na Missão de 1880, sofreram com o frio em Tian-Tsin; Gu Hou-kun desistiu de sua viagem ao Brasil por conta das doenças existentes; Fu encontrou a ameaça de febre amarela no embarque ao Rio de Janeiro; e Azevedo adiou o encontro em Pequim por conta das faringites e moléstias que acometiam Xangai. Embora a segurança material fornecida aos diplomatas já estivesse em um nível relativamente bom na época, eles ainda enfrentavam a ameaça das doenças. Sem pensar no risco vital para migrantes civis.

BIOGRAFIAS

Barão de Ladário

José da Costa Azevedo nasceu no Rio Janeiro em 20 de janeiro de 1825 e faleceu nessa cidade em 24 de setembro de 1904. Era filho do José da Costa Azevedo, irmão do religioso franciscano Frei José da Costa Azevedo e de Maria Amália de Azevedo. Casou-se com Balbina Pinto, natural do Rio Grande do Sul, filha de Francisco da Costa Pinto e de Ana de Mello, também natural do Rio Grande do Sul. Foi nomeado para a Guarda Marinha em 1839, aos 14 anos de idade, indo servir na Marinha dos Estados Unidos, onde aperfeiçoou seus conhecimentos militares.

Galgou todos os postos até o de Chefe de Esquadra em 1882 e reformou-se no de Almirante graduado. Exerceu várias comissões importantes, como a Comissão de Limites com o Peru e a de Estudos e Observações Astronômicas para a determinação de limites com a Guiana Francesa; a comissão do Japão e da China, para desenvolver as relações comerciais entre esses países e o Império do Brasil.

Serviu na Esquadra em operações no Paraguai, sendo promovido por distinção e bravura ao posto de Capitão-de-Mar e Guerra.

Foi ministro da Marinha no 36º Gabinete de 7 de Junho de 1889. Foi do Conselho de S. Majestade, Comendador da Ordem de N.S.da Conceição de Vila Viçosa de Portugal, da Coroa de Ferro da Áustria, condecorado com a medalha da Campanha do Paraguai, com passador de ouro. Sócio do IHGB, deixou alguns trabalhos importantes sobre hidrografia e astronomia.

Foi vítima da Proclamação da República Brasileira, tendo sido baleado por um atirador desconhecido em razão de sua resistência à ordem de prisão emitida pelo governo subversivo, sobrevivendo apenas porque um estudante, Carlos Vieira Ferreira, o socorreu.

- Histórico Acadêmico:
 - Ciências Físicas;
 - Escola da Marinha.
- Cargos Públicos:
 - Diplomata Oficial da Marinha de Guerra;

-
- Membro do Conselho Naval;
 - Ministro da Marinha.
 - Profissões:
 - Diplomata;
 - Militar.
 - Mandatos:
 - Deputado Geral: 1878 a 1881;
 - Senador: 1894 a 1896;
 - Senador: 1903 a 1904.
 - Homenagens Recebidas:
 - Comendador da Ordem de Aviz;
 - Comendador da Ordem de Cristo;
 - Oficial da Ordem da Rosa.
 - Trabalhos Publicados:
 - Breve respostas às arguições feitas contra o procedimento do chefe de comissão nomeada para demarcação dos limites do Brasil e do Peru. Pará : [s.n.], 1863.
 - Carta hidrográfica do Canal Avati-Paraná levantada sob a direção do Capitão de Fragata José da Costa Azevedo, chefe da Comissão dos Limites, pelos Capitães Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel e Joaquim Leogivildo de Souza Coelho, membro da mesma comissão. [S.l. : s.n.], 1868.
 - Carta hidrográfica do Rio Grande (do Sul) desde sua foz até acima da Ilha de Marinheiros, levantada em 1853 pelo Capitão-Tenente de Armada José da Costa Azevedo, membro da Comissão de Limites. [S.n.t.]
 - Carta hidrográfica do Rio Japurá, construída dos trabalhos que fizeram os oficiais da armada brasileira José da Costa Azevedo e João Soares Pinto, com auxílio do engenheiro Vicente Pereira Dias, 1864-1868. Rio de Janeiro: Litografia do Imperial Instituto Artístico, [18--].
 - Carta do Rio Içá, levantada em 1868 sob a direção do Comissário José Costa de Azevedo, pelos membros da Comissão de Limites do Brasil com o Peru,

Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel, Joaquim Leogivildo Souza Coelho. Rio de Janeiro: Litografia do Arquivo Militar, 1868.

- Carta do Rio Javari, levantada e construída sob a direção do Comissário José da Costa Azevedo, pelos srs. Capitão-Tenente João Soares Pinto, Primeiro-Tenente de Engenheiros João Antonio Rodrigues. Rio de Janeiro: Litografia do Arquivo Militar, [18--].
- Defesa da comissão mista demarcadora dos limites do Brasil e do Peru ao senhor Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1871.
- Orçamento do Ministério de Estrangeiros: discursos pronunciados na Câmara dos senhores Deputados nas sessões de 6 e 14 de julho de 1880. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1880. 311 p.
- Refutação às afirmações da repartição hidrográfica acerca da questão do Porto de Antonina. Rio de Janeiro: [s.n.], [18--].
- Questão de limites com o Peru: extrato da conferência do Sr. Costa Azevedo em sessão do Instituto Politécnico, na noite de 29 de dezembro de 1874, na parte especial dos limites. Rio de Janeiro: [s.n.], 1875.
- Trabalhos hidrográficos ao norte do Brasil dirigidos pelo Capitão de Fragata José da Costa Azevedo no ano 1860, esclarecendo a Comissão de Limites entre o Brasil e Guiana Francesa. Rio de Janeiro: [s.n.], 1866.
- Artigos de periódicos
 - Investigação astronômica : memória científica acerca da longitude da torre do arsenal da Marinha de Pernambuco. Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. xxxii, p.2, p. 115-180.
 - A questão das missões estudada à luz dos documentos : esclarecimentos para os membros do Congresso. Correio do Povo, Rio de Janeiro, 1891.⁵⁷

⁵⁷ O documento da biografia foi arquivado pela organização Nobreza Brasileira, no Cartório da nobreza e fidalguia do Império do Brasil, Portugal e Santa Sé.

Li Hung-chang

Li Hung-chang, Marquês Suyi (15 de fevereiro de 1823 - 7 de novembro de 1901) foi um político, general e diplomata chinês do final da dinastia Qing. Ele reprimiu várias rebeliões importantes e serviu em posições importantes na corte imperial Qing, incluindo vice-rei de Zhili, Huguang e Liangguang.

Li nasceu em uma família de estudiosos da nobreza na vila de Qunzhi, município de Modian, 14 quilômetros (8,7 milhas) a nordeste do centro de Hefei, província de Anhui, China. O pai de Li, Li Wen'an (1801–1855), obteve o grau jinshi no exame imperial em 1838 - o mesmo ano que Zeng Guofan. Li Wen'an também atuou como Langzhong no Ministério da Justiça. Li era o segundo filho de sua família, tendo ainda quatro irmãos mais novos. Seu irmão mais velho, Li Hanzhang (1821–1899), serviu como Xunfu e Zongdu em várias províncias. Seu terceiro irmão, Li Hezhang (1825–1880), serviu como oficial militar. Seu quarto irmão era Li Yunzhang (?), seu quinto irmão era Li Fengzhang (?) e seu sexto irmão era Li Zhaoqing (1835-1873).

Em 1843, ele se candidatou ao exame imperial de nível básico na Prefeitura de Lu e obteve a posição de Yougong. Em 1847, ele fez o exame de nível metropolitano novamente e obteve uma posição Jinshi com a idade de 24 anos, e foi admitido na Academia Hanlin como um Shujishi. Ao mesmo tempo, ele também continuou tendo aulas com Zeng Guofan para aprimorar seus conhecimentos. Três anos depois, fez o exame de Sanguan na Academia e ganhou o cargo de Bianxiu. Após a supressão da Rebelião Taiping em 1864, ele assumiu um cargo civil como Xunfu da província de Jiangsu por cerca de dois anos. Desde o momento em que se tornou vice-rei de Zhili e ministro do Comércio de Beiyang até sua morte, com alguns intervalos de aposentadoria, ele moldou em grande medida a política externa do Império Qing (LI, 2007).

Xue Fu-cheng

Xue Fu-cheng (12 de abril de 1838 - 21 de julho de 1894), apelido de Yong'an nasceu no município de Wuxi, província de Jiangsu, político e diplomata conhecido da Dinastia Qing.

Seu pai foi selecionado como Jinshi em 1845 e serviu como magistrado do Condado de Xinning. Sua mãe nasceu em uma família nobre na área de Wuxi. Ele era o terceiro filho em uma família de seis irmãos.

Em maio de 1889, serviu como ministro dos quatro países da Grã-Bretanha, França, Itália e Bélgica. Suas principais realizações incluem a assinatura da “Renovação dos Assuntos Fronteiriços de Yunnan-Burma e Cláusulas Comerciais” em nome da China com a Grã-Bretanha, em 1 de março de 1894. As negociações sino-britânicas ao longo do último meio século terminaram principalmente com a assinatura de tratados desiguais. No entanto, ele usou o Código Internacional Público como base para a negociação, o que obrigou os países ocidentais a reconhecer os requisitos legais da China.

Ele retornou à China em 25 de maio de 1894 e morreu após chegar a Xangai em 20 de julho. Sua obra, *O diário europeu de Hsieh Fucheng: enviado extraordinário da China Imperial*, foi traduzida para o inglês em 1993.

Fonte: (PORTAL OF THE ARCHIVES OF THE INSTITUTE OF MODERN HISTORY ONLINE DATABASE, 2019)

REFERÊNCIAS

Fontes:

AZEVEDO, José da Costa. **China, Missão especial do Celeste Império, confiada a direção do Barão de Ladário**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1893. Manuscrito. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1452516/mss1452516.html. Acesso em: 3 jun. 2021.

CHEN, Hansheng. **Collection of Historical Documents Concern in Emigration of Chinese Laborers**. 2. ed. Pequim: Zhonghua Book Company, 1985. 1 v. (3).

LI, Hongzhang. **Obras Completas de Li Hung-chang**. An Hui: An Hui Education, 2007.

Título em chinês 《李鴻章全集》.⁵⁸

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. **Os Chins do *Tetartos***. Rio de Janeiro: FUNAG, 2018.

TSUNG-LI YAMÊN. **Portal of the Archives of the Institute of Modern History Online Database**. Disponível em:

<http://archdtsu.mh.sinica.edu.tw/filekmc/ttsfile3?@1:1883459517:0>. Acesso em: 3 jun. 2020.

⁵⁸ Todas as fontes em língua chinesa usavam calendário lunar da época. As datas registradas nas fontes tinham sido convertidas para as datas do calendário ocidental quando citados, e o calendário chinês usado originalmente nas fontes não foi marcado, com intuito de facilitar a leitura e evitar confusões na sequência dos acontecimentos. Estes documentos são escritos em língua chinesa clássica. A tradução das matérias foi feita pela autora da dissertação e revisada por Felipe Souza. Assumo todas as responsabilidades pelos erros na tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Francisco Antonio de. **Da França ao Japão**: narração de viagem e descrição histórica, usos e costumes dos habitantes da China e do Japão. 1879. Disponível em: <https://openlibrary.org/books/OL6327358M/Da_Franc?a_ao_Japa?o>. Acesso em: 19 dez. 2019.

ARAÚJO, Marcelo. Chineses no Rio de Janeiro: o século XX e a migração em massa. **Revista Encontro**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 13, p. 68-83, set. 2015.

ASSEMBLÉIA FLUMINENSE. **O Paiz**. Rio de Janeiro, p. 2-2. 19 ago. 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1893_04121.pdf. Acesso em: 3 nov. 2020.

BANCROFT LIBRARY. **Text of the Burlingame Treaty 1868**: part first. San Francisco: Unknow, 1879. Disponível em: <https://oac.cdlib.org/ark:/13030/hb4m3nb03h/?order=3&brand=oac4>. Acesso em: 16 nov. 2019.

BARREIROS, Daniel de Pinho. O fracasso do trabalho assalariado na agricultura fluminense: diplomacia, capitalismo e a imigração asiática (década de 1890). **História Econômica & História de Empresas**. Rio de Janeiro, p. 95-125. 12 jan. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.29182/hehe.v19i1.396>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do Século XIX**: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas, 2004.

BOCAIUVA, Quintino. **A crise da lavoura**: succinta exposição por Q. Bocayuva. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1868.

LABOR Agreements and Indentures. **Business History Review**, [s.l.], v. 8, n. 6, p. 104-107, dez. 1934. Cambridge University Press (CUP).

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Relatório do Ministério da Agricultura**. Rio de Janeiro: Suplemento, 1881. 26 p. Extrato publicado no Almanak Laemmert de 1881.

BRASIL. Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892. Rio de Janeiro, 31 dez. 1892. v. 001, p. 104. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/541047/publicacao/15713170>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1894). Decreto nº 1896, de 23 de novembro de 1894. **Coleção de Leis do Brasil - 1894**. Capital Federal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1896-23-novembro-1894-540803-publicacaooriginal-42065-pe.html>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1894). Decreto nº 1896, de 23 de novembro de 1894. Capital Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D01896.html>. Acesso em: 2 fev. 2020.

CHDD. **Cadernos do CHDD**. Rio de Janeiro: Funag, ano 11, n. 20, jan-jun. 2012.

CONRAD, Robert. The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850- 1893. **International Migration Review**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 41, 1975.

CZEPULA, Kamila Rosa. **Os indesejáveis “chins”: um debate sobre a imigração chinesa no Brasil Império (1878-1879)**. Assis: UNESP, 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

DANTAS, Fábio Lafaiete. **Origens das relações entre o Brasil e a China: A missão especial de 1879**. Brasília: UnB, 1986. 252 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 1986.

DEZEM, Rogério Akiti. **Matizes do Amarelo**. São Paulo: Editora Humanitas, 2005.

ELIAS, Maria J. **Introdução ao estudo da imigração chinesa**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 24, n. 1970, p. 0-0, 1970.

FU, Yunlong. **As Recordações de Viagem no Brasil escritas por Fu Yun-long**. Pequim: Cttp, 2016.

FU, Yunlong. **Relatório da Missão ao Brasil**. Pequim: Chaohua, 2019.

FUNAG. **Relatórios do Itamaraty**. Rio de Janeiro: Funag, 2018. 73 v. Disponível em: https://archive.org/stream/RelatoriosdoItamaraty/Relatorio_1893_djvu.txt. Acesso em: 3 jun. 2021.

GALENSON, David W.. **The Rise and Fall of Indentured Servitude in the Americas: an economic analysis**. Journal Of Economic History. New York, p. 1-26. mar. 1984. Disponível em: www.jstor.org/stable/2120553. Acesso em: 3 nov. 2019.

GONZALES, Michael J.. Plantation Agriculture and Social Control in Northern Peru, 1875–1933. (Latin American Monographs, number 62.) Austin: . 1985. pp. ., **The American Historical Review**, Austin, v. 235, n. , p. 1035-1038, jun. 1986. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1086/ahr/91.3.768>.

HELG, Aline. The Cuba Commission Report: a hidden history of the chinese in cubaindentured labor, caribbean sugar. **Hispanic American Historical Review**, Baltimore, v.

75, n. 4, p. 674-675, 1 nov. 1995. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.1215/00182168-75.4.674>.

JUNG, Moon Ho. ***Coolies and Cane: Race, Labor, and Sugar in the Age of Emancipation***. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.

KWONG, Peter; MISCEVIC, Dusanka. ***Chinese America: the untold story of america's oldest new community***. New York: The New Press, 2007.

LAI, Walton Look. ***Indentured Labor***, Caribbean Sugar: chinese and indian migrants to the british west indies, 1838-1918. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004. ISBN: 0801877466, 9780801877469.

LEE, Ana Paulina. ***Mandarin Brazil: race, representation, and memory***. Stanford: Stanford University Press, 2018.

LEITE, José Roberto Teixeira. ***A China no Brasil: influência, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileira***. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

LESSER, Jeff. ***A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil***. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LINDEN, Marcel van Der. ***Transnationalizing American Labor History***. The Journal Of American History, [s.l.], v. 86, n. 3, p. 1078, dez. 1999. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2568606>.

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. ***A China e os Chins – Recordações de Viagem***. Rio de Janeiro: Funag, 2012.

MAO, Haijian. O Recrutamento de *Coolies* e o Plano de KANG Youwei sobre a emigração chinesa ao Brasil. ***Historical Review***, Shanghai, v. 101, n. 5, p.190-208, 14 out. 2007. Título original em chinês: Ba Xi Zhao Mu Hua Gong Yu Kang You Wei Yi Min Ba Xi Ji Hua Zhi Chu Bu Kao Zheng.

MEAGHER, Arnold J. ***The Coolie Trade: the traffic in chinese laborers to latin america, 1847-1874***. New York: Unc Press Books, 2004.

MENDONÇA, Salvador de. ***Trabalhadores Asiáticos***. New York: Typographia do Novo Mundo, 1879.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. ***Companhias interessadas na introdução de asiáticos em São Paulo nos primeiros anos da República***. São Paulo: Centro de Estudo Nipo-brasileiros, 1979.

NORTHRUP, David. **Indentured Labor in the Age of Imperialism: 1834-1922** (studies in comparative world history). Cambridge: Cambridge University Press, 1995. ISBN-13 : 978-0521485197.

O BENZINGER, Hilton. **Geography of Chinese Workers Building the Transcontinental Railroad**: a virtual reconstruction of the key historic sites. A virtual reconstruction of the key historic sites. 2018. Chinese Railroad Workers in North America Project. Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/chineserailroad/cgi-bin/website/virtual/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade**: estados unidos, brasil e cuba, 1787-1846. 2015. 5 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PERES, Victor Hugo Luna. **Os “Chins” nas Sociedades Tropicais de Plantação**: Estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil (1814 - 1878). Recife: UFPE, 2013. 171 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PINHEIRO. João Pedro Xavier. **Importação de trabalhadores chins**. Memória apresentada ao ministério da agricultura, Commercio e obras publicas e impressa em sua ordem. Rio de janeiro, typographia de João Ignácio da Silva, 1869.

PORTAL OF THE ARCHIVES OF THE INSTITUTE OF MODERN HISTORY ONLINE

DATABASE. Database Of Names. 薛福成 (Xue Fu-cheng). Disponível em:

<http://archdtsu.mh.sinica.edu.tw/imhkmc/imhkm?00054FC9000701010000000000100A00000003E000000000^2>. Acesso em: 17 jul. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 1896, de 23 de novembro de 1894. Coleção de Leis do Brasil - 1894**. Rio de Janeiro, PRESIDÊNCIA, v. 2, p. 1022-1022. Pt II. Publicação Original. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D01896.html. Acesso em: 07 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **CONSELHO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (CLACSO)**. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.: perspectivas latino-americanas. Lima: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível

em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.

RENÉ, Rémond. **Por uma história política**. Trad.: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2003.

RÉ, Henrique Antonio. Os esforços dos abolicionistas britânicos contra a imigração de chineses para o Brasil no final do século XIX. **Varia Historia** [online]. 2018, v. 34, n. 66 [Acessado 7 Agosto 2021], pp. 817-848. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-87752018000300010>>. ISSN 1982-4343.

RICHARDSON, Bonham C.; NORTHRUP, David. **Indentured Labor in the Age of Imperialism, 1834-1922**. The American Historical Review, [s.l.], v. 102, n. 3, p. 783, jun. 1997. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2171521>.

SENADO FEDERAL (Estado). Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892. **Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1892**. Rio de Janeiro, v. 001, Seção 1, p. 104-104. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/541047/publicacao/15713170>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SCOMAZZON, Marli Cristina; FRANCO, Jeff. **PRIMEIRA CIRCUM-NAVEGAÇÃO BRASILEIRA E PRIMEIRA MISSÃO DO BRASIL À CHINA (1879)**. Florianópolis: Dois Por Quatro, 2020.

SHUNZHI. **Acervo do Segundo Imperador da Dinastia Qing**. Disponível em: http://www.wenxue100.com/book_ZhuanTiQingShiLu/4_111.shtml. Acesso em: 21 abr. 2020.

VARMA, Nitin. Contracts, Contractors and Coolies. In: VARMA, Nitin. **Coolies of Capitalism: assam tea and the making of coolie labour**. Assam Tea and the Making of Coolie Labour. Berlin/boston: de Gruyter, 2017. Cap. 2. p. 43-104. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctvbkjv0z.5>. Acesso em: 5 dez. 15.

WALTNER, Ann; CHING-HWANG, Yen. **Coolies and Mandarins: china's protection of overseas chinese during the late ch'ing period (1851-1911)**. The American Historical Review, [s.l.], v. 92, n. 5, p. 1255, dez. 1987. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/1868601>.

WANG, Shu. **A História de Chá no Rio de Janeiro**. Xiamen: Xiamen, 1983.

YINING. **Acervo do Oitavo Imperador da Dinastia Qing**. Disponível em: <http://www.daizhige.org/%E5%8F%B2%E8%97%8F/%E5%88%AB%E5%8F%B2/%E6%B8%85%E5%AE%9E%E5%BD%95%E5%92%B8%E4%B8%B0%E6%9C%9D%E5%AE%9E%E5%BD%95.html>. Acesso em: 26 fev. 2020.

YOUNG, Elliott. Clandestine crossings and the production of illegal aliens: 1882-1900. In: YOUNG, Elliott. **Alien Nation**: chinese migration in the americas from the coolie era through the world war ii. Chinese Migration in the Americas from the Coolie Era Through the World War II. Chapel Hill: UNC Press Books, 2014. Cap. 2. p. 97-196. ISBN: 1469612968, 9781469612966.

YUN, Lisa. **The Coolie Speaks**: chinese indentured laborers and african slaves in cuba. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

ZHUANG, Guotu. The estimate of quantity about the silver that flow in china during sixteenth and eighteenth century. **China Numismatics**, Beijing, v. 1995, n. 03, p. 3-10, 1 ago. 1995. Disponível em:
<http://gb.oversea.cnki.net/KCMS/detail/detail.aspx?filename=ZGQB503.000&dbcode=CJFD&dbname=CJFD1995>. Acesso em: 11 mar. 2020.

APÊNDICES

Apêndice 1: Registros de imigrantes chineses nos EUA (1852-1885)⁵⁹

Ano	Comissão da Imigração	Alfândega de São Francisco
1852	0	20.026
1853	42	4.270
1854	13.100	16.084
1855	3.526	3.329
1856	4.733	4.807
1857	5.944	5.924
1858	5.128	5.427
1859	3.457	3.175
1860	5.467	7.341
1861	7.518	8.430
1862	3.633	8.175
1863	7.214	6.432
1864	2.975	2.682
1865	2.942	3.095
1866	2.385	2.242
1867	3.863	4.290
1868	5.157	11.081
1869	12.874	14.990
1870	15.740	10.870
1871	7.135	5.540
1872	7.788	9.770
1873	20.292	17.075

⁵⁹ Citado de Tienlu Li, Congressional Policy of Chinese Immigration, in Appendix E, at p. 124.

1874	13.776	16.085
1875	16.437	18.021
1876	22.781	15.481
1877	10.594	9.468
1878	8.992	6.675
1879	9.604	6.969
1880	5.802	5.950
1881	11.890	18.561
1882	39.579	26.902
1883	8.031	---
1884	279	---
1885	22	---

Apêndice 2: Cronologia dos eventos

1ª fase: Império	1879	Negociação preparatória em Paris, entre Gabriel de Toledo G. de T. P. de Almeida e Xue Fu-cheng.
	1879	Eduardo Callado e Arthur Silveira da Motta são nomeados extraordinários e ministros plenipotenciários à Missão Especial à China.
	1883	A Missão Especial chega à China.
	1880	É assinada a primeira versão do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China, em Tien-tsin.
	03/10/1881	É assinada a versão final do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China.
	1882	João Antônio Rodrigues Martins é designado cônsul-geral na China, e Manuel da Silva Pontes Junior, vice-cônsul em Xangai.
	1883	Tong King-sing, visita o Brasil durante sua viagem global de investigação comercial. Mora no Rio de Janeiro por dois meses.
2ª fase: República	01/1887	O projeto de “Conhecer o Mundo” é lançado pelo governo Qing.
	03/1889	Fu Yun-long chegou a Salvador, Brasil, e começa sua visita e investigação sobre este país.
	11/1889	Ocorre a transmissão de regime político no Brasil, do Império à República, quebrando assim a negociação.
	10/1892	Negociação preparatória em Paris, entre G. de T. P. de Almeida e Xue Fu-cheng, sobre a imigração chinesa ao Brasil. Tching Tchang continua a negociar os artigos mais detalhadas com G. de T. P. de Almeida, segundo o esquema de Xue.
	04/03/1893	José da Costa Azevedo e José Gurgel do Amaral Valente são nomeados enviados extraordinários e ministros plenipotenciários em missão especial à China.
	24/04/1893	J. da C. Azevedo parte para seu destino.

	03/06/1893	José Gurgel do Amaral Valente falece em Viena.
	06/1893	J. da C. Azevedo chega a Paris e continua as negociações com Tching Tchang.
	28/10/1893	Joaquim Francisco de Assis Brazil é nomeado ao cargo do Gurgel do Amaral Valente.
	11/1893	J. da C. Azevedo chega a Xangai.
	12/1893	Ocorre o escândalo do <i>Tetartos</i> .
	12/1893	J. da C. Azevedo sai de Xangai e volta a Hong Kong.
	06/1894	Ocorre a Primeira Guerra Sino-Japonesa.
	07/1894	
	08/1894	J. da C. Azevedo chega ao Japão.

Apêndice 3: Trecho da *Burlingame Treaty* of 1868**ARTICLE II**

The United States of America and his Majesty the Emperor of China, believing that the safety and prosperity of commerce will thereby best be promoted, agree that any privilege or immunity in respect to trade or navigation within the Chinese dominions which may not have been stipulated for by treaty, shall be subject to the discretion of the Chinese government and may be regulated by it accordingly, but not in a manner or spirit incompatible with the treaty stipulations of the parties.

ARTICLE III

The emperor of China shall have the right to appoint Consuls at ports of the United States, who shall enjoy the same privileges and immunities as those which are enjoyed by public law and treaty in the United States by the Consuls of the Great Britains and Russia, or either of them.

ARTICLE IV

The 29th article of the treaty of the 18th of June, 1858, having stipulated for the exemption of Christian citizens of the United States and Chinese converts from persecution in China account of their faith, it is further agreed that citizens of the United States in China of every religious persuasion, and Chinese subjects in the United States shall enjoy entire liberty conscience, and shall be exempt from all disability or persecution on account of their religious faith or worship in either country. Cemeteries for sepulture of the dead, of whatever nativity or nationality, shall be held in respect and free from disturbance or profanation.

ARTICLE V

The United States of America and the Emperor of China cordially recognize the inherent and inalienable right of man to change his home and allegiance, and also the mutual advantage of the free migration and immigration of their citizens and subjects, respectively, from the one country to the other, for propose of curiosity, of trade, or as permanent residents. The high contracting parties, therefore, joint in reprobating any other than an entirely voluntary emigration for these purposes. They consequently agree to pass laws making it a penal offense for a citizen of the United States or Chinese subjects to take Chinese subjects either to the United States or to any other foreign country, or for a Chinese subject or citizen of the United States to take citizens of the United States to China or to any other foreign country, without their free and voluntary consent respectively.

ARTICLE VI

Citizens of the United States visiting or residing in China shall enjoy the same privileges, immunities or exemptions in respect to travel or residence as many there be enjoyed by the citizens or subjects of the most favored nation. And, reciprocally, Chinese subjects visiting or exciting in the United States, shall enjoy the same privileges, immunities, or exemptions in respect to travel or residence as many there be enjoyed by the citizens or subjects of the most favored nation. But nothing herein contained may be held to confer naturalization upon citizens of the United States in China, nor upon the subjects of China in the United States.

ARTICLE VII

Citizens of the United States shall enjoy all the privileges of the public educational institutions under the control of the government China, and reciprocally, Chinese subjects shall enjoy all the privileges of the public educational institutions under the control of the government of United States, which are in enjoyed in the respective countries by the citizens or subjects of the most favored nation. The citizens of the United States may freely establish and maintain

schools in the empire of China, at those places where foreigners are permitted to reside, and, reciprocally, Chinese subjects may enjoy the same privileges and immunities in the United States

(BANCROFT LIBRARY, 1879)